

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA EM**  
**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**JESSICA LOPES**

**O PAPEL DAS FEIRAS-LIVRES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA**  
**FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA D E MULHERES**  
**AGRICULTORAS: UM ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS PARANAENSES**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2023**

**JESSICA LOPES**

**O PAPEL DAS FEIRAS-LIVRES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DE MULHERES  
AGRICULTORAS: UM ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS PARANAENSES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós  
Agroecologia de Agroecologia e  
Desenvolvimento Rural Sustentável da  
Universidade Federal da Fronteira Sul  
(UFFS), como requisito para obtenção do  
título de Mestre em Agroecologia e  
Desenvolvimento Rural Sustentável

Orientador: Profa. Dra. Janete Stoffel

Coorientadora: Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques.

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2023**

**JÉSSICA LOPES**

**O PAPEL DAS FEIRAS-LIVRES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES AGRICULTORAS: UM  
ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável  
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como  
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 18/08/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Janete Stoffel**  
Presidente/Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 **JANETE STOFFEL**  
Data: 11/04/2024 10:20:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Siomara Aparecida Marques**  
Coorientadora

Documento assinado digitalmente  
 **JANETE STOFFEL**  
Data: 11/04/2024 10:22:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Marisela Garcia Hernandez**  
1º Membro

Documento assinado digitalmente  
 **JANETE STOFFEL**  
Data: 11/04/2024 10:24:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira**  
2º Membro

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Liria Ângela Andrioli**  
Suplente

*“Em virtude da realização de banca híbrida (on-line e presencial), este documento foi assinado pela Presidente como representantes dos membros que participaram virtualmente”.*

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Lopes, Jessica

O PAPEL DAS FEIRAS-LIVRES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DE MULHERES AGRICULTORAS: UM ESTUDO DE CASO EM MUNICÍPIOS PARANAENSES / Jessica Lopes. -- 2023.  
109 f.:il.

Orientadora: Dra. Janete Stoffel

Co-orientadora: Dra. Siomara Aparecida Marques

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Mulheres agricultoras. 2. Feirantes. 3. Feira Livres. 4. Agricultura familiar. 5. Gênero. I. Stoffel, Janete, orient. II. Marques, Siomara Aparecida, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Dedico este trabalho a minha mãe, agricultora, colona, que sempre dedicou sua vida a família, a agricultura, a cuidar da terra, a formar os filhos e me apoiou nos momentos mais difíceis desta etapa. E ao meu pai (*in memoria*) que plantou no meu coração a semente de sonhar com a graduação e com uma vida acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe Eugênia, por todo trabalho e dedicação que teve comigo e ao meu pai (in memória) Norberto que me incentivou a sonhar com esse momento e não mediu esforços para que eu pudesse estudar, aos meus irmãos, as minhas orientadoras Janete Stoffel e Siomara Aparecida Marques que nunca desistiram de mim e me incentivaram a sempre continuar.

As colaboradoras desta pesquisa Izabel Ferreira de Andrade, Cleoni Braz Ferreira, Michele Lavezzo, Madalena Marques, Jaqueline Frider, Rosiane Amilkas Kaviak e Marcia Carriel, sem elas não haveria possibilidade de produzir este trabalho.

Aos meus colegas do mestrado que me incentivaram, estiveram comigo nas horas difíceis, dedicaram tempo a ler o trabalho e sempre me incentivar, dando sugestões, toda a turma foi sempre muito unida e sempre contribuiu uns com os outros. Especialmente os colegas Marieli, Cibele, Gabriel, Andressa e Lucimara.

A todos os professores do curso de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável que contribuíram com a minha formação e a Universidade Federal da Fronteira Sul por ter concedido essa oportunidade.

Foram parteiras  
São lavadeiras  
São costureiras  
São benzedeiras  
(De Rosas, Marias e Anitas)

## **RESUMO**

O presente estudo analisa a realidade das mulheres agricultoras, a atuação nas feiras livres e a importância da conquista da autonomia por meio do trabalho, bem como os aspectos sociais, culturais e econômicos no decorrer dos anos. Busca-se através dos relatos pessoais de experiências vividas evidenciar as dificuldades e mudanças tanto na autonomia, quanto em paradigmas sociais. O objetivo deste estudo foi identificar as mudanças que ocorreram na realidade das mulheres agricultoras após a inserção nas feiras-livres da agricultura familiar nos municípios de Palmital e Pitanga, PR. A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva, estudo de caso com uma abordagem qualitativa. O método utilizado foi um roteiro semiestruturado e o trabalho de campo foi realizado em duas etapas. Os dados coletados foram submetidos a análise de conteúdo baseado no método misto sequencial. Os resultados evidenciaram o caráter inclusivo das feiras-livres da Agricultura Familiar que abrange diferentes perfis de feirantes. Percebe-se uma transição nos métodos de produção em que as agricultoras relatam a redução no uso de produtos químicos, substituição gradativa das culturas convencionais pela horticultura, embora ainda ocorra uma inclinação as imposições mercadológicas impostas pelo agronegócio conforme os relatos das pesquisadas. Nota-se também uma mudança na relação das agricultoras e suas famílias com o ambiente e na posição dessas mulheres no grupo familiar. Com relação a construção da autonomia das mulheres as mudanças nos aspectos econômicos são mais evidentes nos relatos, em que as pesquisadas passaram a gerar e gerenciar a própria renda.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras, feiras-livres, autonomia, Agricultura Familiar.

## **ABSTRACT**

The present study analyzes the reality of women farmers, their participation in free markets, and the importance of achieving autonomy through work, as well as social, cultural, and economic aspects over the years. Through personal accounts of lived experiences, it seeks to highlight the difficulties and changes in both autonomy and social paradigms. The aim of this study was to identify the changes that occurred in the reality of women farmers after their inclusion in the free markets of family farming in the municipalities of Palmital and Pitanga, PR. The research conducted is characterized as descriptive, a case study with a qualitative approach. The method used was a semi-structured script and fieldwork was carried out in two stages. The collected data were subjected to content analysis based on the sequential mixed method. The results highlighted the inclusive nature of the free markets of Family Agriculture that encompasses different profiles of market vendors. There is a transition in production methods where farmers report a reduction in the use of chemical products, gradual replacement of conventional crops by horticulture, although there is still an inclination towards market impositions imposed by agribusiness according to the reports of those surveyed. There is also a change in the relationship of farmers and their families with the environment and in the position of these women in the family group. With regard to the construction of women's autonomy, changes in economic aspects are more evident in reports, where those surveyed began to generate and manage their own income.

**Keywords:** Women farmers, free markets, autonomy, Family Agriculture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Mapa dos municípios onde as feiras ficam localizadas .....                                                                 | 25  |
| Figura 2: Identificação profissional das Agricultoras/Feirantes.....                                                                 | 61  |
| Figura 3: Tipos de agricultura cultivados nas propriedades das feirantes/agricultoras..                                              | 62  |
| Figura 4: Conhecimento das Feirantes/Agricultoras entrevistadas nos municípios de Palmital e Pitanga em relação a Agroecologia. .... | 62  |
| Figura 5: Origem das propriedades das agricultoras/feirantes entrevistadas .....                                                     | 63  |
| Figura 6: Principais palavras utilizadas pelas entrevistadas para definir a Agroecologia .....                                       | 63  |
| Figura 7: Principais produtos comercializados citados pelas agricultoras/feirantes do município de Palmital e Pitanga - PR.....      | 65  |
| Figura 8: Produtos expostos no CCPAF em Pitanga PR.....                                                                              | 66  |
| Figura 9: Produtos comercializados no CCPAF de Pitanga, PR, 2021 .....                                                               | 109 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Perfil das feirantes/agricultoras .....                                                                                                            | 57 |
| Tabela 2: Perfil das feirantes entrevistadas na segunda visita de campo no município de Palmital, PR. ....                                                   | 60 |
| Tabela 3: Características da propriedade e origem da renda das famílias conforme o relato das entrevistas das feiras-livres de Palmital e Pitanga - PR ..... | 64 |

## **LISTA DE QUADROS**

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Estrutura familiar das entrevistadas ..... | 58 |
|------------------------------------------------------|----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |                                                                               |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| <b>CAPES</b>   | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                   |
| <b>CCC</b>     | Canais Curtos de Comercialização                                              |
| <b>CESIT</b>   | Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho                            |
| <b>CCPAF</b>   | Centro de Comercialização Permanente de Agricultura Familiar                  |
| <b>DHAA</b>    | Direito Humano à Alimentação Adequada                                         |
| <b>DS</b>      | Desenvolvimento Sustentável                                                   |
| <b>DLS</b>     | Desenvolvimento Local Sustentável                                             |
| <b>DRS</b>     | Desenvolvimento Rural Sustentável                                             |
| <b>DTS</b>     | Desenvolvimento Territorial Sustentável                                       |
| <b>FAO</b>     | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura                  |
| <b>IBGE</b>    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                               |
| <b>IDEC</b>    | Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor                                  |
| <b>IPARDES</b> | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social                    |
| <b>NEPA</b>    | Núcleo de Pesquisas em Alimentação                                            |
| <b>ODM</b>     | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio                                       |
| <b>ONG</b>     | Organização Não Governamental                                                 |
| <b>ODS</b>     | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável                                      |
| <b>ONU</b>     | Organização das Nações Unidas                                                 |
| <b>PAA</b>     | Programa de Aquisição de Alimentos                                            |
| <b>PENSSAN</b> | Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  |
| <b>PGNU</b>    | Pacto Global das Nações Unidas                                                |
| <b>PNAE</b>    | Programa Nacional de Alimentação Escolar                                      |
| <b>PMA</b>     | Plano Municipal de Educação                                                   |
| <b>PPGADRS</b> | Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável |
| <b>PRONAF</b>  | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar                   |
| <b>UFFS</b>    | Universidade Federal da Fronteira Sul                                         |
| <b>UNICAMP</b> | Universidade Estadual de Campinas                                             |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                 | <b>16</b>  |
| <b>2. METODOLOGIA .....</b>                                                                                                                | <b>24</b>  |
| 2.1 ÁREA DE ESTUDO.....                                                                                                                    | 25         |
| 2.2 PÚBLICO-ALVO .....                                                                                                                     | 26         |
| <b>3. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                                                                                         | <b>28</b>  |
| 3.1 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES .....                                                                                           | 28         |
| 3.2 AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL<br>SUSTENTÁVEL .....                                                                | 36         |
| 3.3 CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AS FEIRAS-LIVRES DA<br>AGRICULTURA FAMILIAR .....                                                   | 51         |
| <b>4. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>                                                                                            | <b>57</b>  |
| 4.2 CARACTERÍSTICAS DAS FEIRAS-LIVRES DE PRODUTOS DA<br>AGRICULTURA FAMILIAR DE PALMITAL E PITANGA – PR. ....                              | 64         |
| <b>5. O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DAS MULHERES: ASPECTOS<br/>PODEM SER OBSERVADOS NA REALIDADE DE ESTUDO .....</b>                      | <b>70</b>  |
| <b>6. O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PRESENTE NAS<br/>TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELAS MULHERES FEIRANTES E<br/>AGRICULTORAS .....</b> | <b>79</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                           | <b>84</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                                                    | <b>88</b>  |
| <b>APÊNDICES .....</b>                                                                                                                     | <b>103</b> |
| <b>APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS<br/>DE CAMPO PILOTO .....</b>                                                 | <b>103</b> |
| <b>APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM AS FEIRANTES.....</b>                                                                         | <b>105</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou identificar e analisar possíveis mudanças sociais, econômicas, culturais e ambientais que ocorreram na realidade das mulheres agricultoras familiares dos municípios de Palmital e Pitanga, localizados na região Centro-Sul do estado do Paraná, promovidas pelo trabalho nas feiras-livres da agricultura familiar dos municípios. Buscou-se através desta pesquisa compreender como o trabalho nas feiras-livres contribuiu no processo de construção da autonomia das mulheres.

A seção 1.1 apresenta de forma ampla a problemática da situação das mulheres no contexto geral atual e alguns aspectos que devem ser considerados quando se trata da temática autonomia, empoderamento e avanços nas relações sociais de gênero em um espaço tão heterogêneo como o meio rural brasileiro. Os objetivos propostos nesta pesquisa também foram apresentados neste tópico.

A seção 1.2 apresenta como se deu a identificação com o tema proposto através de experiências pessoais da pesquisadora ao longo da vida, da trajetória acadêmica e da própria construção da pesquisa. Por fim, a seção 1.3 apresenta a justificativa teórica da escolha do tema, alguns aspectos considerados como problemas a serem debatidos e a organização dos próximos capítulos.

### 1.1 Problematização

Sabe-se que ao longo da história e ainda atualmente, as atividades realizadas pelas mulheres sofrem uma tendência de desvalorização, trivialização e invisibilidade. Miriam Adelman (2011) explica que as mulheres são restritas a uma esfera doméstica subvalorizada e isolada dos espaços públicos onde ocorrem as atividades consideradas mais importantes pela sociedade, e assim são limitadas na construção de competências, enquanto os homens são estimulados a desenvolver habilidades, ocupar e liderar as diferentes dimensões sociais e familiares.

De acordo com Clair Odete Schneider *et al.* (2020), as mulheres agricultoras familiares são atrizes-chave no processo de construção do desenvolvimento rural sustentável (DRS), tanto pelo trabalho na unidade de produção e pela alimentação da sociedade, como no processo de mudanças nas relações sociais de gênero. A participação

efetiva das mulheres na gestão da propriedade e o reconhecimento do seu trabalho é um fator fundamental para o DRS em sua totalidade.

As mulheres agricultoras realizam diversas atividades na unidade de produção, cuidam dos animais, dedicam-se à horticultura e a outras atividades relacionadas ao autoconsumo e à pequena escala de comercialização. Conforme Karolyna Marin Herrera (2016) as agricultoras familiares também contribuem para a reprodução socioeconômica da família, promoção da segurança alimentar da sociedade, manutenção do tecido social e cultural e à preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

De acordo com Carmen Lorenzoni, Indiani Gracieli Seriberg e Zenaide Collet (2020) grande parte das mulheres rurais têm uma tripla jornada de trabalho, em que, cuidam da casa dos filhos, trabalham na lavoura e, ainda assim, permanecem às margens das decisões dos homens da família. Assim, as relações sociais de gênero oprimem e invisibilizam o trabalho de produção e reprodução dessas mulheres, e em muitos casos elas precisam lutar pelo direito de serem reconhecidas como sujeitas já que, por muito tempo a profissão de trabalhadora rural não era assegurada no Brasil.

Para Fabiana da Silva Andersson (2015), além da invisibilidade do trabalho das mulheres, há uma disparidade na divisão sexual do trabalho. Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é um termo originário da França que apresenta duas acepções, sendo uma sociográfica, que se refere à distribuição dos homens e das mulheres no exercício de profissões e que é variável conforme o tempo e o espaço e, a outra trata da desigualdade na divisão do trabalho doméstico.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 597), atualmente, as questões de gênero que envolve as mulheres apresentam avanços, mas existe o paradoxo de que “tudo muda, mas nada muda”, visto que, há ainda uma distância hierárquica entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres. Muitas conquistaram espaço no mercado de trabalho, porém, adquiriram uma jornada dupla com o trabalho remunerado adicionado ao trabalho doméstico, enquanto outras terceirizam o trabalho doméstico para mulheres com menos estudos e condições econômicas.

A visibilidade do trabalho das mulheres agricultoras é muito importante, além disso, atualmente o empoderamento feminino é um debate que vem crescendo em nível mundial. A ONU Mulheres<sup>1</sup>, pretende avançar nos estudos e ações relacionadas ao

---

<sup>1</sup> A Organização das Nações Unidas - Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, não paginado).

empoderamento das mulheres até o ano de 2024. Para incentivar os avanços desses aspectos, a ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global das Nações Unidas (PGNU), criou os Princípios de Empoderamento das Mulheres<sup>2</sup> que abrangem, dentre vários aspectos, a quantificação e publicação dos progressos da mulher (ONU Mulheres, 2017).

Quando se trata do espaço rural na América Latina, conforme a visão de Gilberto Valdés Gutiérrez (2018), as discussões referentes à autonomia, emancipação, empoderamento e questão da mulher têm um viés relacionado a uma mudança paradigmática. Esse novo paradigma envolve a construção da nova economia que estabelece uma relação com o meio ambiente diferente daquela constituída dentro da modernidade, bem como se relaciona com soberania alimentar<sup>3</sup>, ecossocialismo e ecologia social.

As agricultoras familiares contribuem com a segurança alimentar e com uma produção agrícola mais sustentável, exercendo um papel principal na agricultura familiar. Segundo Andersson (2015), são as mulheres que diversificam a produção agrícola, utilizam menos produtos agroquímicos e contribuem para o desenvolvimento de um modelo de agricultura menos agressivo, além de atuarem no semi-processamento de alimentos.

Diante da importância e da ampliação dos debates relacionados à autonomia e ao empoderamento das mulheres, foram discutidos também parâmetros que relacionem esses processos, assim como o trabalho executado pelas mulheres, com o desenvolvimento rural sustentável.

Essas diferenças entre realidades das mulheres e a desigualdade entre os avanços das questões feministas mostram a importância dos estudos de gênero nos mais diversos contextos, considerando múltiplos aspectos e evitando análises baseadas em padrões genéricos. Ressalta-se que não foram encontradas nos bancos de dados científicos e

---

<sup>2</sup> Princípios do Empoderamento das Mulheres: 1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível. 2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação. 3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa. 4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres. 5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing. 6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social. 7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU mulheres, 2017, não paginado).

<sup>3</sup>O termo soberania alimentar nasceu na Via Campesina como um conceito alternativo à globalização agroalimentar. É definido como o direito dos povos de decidir e controlar seus alimentos de maneira autônoma por meio da Agroecologia camponesa (MONTIEL; RIVERA-FERRE; ROCES, 2020, p.8).

oficiais, pesquisas relacionadas à autonomia das mulheres rurais que tenham sido realizadas nos municípios considerados nesta pesquisa.

Vale ressaltar que dentro das teorias feministas da autonomia não há um consenso sobre sua definição, mas, de acordo com Natalie Stoljar (2018), há um ponto comum sobre sua multidimensionalidade, abrangendo questões econômicas, psicológicas e sociais.

O contexto rural apresenta múltiplas problemáticas que impactam no desenvolvimento da autonomia da mulher, dentre elas a desigualdade social, a cultura patriarcal, a desvalorização do trabalho das mulheres, a violência doméstica e o analfabetismo, assim, é preciso redirecionar o olhar para o meio rural a partir de uma nova perspectiva além da sua produtividade (HERRERA, 2016; SILVA, 2019).

Diante dos desafios para o desenvolvimento da plena autonomia das mulheres, da variação desse processo de acordo com o espaço e a realidade em que a mulher está inserida e da importância das agricultoras familiares para o desenvolvimento rural sustentável, essa pesquisa se norteou na seguinte pergunta: Qual a influência da participação em feiras-livres de comercialização de produtos da agricultura familiar/orgânicas/agroecológicas sobre o processo de construção da autonomia das mulheres agricultoras?

O objetivo geral do estudo foi identificar mudanças que ocorreram na realidade das mulheres agricultoras após a sua inserção nas feiras-livres da agricultura familiar nos municípios de Palmital e Pitanga, PR.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar o perfil dessas mulheres, as subcategorias das mulheres agricultoras que atuam nas feiras-livres dos municípios estudados, dentro da categoria genérica da agricultura familiar, considerando os métodos de produção, os aspectos socioculturais e as características da unidade de produção.

b) Caracterizar os principais produtos comercializados pelas mulheres agricultoras nas feiras-livres e classificá-los quanto à técnica de produção agroecológica, agricultura orgânica e agricultura convencional, e assim indicar a tipologia das feiras-livres estudadas.

c) Avaliar se a atuação das agricultoras nas feiras-livres provoca mudanças nas relações sociais de gênero, na divisão sexual do trabalho e no modelo patriarcal de organização familiar rural.

d) Analisar se as mudanças ocorridas por meio das feiras-livres influenciam na construção da autonomia de mulheres agricultoras, bem como as manifestações de empoderamento dessas mulheres.

Na próxima seção será apresentado qual é a identificação da pesquisadora com o tema proposto, e os caminhos percorridos para a escolha e desenvolvimento da temática.

## **1.2 Identificação com o tema**

A identificação com o tema pesquisado se iniciou a partir de experiências pessoais da pesquisadora com a realidade da agricultura familiar nos municípios onde foi realizada a pesquisa de campo. A construção e amadurecimento da proposta se deu por meio da participação em coletivos feministas estudantis na graduação, posteriormente o ingresso ao programa de mestrado e participação no Grupo de Estudos de Gênero da UFFS, bem como as disciplinas cursadas relacionadas ao assunto.

Relato pessoal: Ressalto que desde criança presenciei dentro do âmbito familiar a importância de políticas que incentivassem a mulher nos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Foi quando vi pela primeira vez a minha mãe (que mesmo trabalhando desde os seis anos de idade) passou a possuir uma remuneração própria depois dos 30 anos de idade, quando começou a vender leite para uma cooperativa e a vender de casa em casa, queijos, panificados, ovos.

Isso a levou a ingressar na associação de produtores rurais da comunidade e do município, a viajar para outro estado pela primeira vez junto a um grupo de agricultores e agricultoras que foram a um evento reivindicar subsídios para a agricultura familiar do município. Acompanhei a formação dela nos cursos de capacitação para a agricultura familiar.

Outro fato marcante em minhas experiências familiares foi o fato de minha avó ter obtido seu primeiro documento oficial depois dos 60 anos de idade, e minha mãe ter carregado em sua certidão de casamento por décadas o status profissional “do lar” e hoje ter em sua documentação especificada como agricultora.

Durante meu percurso na graduação tive a oportunidade de participar de coletivos feministas e de discussões voltadas para a questão das mulheres, bem como no mestrado e na especialização participei de grupos de pesquisa de gênero e de cursos na área, sempre

com o desejo de aprender mais sobre o assunto. Então me perguntei, por que não estudar a realidade da qual eu vim?

Com base nas minhas experiências de vivência pessoal, tem-se uma percepção de que há poucos debates relacionados à autonomia dessas mulheres no local escolhido para esse estudo. Pode-se observar também pouco conhecimento em relação aos movimentos feministas, à divisão sexual do trabalho<sup>4</sup>, assim como a ausência de movimentos sociais, redes de apoio e políticas de incentivo para que o conhecimento de tais temas sejam disseminados na área de estudo.

Já nas entrevistas-piloto realizadas no ano de 2021, foi possível perceber previamente que essas impressões correspondem à realidade da área de estudo e que há necessidade de estudos mais aprofundados para saber quais as condições de trabalho dessas mulheres, sua interação com a sociedade e com o meio ambiente. A emancipação financeira e a percepção de si mesmas em relação a esses aspectos também são importantes indicadores para que se possa chegar a uma compreensão em relação ao processo de construção da autonomia das agricultoras.

### 1.3 Justificativa

Por meio de buscas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>5</sup>, foram localizadas 18 pesquisas que tratam da autonomia das mulheres agricultoras, sendo que duas pesquisas associam o trabalho em feiras-livres da agricultura familiar com a autonomia da mulher. No entanto, ressalta-se que a dimensão financeira é abordada nessas pesquisas, mas não há aplicação de múltiplos métodos para se explorar as dimensões cultural, ambiental e social do empoderamento e da autonomia, e a relação desses aspectos com o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>4</sup> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

<sup>5</sup> As buscas foram realizadas utilizando as combinações de palavras chaves: "autonomia" AND "feiras-livres" e "autonomia" AND "mulheres" AND "feiras". Ressalta-se que a combinação das palavras-chaves influencia no número de pesquisas encontradas.

Outro aspecto importante abordado nessa pesquisa foi a tipificação das feiras-livres e a identificação da categoria social dessas mulheres dentro do espaço rural, por meio de conceitos da Agroecologia, estudos sobre a Agricultura Familiar e canais curtos de comercialização. Muitos estudos sobre feiras-livres as padronizam como feiras agroecológicas, assim como muitas feiras-livres são denominadas como agroecológicas, mas em muitos casos não é apresentado o conhecimento das práticas de produção e da cadeia completa dos produtos comercializados.

A classe de mulheres agricultoras familiares é heterogênea, e quando observados aspectos legais, constata-se que é formada pelos grupos que atendem aos requisitos estabelecidos por Brasil (2006)<sup>6</sup> que são aqueles estabelecimentos rurais com área correspondente a até quatro módulos fiscais e cujas atividades econômicas são realizadas predominantemente pela mão de obra familiar. São incluídas nessa categoria, camponesas, extrativistas, silvicultores, integrantes de comunidades tradicionais, colonas, pescadoras, aquicultoras, indígenas e quilombolas.

Apesar da legislação mencionada e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) considerar que estas características identificam a agricultura familiar, existem diversos pesquisadores e debates que questionam essa classificação.

Devido a isso, é preciso considerar a heterogeneidade do espaço rural para realização de estudos. Conforme as considerações de Hirata e Kergoat (2007), os estudos das relações sociais de gênero precisam levar em conta a plasticidade que ocorre nessas relações conforme a realidade de cada local. Do mesmo modo, Christine Delphy (1998) reforça que as condições das mulheres em relação ao sistema patriarcal apresentam variações geográficas e temporais.

Com base nas colocações de Carmen Diana Deere (2018), a construção dos debates feministas sobre o espaço rural latino-americano envolve as discussões sobre os temas da justiça social, reforma agrária e segurança alimentar. Além disso, é um espaço que apresenta uma diversidade de costumes, práticas e tradições, o que requer que os estudos relacionados às mudanças na questão da mulher sejam mais aprofundados, visto que, o direito de prática das peculiaridades culturais também se relaciona com a autonomia.

---

<sup>6</sup> BRASIL, Lei. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, Diário Oficial da União, p. 1-25, 2006.

Dentro das feiras-livres que foram estudadas, foi possível observar a diversidade apontada pela autora supracitada, visto que, em um espaço limitado da área de estudo são encontradas mulheres de diferentes origens, costumes, condições econômicas e que praticam diferentes técnicas e sistemas de produção. Esses aspectos refletem a heterogeneidade do espaço rural brasileiro na área de estudo.

Ressalta-se a importância da pesquisa considerando os aspectos abordados por Monica Nardini da Silva *et al.* (2017), sobre a atuação das mulheres nas feiras-livres da agricultura familiar, agroecológicas ou orgânicas, que têm uma relação direta com a saúde da população que consome os produtos e com o desenvolvimento rural sustentável dos municípios. As feiras-livres são alternativas fundamentais para a agricultura familiar comercializar sua produção, melhorar sua renda, além de serem importantes para a socialização e interação entre o espaço rural e urbano.

Para o debate dos aspectos citados até aqui, esta dissertação está organizada em 5 capítulos, sendo o primeiro composto pelo aporte metodológico utilizado na pesquisa, o capítulo 2 que apresenta o referencial teórico que embasou o trabalho, capítulo 3 que traz os dados do trabalho de campo, capítulo 4 que discute o processo de construção da autonomia das agriculturas/feirantes que participaram da pesquisa, e por fim o capítulo 5 que trata de aspectos relacionados a contribuição dessas mulheres para o Desenvolvimento Rural sustentável.

O próximo capítulo apresenta a metodologia que foi utilizada para a realização da pesquisa, destacando o tipo da pesquisa realizada, a caracterização da área de estudo e o aporte metodológico utilizado para análise do processo de construção da autonomia das mulheres agricultoras. Outros aportes metodológicos se referem à identificação da tipologia das feiras, à caracterização das mulheres estudadas, e como as mulheres podem contribuir com o desenvolvimento rural sustentável.

## 2. METODOLOGIA

A presente pesquisa, classifica-se como descritiva quanto aos objetivos, conforme as definições propostas por Antônio Carlos Gil (2002), de que as pesquisas descritivas buscam apresentar características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre diferentes variáveis. Algumas pesquisas se empenham também em determinar a natureza das relações e geralmente assumem a forma de levantamento de dados.

Quanto aos procedimentos e métodos, de acordo com as definições de Gil (2002) esta pesquisa se configura como um estudo de caso. Os principais propósitos de um estudo de caso são explorar situações reais que ainda não estão bem definidas, descrever situações do contexto investigado, formular hipóteses, desenvolver teorias sobre essa realidade e explicar as variáveis que causam determinado fenômeno.

Ainda sobre o estudo de caso, Gil (2002) ressalta etapas para sua realização que se inicia com a delimitação do problema a ser pesquisado, seguida pela definição da unidade caso, determinação do número de casos a serem pesquisados, elaboração de um protocolo a ser seguido no estudo, análise dos dados coletados e escrita do relatório de pesquisa.

As feiras-livres estudadas nesta pesquisa, que se localizam nos municípios de Palmital e Pitanga, foram delimitadas por meio de amostragem por acessibilidade, que se caracteriza pela escolha do *locus* conforme o acesso da pesquisadora. A existência de feiras-livres nos dois municípios, foram identificadas por meio de uma pesquisa de campo piloto.

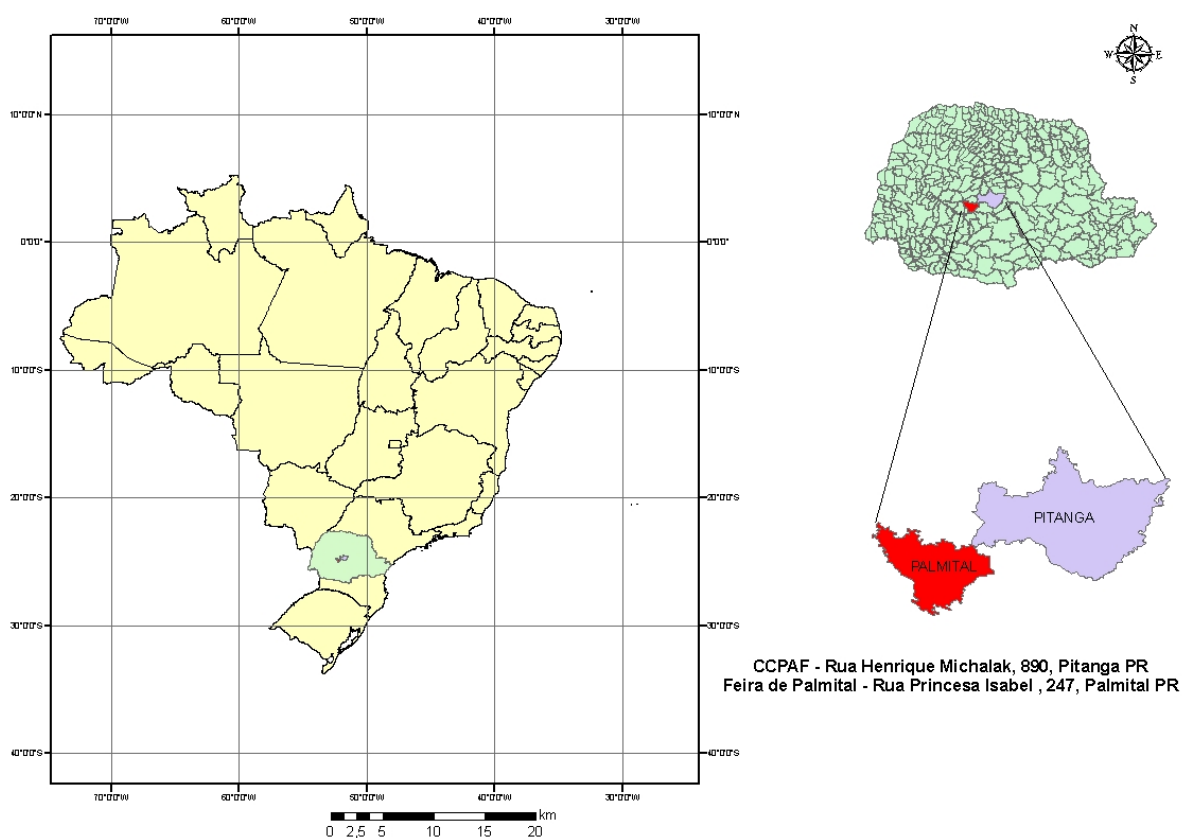
Para o alcance dos objetivos da pesquisa, o estudo foi baseado no método misto sequencial, esse tipo de estudo concilia a abordagem de dados qualitativos e quantitativos (CEA D'ANCONA, 1998; ARDOY; DEL AMO; RUIZ RUIZ, 2004; BOLÍVAR, 2008; YIN, 2010; ROSA, 2015). Os instrumentos utilizados foram uma revisão bibliográfica prévia e entrevistas semiestruturadas contendo questões abertas (Apêndice B).

Quanto à abordagem, foi do tipo qualitativa. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2001) a pesquisa qualitativa expressa a realidade que não pode ser quantificada, os significados, valores, atitudes e fenômenos. A realidade a ser estudada nesta pesquisa abrange aspectos da área de estudo, descrita na seção 2.1, combinadas às características do público-alvo.

## 2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado nos municípios de Palmital e Pitanga localizados na mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, conforme apresentado na figura (1). De acordo com Nilson Cesar Fraga et *al.*, (2015) o Centro-Sul Paranaense é uma das regiões mais subdesenvolvidas do estado, apresentando problemas sociais e de infraestrutura, desigualdade social e conflitos.

Figura 1: Mapa dos municípios onde as feiras ficam localizadas



Fonte: Organizado pela autora (2023).

As propriedades agrícolas familiares do Centro-Sul Paranaense passaram por modificações ao longo das últimas décadas, no entanto, as famílias têm mostrado elevado nível de capacidade de sobreviver e se adaptar em meio às mudanças provocadas pela modernização agrícola. A agricultura familiar da região caracteriza-se com uma produção homogênea entre as propriedades e entre municípios, apresentando uma tipicidade de culturas (CLEMENTE; TAFFAREL; SOUZA, 2012).

A região Centro-Sul possuía em 2015 um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio (0,68), enquanto Palmital possui um IDH-M médio (0,63), e Pitanga tem

um IDH considerado alto (0,70). Os dois municípios apresentaram melhorias em relação ao desenvolvimento humano entre os anos de 2000 e 2010 (PNUD BRASIL; IPEA; FJP, 2010; HERSEN, DRUCIAK; LIMA, 2015).

O município de Palmital possui uma área territorial de 817,647 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 13.033 habitantes (IBGE, 2022). A principal atividade econômica do município de Palmital é a agricultura familiar, e conta com algumas agroindústrias como laticínios, madeireira, ervateira e embutidos. Os produtos da agricultura familiar são comercializados na feira-livre do município, nas residências e para subsidiar a merenda escolar através do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, 2015; IBGE, 2020).

Pitanga abrange uma maior área territorial correspondendo a 1.663,747 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 33.567 habitantes (IBGE, 2022), sendo que a maior parte da população do município se concentra na zona urbana. As principais culturas agrícolas cultivadas são soja, milho, feijão, trigo, tritcale e em uma menor proporção mandioca, cevada, cana de açúcar e horticultura. Agricultores(as) familiares do município<sup>7</sup> comercializam produtos nos centros de comercialização da agricultura familiar, para o PNAE, através da venda direta de casa em casa e abastecem o comércio local (IPARDES, 2022; DADOS DO CAMPO, 2021).

O público-alvo da pesquisa será apresentado na próxima seção.

## 2.2 Público-alvo

O público-alvo desta pesquisa foram mulheres feirantes agricultoras, que residem na zona rural dos municípios estudados. As entrevistas foram realizadas a partir da aplicação de um roteiro previamente estruturado, elaborado com base em diferentes abordagens. As respostas, comentários e observações das entrevistadas foram gravadas mediante autorização das mulheres pesquisadas.

A revisão bibliográfica elaborada na pesquisa, bem como a definição dos objetivos e a discussão sobre a importância das mulheres para o DRS se basearam em

---

<sup>7</sup> Na pesquisa de campo piloto realizada, foi possível identificar diferenças na comercialização dos produtos da agricultura familiar do município de Pitanga em relação a Palmital, com forte presença de pequenas agroindústrias nas propriedades (fabricação de defumados e queijos, doces, confeitaria...), que abastecem os restaurantes e supermercados locais. Outra característica relatada pelas agricultoras é a mesclagem da agricultura convencional (soja, milho, aveia... produzidos através dos métodos convencionais) com a agricultura orgânica, em que, predominantemente os homens da família se responsabilizam pela agricultura convencional, enquanto as mulheres se dedicam a agricultura orgânica.

dados sistematizados através de revisão integrativa realizada<sup>8</sup> em grupo<sup>9</sup> no componente curricular de Oficinas de Prática Interdisciplinar II do PPGADR.

Os resultados obtidos através das entrevistas foram submetidos à Análise de Conteúdo<sup>10</sup>, que segundo Hanae Caroline Quintana Shiota e Arlinda Cantero Dorsa (2021) é um método de interpretação dos dados a partir de categorizações que auxiliam na compreensão e elaboração de conclusões efetivas. De acordo com Laurence Bardin (2006) a análise de conteúdo ocorre em três etapas: “Pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2006, p.96).

A etapa de pré-análise consiste em organizar os processos de desenvolvimento das operações, sistematizar documentos, indicadores, variáveis, hipóteses, objetivos, coleta de informações e transcrição das entrevistas. A etapa de exploração de material é a categorização dos dados coletados com base nas variáveis sistematizadas na primeira etapa. Na última etapa, a de tratamento dos dados, as categorizações da segunda etapa são trabalhadas a fim de encontrar interpretações e conclusões de acordo com os objetivos propostos, em que os dados obtidos são convergidos com a fundamentação teórica da pesquisa (BARDIN, 2006).

Buscou-se por meio dos objetivos, gerar respostas à questão problema (Qual a influência da participação em feiras-livres, de comercialização de produtos da agricultura familiar/orgânicas/agroecológicas, no processo de construção da autonomia das mulheres agricultoras?) e gerar subsídios para novas pesquisas, assim como novas perguntas e lacunas a serem estudadas sobre essa temática.

O referencial teórico que subsidiou a elaboração do questionário de entrevistas, bem como a elaboração dos capítulos 3, 4 e 5 desta dissertação será apresentado no capítulo 2.

---

<sup>8</sup> Foi realizada uma revisão integrativa sobre Indicadores do Desenvolvimento Rural Sustentável que afetam ou são influenciados pelas mulheres e pela juventude rural, sendo estes: Diversificação da produção, Segurança alimentar, Acesso à terra; Interculturalidade; Satisfação com meio rural, Identidade cultural, Acesso a bens e serviços, Participação em redes de Economia Solidária, Acesso às políticas públicas, Organização coletiva de jovens e mulheres, Autonomia gerencial, Autonomia na vida pessoal e Reconhecimento do trabalho doméstico.

<sup>9</sup> Grupo de estudo formado para realização de atividade interdisciplinar do componente curricular por meio da sinergia entre projetos de pesquisa. Foi realizada uma revisão integrativa sobre indicadores de DRS e elaboração de artigo. Discentes: Andressa Roana Scheley, Gabriel Campelo Barros, Jéssica Lopes, Mariele Lais dos Santos Cabral, Milena Regina Mussoi e Mirian Maria Kunrath. (Turma 2020).

<sup>10</sup> Método de análise elaborado por Laurence Bardin (1977).

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, buscou-se a partir de considerações de diferentes autoras e autores, compreender os principais conceitos relacionados às teorias feministas que analisam como é construída a autonomia da mulher. A discussão relacionada a este aspecto inclui referências conceituais que abordam como se construiu a cultura patriarcal no Brasil, a divisão sexual do trabalho, a autonomia e o empoderamento da mulher, apresentados na seção 3.1.

Outras referências conceituais, apresentadas na seção 3.2, se relacionam com o DRS, buscando-se fazer uma discussão que engloba a articulação entre os conceitos de Desenvolvimento Sustentável (DS) e Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). A partir desses conceitos, com base em autoras e autores, objetivou-se discutir como as mulheres são atrizes-chaves no DRS.

Já na seção 3.3 o propósito foi trazer conceitos de Canais Curtos de Comercialização e de feiras-livres, além de considerações sobre a atuação das mulheres nessas cadeias de comercialização para amparar a discussão sobre a importância das feiras-livres para autonomia e empoderamento das mulheres agricultoras. Abordou-se também, a importância das feiras-livres para segurança alimentar da população, durante a pandemia e aspectos atuais do Brasil relacionados ao tema.

#### 3.1 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES

No Brasil, de acordo com Débora Machado, Maria Luisa Walter Costa e Délia Dutra (2018) a construção das relações sociais de gênero tem como uma de suas origens estruturais, a cultura patriarcal europeia que desde o período colonial, relegou as mulheres ao espaço doméstico e às relações familiares do cuidado. Assim como em todos os países da América Latina, por consequência do colonialismo dentre outros aspectos, as discussões sobre a divisão sexual do trabalho começaram em oposição ao modelo hegemônico branco, heterossexual, etnocêntrico e eurocentrista (ADELMAN, 2011).

A realidade herdada do processo de colonização promoveu uma visão androcêntrica do trabalho, que provoca discriminação de gênero, a partir da visão de que o homem é o sujeito universal, racional e gerador da economia. Vale ressaltar que em uma população diversificada como na América Latina, a divisão sexual do trabalho deve

ser analisada a partir de um prisma transversal, considerando as diferenças entre etnias, classes sociais, e utilizando de contribuições teóricas epistemológicas feministas decoloniais (MACHADO, COSTA, DUTRA, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Ainda nessa perspectiva da construção da dominação masculina sobre as mulheres no Brasil e na América Latina, Margarita Oliveira (2021) considera que o modelo hegemônico capitalista aprofunda os problemas da divisão sexual do trabalho, porém as teorias clássicas, como a crítica marxista que é base de movimentos de lutas de classe, também faz essa discriminação ao valorizar majoritariamente o trabalhador homem (Informação verbal)<sup>11</sup>.

No entanto, para Iriana Lima Cadó e Juliane da Costa Furno (2020) não se pode deixar de destacar que o pensamento marxista foi fundamental para o desenvolvimento das teorias feministas, visto que, a corrente marxista trouxe abordagens que contribuíram para que a opressão sexual que as mulheres sofrem fosse evidenciada através das teorias de exploração de classes. As teorias feministas, tal como a Teoria Marxista, também questionam o lucro e o trabalho como valor de uso e a supervalorização das relações mercantis.

Em relação à visão androcêntrica que ocorre em todo o mundo, muitas autoras discutem a partir do termo patriarcado, o sistema que molda a organização social e familiar, na qual os homens detêm o poder. Segundo Delphy (1998) o patriarcado, em seu conceito atual, pode ser entendido como a dominação e opressão das mulheres, uma vez que, inicialmente é o pai que tem o domínio e a decisão sobre a vida das filhas, e posteriormente transfere esse poder ao marido.

Para Hirata e Kergoat (2007, p. 600) o sistema patriarcal estabelece a divisão sexual do trabalho e os papéis das mulheres e dos homens no contexto doméstico e produtivo, pois “A divisão sexual do trabalho se divide em dois princípios organizadores: o da separação em que alguns trabalhos são apenas de homens e outros são somente de mulheres; e o hierárquico em que o trabalho do homem é considerado mais valioso.” Esses princípios organizadores ocorrem em todas as sociedades, no entanto, apresentam “plasticidade de acordo com o espaço, tempo, relações étnicas, fluxos migratórios, classe social, dentre outros fatores”.

---

<sup>11</sup>Live: Divisão sexual do trabalho, pobreza do tempo e mercado de trabalho brasileiro: uma análise a partir da economia feminista. Apresentada no Canal do Youtube do Programa de Pós-graduação em Economia – UFF, em julho de 2021. Mediada por Lucilene Morandi com palestra proferida por Margarita Oliveira. Disponível em: [https://www.Youtube.com/watch?v=hVE\\_UAKU6Io](https://www.Youtube.com/watch?v=hVE_UAKU6Io)).

Trazendo a discussão da divisão sexual do trabalho para o contexto rural, a situação das mulheres agricultoras é ainda mais crítica, pois elas se dividem entre trabalho reprodutivo, produtivo leve e pesado, produção para autoconsumo e para renda, desenvolvem todas as tarefas domésticas e cuidado dos demais membros da família. De acordo com Maria Aparecida Fernandes Viana Cunha e Temis Gomes Parente (2021) outro fator agravante nesse meio é a agenda governamental de programas de inserção das mulheres na economia que é ainda mais precária para o espaço rural em comparação ao urbano.

Mesmo com maiores desafios no processo de desconstrução do modelo androcêntrico, alguns estudos mostram avanços no rompimento desse padrão no meio rural. Franciele Aparecida Valadão (2018) analisou a divisão sexual do trabalho, a partir de um estudo de caso com mulheres lésbicas, em um assentamento do estado de Santa Catarina, e constatou que outras mulheres e moradores do local passaram a reconhecer certos trabalhos considerados apenas masculinos como uma tarefa também feminina ao observar a vivência dessas mulheres que não dependem de uma figura masculina na unidade de produção.

No entanto, para que essas mudanças na divisão sexual do trabalho ocorram, são necessárias políticas de incentivo que incluam as mulheres do campo. Exemplos dessas políticas são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a viabilização de canais curtos de comercialização de alimentos, como as feiras-livres, que são fundamentais para a geração de renda para as agricultoras (CUNHA, PARENTE, 2021).

Outro fator que tem contribuído para que a realidade da divisão sexual do trabalho no campo seja alterada é a atuação das mulheres nos movimentos sociais. Para Raquel Quirino Gonçalves e Soraia de Mello Guimarães (2017) por meio da participação em debates e nas mobilizações por reivindicações de mudanças políticas e sociais na divisão sexual do trabalho, muitas têm passado por mudanças de mentalidade e reproduzido novas ideias para outras mulheres.

No entanto, para analisar esses avanços é necessário compreender a dinâmica de trabalho dessas mulheres, pois não basta uma mudança de mentalidade e o acesso ao mercado de trabalho, é preciso uma análise do tempo trabalhado e o nível de institucionalização ou informalidade desses trabalhos. A sobrecarga dos trabalhos na casa e na unidade de produção ainda é um contexto difícil de ser modificado (GONÇALVES, GUIMARÃES, 2017; CUNHA, PARENTE, 2021).

Outra questão importante relacionada com a divisão sexual do trabalho diz respeito às relações sociais de gênero que, conforme Kergoat (1992), dentro das discussões feministas se referem às diferenças hierárquicas entre homens e mulheres. As mudanças nas relações sociais de gênero, para Françoise Héritier (2004), não são unicamente ideológicas, mas englobam uma reorganização da divisão sexual do trabalho, de modo que os membros familiares masculinos também se ocupem do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos.

Ainda para Héritier (2004), as mudanças nas relações de dominação masculina se dão ao eliminar a ausência da liberdade na vida das mulheres e que estas passem a decidir sobre a própria vida, questionem o próprio futuro e se emancipem. No entanto, de acordo com Delphy (1998) essa dominação resultante do sistema patriarcal apresenta diferenciações que se dão conforme o local e a época.

Conforme as considerações de Claudia Mazzei Nogueira (2010, p.60) o sistema capitalista se opõe ao processo emancipatório das mulheres, já que estas são necessárias na esfera produtiva e reprodutiva “[...] para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora”. Tanto o modelo familiar patriarcal, quanto a sociedade capitalista são apoiadoras da subordinação feminina, visto que tiram proveito dessa situação e colocam a mulher como um bem útil e indispensável para manter a saúde e sobrevivência dos membros da família.

Embora o modelo capitalista contribua para agravar a desigualdade nas relações sociais de gênero, alguns aspectos econômicos são fundamentais para o alcance da equidade entre homens e mulheres na área rural. Dentre esses aspectos, pode ser citada a pluriatividade<sup>12</sup> da unidade de produção, que à medida que aumenta o êxodo rural das mulheres diminui e a mão de obra feminina é absorvida, assim como também as mulheres passam a ocupar uma posição de geradoras de renda e são inseridas na dinâmica de produção da propriedade (SILVA, SCHNEIDER, 2010).

---

<sup>12</sup> A pluriatividade que ocorre no meio rural, refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 134). É comum agricultores recorrerem a elas em razão da sazonalidade do trabalho agrícola ou mesmo como uma forma de remuneração temporária. A sua execução pode se dar dentro ou fora do estabelecimento, assim como ser próxima ou longe da moradia, como no caso das pessoas que se deslocam aos centros urbanos para prestar serviços domésticos (SCHNEIDER, 2009, p.142).

Além da pluriatividade rural, que contribui na emancipação financeira, a inserção em cooperativas e na comercialização de produtos é outro aspecto fundamental para que as mulheres alcancem uma posição social mais valorizada. A atuação das mulheres em tais espaços permite acesso à profissionalização, interação social, modificando marcadores sociais, como as relações de gênero na esfera pública, no entanto, ainda não provoca mudanças na divisão do trabalho doméstico e de cuidados, que continuam sendo vistos como responsabilidades feminina (SILVA, SCHNEIDER, 2010; SALVARO, ESTEVAM, FELIPE, 2014).

Em relação ao trabalho doméstico e de cuidados, Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 256-257) define como “(...) um conjunto de ações realizadas para o bem-estar de outras pessoas do contexto familiar”, podendo ser chamado também de “produção doméstica, economia doméstica, serviços domésticos ou serviços do lar”. Ao exercer essas atividades as mulheres recebem denominações como donas de casa, esposas, mães, cuidadoras de idosos e babás.

A dinâmica do trabalho de cuidados interfere no tempo da mulher destinado a exercer atividades remuneradas, por isso, Jacqueline Heinen (2009) aponta que a oportunidade de acesso à remuneração é desigual de acordo com as condições sociais das mulheres, como, quantidade de filhos e possibilidade de terceirizar parte do trabalho doméstico. No meio urbano, por exemplo, as mulheres com maior qualificação profissional ocupam cargos executivos no setor privado ou em estruturas do Estado, enquanto outras executam trabalhos terciários ou não podem exercer atividades remuneradas.

Mas quando se trata do espaço rural e das áreas agrícolas, pode-se dizer que a inferiorização social da mulher é ainda mais aprofundada, visto que, além do trabalho de cuidados, elas são responsáveis por grande parte da produção agrícola, mas não fazem proveito da divisão monetária. Por esses aspectos, as mudanças nas relações de gênero no meio rural devem abranger tanto a emancipação financeira, quanto a mudança na divisão do trabalho doméstico e de cuidados das crianças, que devem passar a ser vistos como responsabilidades de todos (DELPHY, 1998; SORJ, FONTES, 2012).

Corroborando com essa visão, Nalu Faria e Renata Moreno (2010) consideram que o capitalismo gerou uma crise no trabalho de cuidado que torna necessária a globalização dos cuidados. Para isso, a discussão referente ao trabalho doméstico e de cuidados precisa estar presente nas agendas de políticas públicas e econômicas, não só

pela sua importância, mas também para construção de uma nova relação igualitária entre homens e mulheres.

A reorganização da divisão do trabalho doméstico e de cuidados é fundamental para a conquista da autonomia da mulher. A emancipação econômica é a primeira fase da conquista da autonomia da mulher, mas é preciso articular outros aspectos, como flexibilização da jornada de trabalho, participação na vida política e cultural, direito à decisão sobre ter filhos, sexualidade livre e liberdade para planejar sua vida (CESIT, 2017).

No entanto, segundo Bila Sorj e Adriana Fontes (2012) é preciso lembrar que existe uma desigualdade no processo de redução dos trabalhos de cuidados das mulheres, pois a realidade de cada uma depende da oportunidade de terceirizar essa atividade. Por exemplo, mulheres com uma remuneração mais alta têm a possibilidade de contratar mão de obra para limpeza, preparo dos alimentos, assim como para cuidar dos filhos, enquanto as que têm menor renda dependem de creches e da contribuição de outros membros da família.

E há ainda acontecimentos eventuais que aumentam a demanda do trabalho de cuidados. Um exemplo é a pandemia do Covid-19, que ressaltou a importância do trabalho de cuidados realizado pelas mulheres, principalmente devido ao isolamento forçado, que fez com que a rotina das mulheres em casa fosse acompanhada pelos demais membros. Ao estudar o trabalho de cuidado no Equador, Tamara Artacker, Alejandra Santillana Ortiz e Belén Valencia Castro (2020) constataram que 76% são realizados por mulheres, que dedicam em média 31 horas semanais com esse serviço, sendo que as mulheres do espaço rural dedicam uma média de 25 horas semanais apenas para o cuidado da família.

É necessário repensar a divisão sexual do trabalho e a organização social que determinam as relações sociais de gênero e superar o modelo produtivo capitalista para que se possam alcançar soluções para as problemáticas das mulheres. As adversidades dos tempos da pandemia evidenciam o trabalho de cuidados como fundamental para a sobrevivência da sociedade, e se espera que os problemas da pandemia da Covid-19 provoquem mais repercussão no sentido de valorização dessas atividades (DUARTE, 2021).

Pode-se considerar com base nos aspectos discutidos pelas autoras e autores apresentados nesta seção, que a cultura patriarcal herdada do modelo cultural eurocêntrico, a divisão sexual do trabalho e seus princípios de separação e hierarquia, o

trabalho doméstico e de cuidados e a invisibilidade dos trabalhos não remunerados, são os principais fatores que influenciam na falta de autonomia das mulheres do espaço rural. Mas como a autonomia pode ser construída pelas mulheres?

Segundo Helena Hirata e Philippe Zarifian (2000) o trabalho não remunerado das mulheres é desvalorizado devido ao conceito de “trabalhar” nas sociedades modernas ser associado a uma visão industrializada e estritamente instrumental, o que promove uma valorização apenas do trabalho remunerado. Diante desse aspecto, a renda econômica é fundamental para a emancipação da mulher, no entanto, é necessário o reconhecimento do trabalho doméstico e a redução da jornada de trabalho das mulheres, em um contexto de valorização para elas.

A redução da jornada de trabalho das mulheres inclui o trabalho doméstico e de cuidados. No caso do espaço urbano, Heinen (2009) aborda aspectos que contribuem para isso, como a oferta de creches, abrigos para idosos e escolas especializadas para pessoas com deficiência. No entanto, mulheres do espaço rural que têm filhos ou são responsáveis por pessoas idosas ou enfermas e não têm acesso aos serviços que contribuem com as tarefas de cuidados, ficam em desvantagem nesse processo de inserção social.

Mas a autonomia não é construída apenas pelos aspectos econômicos. Para Sorj e Fontes (2012) a ausência de autonomia pode ser observada em comportamentos da mulher, como por exemplo, renunciar à própria vontade e dar preferência ao cuidado e bem-estar de outros e oprimir a si mesmo em nome de padrões sociais. A superação desses comportamentos é um indicativo do processo de construção da autonomia e empoderamento da mulher.

Corroborando com as afirmações acima, Taize dos Santos Fernandes *et al.*, (2016) explica que ao longo do desenvolvimento do conceito de empoderamento das mulheres, foram determinadas cinco dimensões, sendo a econômica, psicológica, sociocultural/educacional, política/grupal e familiar. As dimensões sociocultural/educacional e política/grupal têm influência na realidade em que a mulher está inserida, enquanto as dimensões psicológica e familiar dependem de um processo mais profundo de autoconhecimento.

Ao analisar a dimensão econômica do empoderamento, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo e Ana Lúcia Magri Lopes (2013) apontam que é preciso considerar a qualidade das oportunidades econômicas a que as mulheres têm acesso, e o quanto o acesso à geração de renda causa aumento na jornada de trabalho da mulher. Já o empoderamento psicológico, de acordo com Teresa Kleba Lisboa (2008) pode ser

dimensionado pela motivação da mulher em superar a sua condição de pobreza, dependência e a conquista de sua cidadania.

Com base nas considerações apresentadas nessa seção, nota-se a multidimensionalidade da autonomia das mulheres. Corroborando com Gaya Makaran (2018, p.37) que apresenta o conceito de “plena autonomia social”, o qual se refere a um entrelaçamento não hierárquico de três categorias principais, sendo elas sociais, econômicas e culturais da autonomia, e até que se alcance essa totalidade a mulher conquistou apenas parte das dimensões da autonomia.

Na América Latina, de acordo com Gutiérrez (2018) a busca pela autonomia da mulher é parte da dimensão utópica libertadora do pensamento social crítico latino-americano e quando se trata do espaço rural pressupõe uma mudança paradigmática que deve levar em consideração o cultural, o ambiental e o DRS.

Reitera-se a importância de acrescentar premissas da concepção de autonomia na perspectiva freiriana nesta reflexão utilizando das considerações do próprio autor, ao alertar que certos conceitos, como o da autonomia, podem ser adaptados ao discurso neoliberal e globalizado, que utiliza de ideologias do pensamento crítico de uma forma distorcida. Para Freire o conceito de autonomia pode ser definido como “a capacidade do ser humano de decidir, avaliar, questionar e de romper as questões da realidade” (FREIRE, 1976).

Trazendo outras abordagens da autonomia, descrita por Freire, como o uso do termo assunção do verbo assumir, que retrata que o ser autônomo é aquele que se assume como parte de uma sociedade, de uma história, que pensa e se comunica, e que assume até mesmo os riscos da própria vida. A assunção do sujeito(a) leva ao ato deste se rebelar contra as condições da sua realidade, e nesse ponto cabe muito bem às mulheres, quando elas tratam de reconhecer sua condição de opressão e de submissão e passam a buscar meios de transformar-se e transformar e não a aceitar como esta condição pré-estabelecida por uma sociedade patriarcal e excludente das mulheres.

Conforme Freire, comportamentos silenciosos, inexpressivos, mostrando medo e escondendo a si mesmo precisam ser superados e questionados. O resgate da própria identidade, dignidade e autonomia são fundamentais para o reconhecimento de uma pessoa como agente transformador, participante da sociedade e responsável pela própria história. Uma pessoa autônoma se reconhece como sujeito e sujeita da realidade e não como objeto com um futuro pré-determinado pelas circunstâncias (FREIRE, 1976).

Busca-se através do conceito de autonomia do autor, uma atitude em que a pessoa deixe de ser passiva em relação à própria vida e passe a ser ativa e com domínio da própria liberdade e das próprias responsabilidades.

De acordo com a teoria freiriana o verbo assumir é um dos mais importantes na vida de um ser humano. Assumir-se como sujeito social, como pensante, comunicativo, que é capaz de modificar a sua história e a construção da sua realidade. Vale ressaltar aqui que o autor traz a concepção de que uma sujeita ou sujeito, ao assumir-se não exclui o outro e a assunção de si mesmo não fere a de outros, com isso pode ser citado algumas discussões levantadas por grupos que se opõe ao feminismo alegando que o objetivo do feminismo é o estabelecimento de uma disputa com os homens.

Quando a discussão é utilizada para falar da autonomia da mulher, pode-se mencionar que ela não exclui o homem ou a família quando se torna autônoma e responsável pela própria história, e nem fere nenhum terceiro, a menos que ocorra um processo de resistência (FREIRE, 1976, p.24).

Na próxima seção busca-se discutir como a autonomia das mulheres influencia nessas mudanças paradigmáticas, e na construção do DRS.

### 3.2 AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Antes de compreender qual é o papel da mulher na construção do desenvolvimento rural sustentável busca-se identificar quais mulheres rurais serão tratadas nessa pesquisa. No Brasil, a heterogeneidade cultural é muito expressiva, especialmente no espaço rural e na agricultura. Desse modo, para realizar análises sobre os grupos que habitam nesse meio, os métodos de produção, modos de vida e outros aspectos, é preciso considerar a diversidade dos atores e das atrizes sociais, cujas diferenciações são denominadas por muitos autores, como “ruralidades” (JAHN, SANTOS, RODRIGUES, 2020, p.134).

Dentro desse aspecto das ruralidades, entende-se que a agricultura familiar abrange diversas subcategorias, como por exemplo, a de camponeses. No entanto, há diferenças entre as duas categorias, pode-se dizer que as práticas do sujeito agricultor familiar se modificam as mudanças econômicas da sociedade ao longo do tempo, ainda

que não rompam totalmente seus vínculos com os modos tradicionais, enquanto o camponês mantém seu modo específico de produzir e viver (WANDERLEY, 1999).

Segundo Sérgio Schneider e Abel Cassol (2013) o uso da identificação agricultores familiares é recente, ganhou força em meados de 1990 e se consolidou no meio político e acadêmico na primeira década do século XXI. Enquanto o termo camponês, que para Wanderley (1999) tem características diferentes daquelas apresentadas no conceito europeu, relaciona-se a um grupo que preserva conhecimentos tradicionais e produz principalmente para o autoconsumo do grupo familiar.

Além disso, o camponês latino-americano também apresenta como característica a resistência às exigências da sociedade globalizada. De acordo com Elisiane de Fátima Jahn, Geneci Ribeiro dos Santos e Sandra Marli da Rocha Rodrigues (2021) o campesinato brasileiro, pode ser entendido como uma organização social, associada aos saberes e à produção, em que as mulheres são protagonistas, pois ao longo da história, o ser humano teve que aprender a identificar plantas, conhecer frutos e o comportamento das espécies, e são as mulheres que mais executam esse papel.

Para Schneider e Cassol (2013) a denominação de camponês passou a ser usada com mais frequência no Brasil na década de 1950 por cientistas sociais estudantes do espaço rural e militantes políticos, no entanto, não é o termo mais comum para identificar os pequenos agricultores sendo atualmente mais utilizado pelos movimentos sociais. Colonos, sitiantes e lavradores são as identificações mais comuns de Norte a Sul do Brasil.

Ao buscar diferenciar as terminologias utilizadas para identificar atores e atrizes no contexto da Agricultura Familiar, Schneider e Cassol (2013) propõem uma divisão da agricultura familiar em três tipologias:

Agricultura Familiar Especializada [...] em que a atividade econômica da família provém apenas da agropecuária, [...] a agricultura familiar com múltiplas fontes de ingresso [...] em que as entradas de renda da família mesclam a atividade agropecuária com outras fontes, [...] e a agricultura Familiar de Residentes Rurais, [...] em que as famílias utilizam o espaço rural apenas para residência e não como meio de produção (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 74-75).

Além dessas tipologias Schneider e Cassol (2013) estabeleceram divisões dos estabelecimentos rurais familiares:

Estabelecimentos agropecuários familiares com valor de produção e área até 20 hectares; Estabelecimentos agropecuários familiares com valor de produção e área maior que 20 hectares; Estabelecimentos agropecuários familiares sem valor de produção; Estabelecimentos agropecuários familiares sem área; e Estabelecimentos agropecuários familiares com outras situações (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 75-77).

Fazer diferentes categorizações da agricultura familiar é importante para identificação de um público-alvo para não se estabelecer análises genéricas em um meio tão complexo como o espaço rural. Cada classe contribui para o DRS de diferentes formas, tanto que, na concepção de Silva *et al.* (2017) a agricultura familiar é uma das categorias sociais mais relevantes no desenvolvimento do país, tanto pelo trabalho e renda gerada para as famílias do espaço rural quanto pela variedade de alimentos produzidos que tem grande importância para a segurança alimentar.

No aspecto da segurança alimentar, além da escassez de alimentos, outros problemas que se debatem muito são a promoção da agricultura mais sustentável e a redução dos impactos ao meio ambiente, principalmente quando o tema está relacionado ao uso de agrotóxicos. Uma agricultura mais sustentável e diversa, associada à melhoria na qualidade de vida das famílias é um fator fundamental para o DRS.

O DRS trata-se de uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável em um território específico. Por muito tempo, o conceito de desenvolvimento foi considerado sinônimo de crescimento da economia, e provocou danos irreversíveis ao meio ambiente e outros problemas como a desigualdade social, altos níveis de consumo e de desperdício de recursos naturais (FURTADO, 1996).

Com a emergência desses problemas, surgiu no final do século XX e início do século XXI um paradoxo para a humanidade, em que, em uma face se encontra o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico, e na outra os problemas sociais e ambientais da sociedade (VECCHIATTI, 2004). Em contraposição, surge um novo enfoque desenvolvimentista que faz oposição ao positivismo e às teorias políticas econômicas, neoclássicas e modernizadoras, que se incorporou nas discussões globais a partir da década de 1960 (VIEIRA, 2009).

Conforme as discussões globais sobre esse novo conceito de desenvolvimento foram sendo aprofundadas, o modelo de crescimento econômico de dominação da natureza passou a ser questionado, e junto às discussões ambientais emergiu o reconhecimento da necessidade de uma nova dinâmica social que preserve os recursos naturais (VIEIRA, 2009).

Essa depressão que o mundo percebeu no início do século XXI, segundo Ravi Bhandari (2015) é o início da crise do capitalismo, que foi prevista por Karl Marx com um século e meio de antecedência. Para o autor, a crise do capitalismo global se manifesta de várias maneiras, em alguns territórios como crise de energia, já em outros, como crise alimentar e agrícola, outros reflexos são as mudanças climáticas globais, aumento da pobreza e até mesmo a ruptura da democracia política.

Guillermo Foladori (2001) corrobora ao considerar que no período pré-capitalista, a organização econômica social mantinha uma união entre seres humanos e a natureza, que foi rompida<sup>13</sup> pelo capitalismo. O autor ainda defende que as discussões sobre sustentabilidade e a preocupação com as futuras gerações, já foram abordadas de maneira premonitória, nas entrelinhas da teoria marxista.

Ainda nesse aspecto, John Bellamy Foster (2015, p. 82) traz o conceito de “Desenvolvimento humano sustentável”, baseado na crítica marxista sobre a relação da sociedade com o meio ambiente no sistema capitalista. Segundo o autor, a mudança da relação entre o ser humano e a natureza é uma revolução urgente para construção de um novo paradigma, no entanto, o resgate das relações com a natureza dentro dos moldes da economia global atual se configura como o maior desafio do nosso tempo.

Para Nathan Pereira Dourado (2021) a partir da metade do século XX, a discussão em relação ao meio ambiente foi assimilada pelo capitalismo, e foi oportuno o acréscimo do adjetivo sustentável no conceito desenvolvimentista, visto que, melhora “esteticamente” a perpetuação do capitalismo. Para o autor, as definições atuais de Desenvolvimento Sustentável (DS) não são suficientes para uma mudança de paradigma, no entanto, é importante a compreensão de como foi desenvolvido o conceito, para que se possa chegar a uma conceituação compatível à urgência da causa ambiental.

Fábio Vizeu; Francis Kanashiro Meneghetti e Rene Eugenio Seifert (2012) também consideram que o discurso do DS criado pela teoria tradicional<sup>14</sup>, é contraditório

---

<sup>13</sup>Foladori (2015, p.84) se refere aqui à Teoria Marxista da Ruptura do Metabolismo da Natureza, em que o ser humano foi separado da terra e das condições naturais de produção, e passa a vender força de trabalho, perdendo os laços com o meio ambiente.

<sup>14</sup> O autor faz referência a Max Horkheimer segundo o qual: “Teoria em sentido tradicional, cartesiano, como a que se encontra em vigor em todas as ciências especializadas, organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. Os sistemas das disciplinas contêm conhecimentos de tal forma que, sob circunstâncias dadas, são aplicáveis ao maior número possível de ocasiões. A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por elas mesmas consideradas exteriores” (HORKHEIMER, 1937, p. 155).

ao propor oposição à destruição do meio natural e ao mesmo tempo ter a ideia de que é possível destruir desde que de forma sustentável. Outra ótica que os autores apresentam, é sobre o conceito de sustentabilidade, que embora tenha sido criado como solução para problemas que já se consolidaram e porque algo já foi destruído no planeta, a sua conceituação foi dissociada da construção histórica desses problemas.

Para Vecchiatti (2004) isso não significa que as políticas públicas criadas com base nas discussões sobre a sustentabilidade ambiental não vigorem ou não contribuam para a mitigação dos impactos. No entanto, é preciso ter consciência do quão longe as nações estão de alcançar a sustentabilidade, apesar dos avanços nas discussões.

Esse processo de construção do conceito de DS teve como um marco na história, a Conferência de Cúpula de Estocolmo, realizada no ano de 1972, em que os chefes de Estado discutiram pela primeira vez o ambiente atrelado ao desenvolvimento e estabeleceram estratégias e diretrizes relacionadas ao uso indiscriminado dos recursos naturais. Nesse momento da história, se iniciava a visão de crescimento econômico e desenvolvimento de uma perspectiva que incluía a natureza e os impactos causados ao meio ambiente (JAPIASSÚ; GUERRA, 2017).

Na Conferência de Estocolmo de 1972, os governantes aprovaram a Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente humano, que abordava questões ambientais, políticas, sociais e econômicas. Sobre o uso indiscriminado dos recursos no modelo de desenvolvimento considerado até então, foi publicado que:

[...] O homem deve fazer constante avaliação de sua experiência e continuar descobrindo, inventando, criando e progredindo. Hoje em dia, a capacidade do homem de transformar o que o cerca, utilizada com discernimento, pode levar a todos os povos os benefícios do desenvolvimento e oferecer-lhes a oportunidade de enobrecer sua existência. Aplicado errônea e imprudentemente, o mesmo poder pode causar danos incalculáveis ao ser humano e ao seu meio ambiente. Em nosso redor vemos multiplicar-se as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra, níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos; grandes transtornos de equilíbrio ecológico da biosfera; destruição e esgotamento de recursos insubstituíveis e graves deficiências, nocivas para a saúde física, mental e social do homem, no meio ambiente por ele criado, especialmente naquele em que vive e trabalha [...] (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972, não paginado).

A nova perspectiva de desenvolvimento, da declaração, era apresentada no Princípio 13:

[...] Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de

modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população [...] (DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO, 1972, não paginado).

Segundo Vecchiatti (2004) na época em que ocorreu a Conferência de Estocolmo, acreditava-se que para solucionar os problemas ambientais, era necessário apenas melhorar a eficiência da produção e desenvolver leis que controlassem a poluição nos países. No entanto, conforme as discussões foram evoluindo, percebeu-se que essa visão da questão ambiental era reducionista.

A palavra sustentável adotada pelos movimentos ecológicos, de acordo com Valéria Rossi Rodrigues da Silva (2012) vem do latim “*sustinere*” e significa “suportar, apoiar, promover e aguentar”. Já o termo desenvolvimento sustentável (DS) que foi oficializado no ano de 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU) no lançamento do relatório de *Brundtland*<sup>15</sup>, é abrangente e diferente da forma como é abordado nas mídias, uma vez que vai além das questões ambientais.

Neste momento (na década de 80), utilizava-se pela primeira vez o termo desenvolvimento em acordo com as diretrizes estabelecidas na Conferência de Estocolmo. Um novo paradigma da sustentabilidade foi apresentado à comunidade global, no qual seria necessário considerar a perspectiva de que as nações para crescerem e se desenvolverem deveriam fazê-lo sem degradar de modo irreversível o planeta, levando em consideração as necessidades das atuais e futuras gerações.

A partir desse momento o DS ganhou notoriedade, mas só teve um conceito estabelecido no ECO 92<sup>16</sup> (GOMES; FERREIRA, 2018). Essa definição de DS atualizada e exposta na Agenda 21<sup>17</sup> abrangia as dimensões ambientais e econômicas. O novo conceito incluía no desenvolvimento econômico a busca pela igualdade entre países,

---

<sup>15</sup>O relatório elaborado pela Comissão, denominado “Nosso Futuro Comum”, forneceu os lineamentos e os indicadores preparatórios para a Conferência de Cúpula de 1992, realizada no Rio de Janeiro, de forma que trazia as bases para a inserção do desenvolvimento sustentável na construção dos textos dos diversos documentos firmados e compromissos assumidos pelos Estados que participaram da reunião de Cúpula e para aqueles que assinaram os acordos nos tratados aprovados (JAPIASSÚ; GUERRA, 2017, p. 1889).

<sup>16</sup>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro [...]. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. (BRASIL, 2012, não paginado).

<sup>17</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou como o princípio orientador das iniciativas voltadas para a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Entre os acordos firmados na Rio-92, está a Agenda 21, que apresenta uma série de programas de ação elaborados a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, distribuídos em 40 áreas: política econômica, cooperação internacional, combate à pobreza, controle demográfico, proteção da atmosfera e outras (BRASIL, 2012, não paginado).

combate à pobreza, mudança nos padrões de consumo, saúde humana, dinâmica demográfica, desenvolvimento dos assentamentos humanos e a integração do meio ambiente como critério para tomada das decisões das nações para políticas internas e externas. (BRASIL, 1992).

Sobre as mudanças propostas na década de 1990, cabe destacar que em 1994 John Elkington criou o conceito *Triple Bottom Line*<sup>18</sup>, que também foi base para construção do conceito de DS, embora seja uma estratégia de gestão de setores públicos e privados. Esse modelo abrange três dimensões: a ambiental que se ocupa da preservação dos recursos do meio; a social que considera a participação e inclusão da sociedade; e a econômica que envolve o desenvolvimento econômico das instituições, formando três pilares igualmente importantes (VENTURINI; LOPES, 2015).

Os problemas ambientais continuam emergindo e as nações se mobilizando, de modo que uma década após a apresentação da Agenda 21, já no ano de 2000 a Assembleia Geral da ONU, apresentou a Declaração do Milênio das Nações Unidas<sup>19</sup> na qual foram propostos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>20</sup>. Os ODM já englobavam os aspectos ambientais, o olhar sobre os países mais vulneráveis e incluíam questões relacionadas às mulheres, como, o combate à violência e discriminação contra a mulher, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a autonomia da mulher como meio de combate à fome e promoção da saúde humana.

---

<sup>18</sup> O *Triple Bottom Line* [...] foi o início de uma abordagem que coordena muitas áreas de política governamental, incluindo política tributária, política tecnológica, econômica, política de desenvolvimento, política de trabalho, política de segurança, política de relatórios corporativos e assim por diante. Desenvolver esta abordagem abrangente para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental será um desafio central da governança e, até mesmo mais criticamente, um desafio de mercado no século 21 (JOHN ELKINGTON, 2004, p.16).

<sup>19</sup> A Declaração do Milênio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século, apresentado na Cimeira do Milênio realizada de 6 a 8 de setembro de 2000 em Nova Iorque, que contou com a participação de chefes de estado de 191 países. [...] Os líderes definiram alvos concretos, como reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos, inverter a tendência de propagação do HIV/AIDS e alcançar outros objetivos no domínio do desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, não paginado).

<sup>20</sup> Os ODM são oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que os países de propuseram a alcançar até 2015, sendo eles: “Valores e princípios; Paz, segurança e desarmamento; O desenvolvimento e a erradicação da pobreza; Proteção do nosso ambiente comum; Direitos humanos, democracia e boa governança; Proteção dos grupos vulneráveis; reforçar as nações unidas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 1-14). O Brasil cumpriu integralmente dois dos oito Objetivos do Milênio com anos de antecedência. A meta de reduzir a mortalidade infantil em dois terços em relação aos níveis de 1990 até 2015 foi cumprida em 2011, quatro anos antes do prazo assumido perante a organização. Igualmente, a meta de reduzir a fome e a miséria foi outro objetivo cumprido antes do prazo (ANDRADE, 2018, p.21). No entanto, em 2020, segundo a OXFAM Brasil, o Brasil retornou ao Mapa da Fome, em que a porcentagem da população vivendo em extrema pobreza, superou novamente 5%.

Em 2015, a ONU iniciou Agenda 2030 determinando 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>21</sup> a serem cumpridos por todos os países no período de 15 anos. Para Vieira (2009) ainda não há um conceito ideal do DS, o qual continua sendo um projeto de sociedade e uma aprendizagem permanente e que ainda mantém uma concepção reducionista econômica que engloba a natureza na tomada de decisões.

Assim, os estudos sobre o DS são oportunos, visto que é preciso utilizar de experimentações e análises transdisciplinares, para que possam ser gerados mais pressupostos para esse conceito. Acerca destes aspectos, Graciela Caroline Gregolin *et al.* (2020) explicam que o DS abrange as dimensões econômica, social, ambiental, política, territorial, ética, jurídica e cultural.

Percebe-se então que o DS é multidimensional e suas dimensões não apresentam uma ordem hierárquica, sendo fundamental uma equidade entre elas. O seu objetivo é permitir a qualidade de vida da atual e das próximas gerações, e para isso requer uma mudança paradigmática no comportamento, nas decisões e ações da sociedade globalizada (FEIL, SCHREIBER, 2017; GOMES, FERREIRA, 2018).

A dimensão social do DS, fortemente influenciada pela interferência do Estado, envolve o acesso dos cidadãos e cidadãs a todos os bens públicos e aos direitos humanos plenos, como à alimentação, escolaridade e proteção social (GREGOLIN, *et al.*, 2020). Enquanto a dimensão social tem uma influência do Estado para provocar mudanças sociais conforme preceitos externos às comunidades, a dimensão cultural busca evidenciar a capacidade dos povos de elaborarem estratégias próprias, integradas, endógenas de desenvolvimento, levando em conta as peculiaridades e os costumes regionais, valorizando indivíduos e coletivo, mesmo que estes se opunham às normas da globalização (VECCHIATTI, 2004; LOPES *et al.*, 2014).

Quanto à dimensão econômica do DS, existem os desafios de adequá-la com as demais dimensões e superar as limitações de mercado e os desafios relacionados com a inclusão de setores e classes marginalizadas, especialmente no espaço rural, como por exemplo, as mulheres, o trabalho não remunerados e o trabalho de cuidados. Nesse caso, pluralidade econômica corrobora com as teorias feministas sobre o trabalho de cuidados,

---

<sup>21</sup> Os 17 ODS definidos na Agenda 2030 são: 1- Erradicação da Pobreza; 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 – Saúde e Bem-Estar; 4 – Educação de Qualidade; 5 – Igualdade de Gênero; 6 – Água Potável e Saneamento; 7 – Energia Limpa e Sustentável; 8 – Trabalho e Crescimento Econômico; 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 – Redução das Desigualdades; 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12 – Consumo e Produção Responsáveis; 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima; 14 – Vida na Água; 15 – Vida Terrestre; 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e 17 – Parcerias e Meios de Implementação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

já que considera a produção dentro das relações mercantis e não mercantis monetizadas ou não (LÉVESQUE, 2016).

A dimensão ambiental, segundo Lopes *et al.* (2014) pode ser analisada por fatores ambientais e climatológicos do planeta, como por exemplo, as condições da atmosfera, dos recursos hídricos e dos ecossistemas, no entanto, há outros temas relacionados às sociedades humanas, como saneamento básico e consumo. Pode-se concluir com base nisso, que a dimensão ambiental é influenciada tanto pelas políticas públicas, quanto por aspectos culturais e comportamentais da população.

Embora muitos autores reforcem a multidimensionalidade do DS, o conceito tem uma abrangência genérica, que de acordo com Vieira (2009) precisa ainda ser segmentado em Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) e Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), considerando diferentes contextos, e sistemas de gestão em escalas menores, que somados formam um sistema global integrado. Como exemplo, podem ser citados a divisão entre os hemisférios, entre continentes, regiões, as comunidades locais e os sistemas produtivos rurais.

O DTS abrange o conceito de território, que para Paul Elliott Little (2015) pode ser explicado a partir de três abordagens: A abordagem militar-estratégica, em que se restringe o território a uma área geográfica; a abordagem biológica, que considera o território como local de habitação de espécies de plantas e animais; e a abordagem antropológica, que considera os grupos humanos e suas peculiaridades históricas e culturais, assim como a sua relação de uso dos recursos naturais.

Corroborando com as ideias anteriores, Valdinho Pellin (2019) define que o DTS pode ser entendido como:

[...] uma construção contínua de seus atores, possui dinâmica própria e estratégias de desenvolvimento que podem ser pensadas a partir deste princípio. Para tanto, considerar especificidades locais, nomeadamente seus ativos territoriais no momento de pensar o desenvolvimento é importante, principalmente num cenário de avanço da globalização onde não apenas produtos buscam se diferenciar e tornar-se competitivos, mas também territórios. [...] Embora a dimensão econômica possua significativa importância, a dimensão ambiental também se incorpora à discussão. Trata-se da tentativa de estimular um Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), termo que ganhou força principalmente a partir de discussões relacionadas ao desenvolvimento rural (PELLIN, 2019, p. 76).

O DTS pode ser entendido também como um conjunto de políticas públicas de incentivo, que promovam ligações entre os conhecimentos tradicionais, a ciência e a

tecnologia, e com isso a inclusão dos atores sociais. O DTS também engloba a cultura, e a promoção de economias alternativas ao modelo hegemônico capitalista (CARDOSO *et al.*, 2014; LITTLE, 2015).

Um exemplo de economia alternativa e de expressões culturais na promoção do DTS apresenta-se no estudo realizado por Luciana Francisco de Abreu Ronconi, Elaine Cristina de Oliveira Menezes e Bernadete de Lourdes Bittencourt (2019) em que, avaliaram como a economia solidária no município de Florianópolis, Santa Catarina a partir de um estudo de caso em uma cooperativa. As autoras identificaram aspectos das dimensões culturais e sociais como à promoção de eventos folclóricos, ações de aprendizagem coletiva e reconhecimento das tradições da região por parte da comunidade externa.

Dentro do conceito de DTS podem ser englobados tanto espaços rurais quanto espaços urbanos, no entanto, quando se trata do espaço rural, é discutido o conceito de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Nessa discussão sobre o DRS é necessário adequar o planejamento do DS para as peculiaridades de cada território, em macro e microescalas, para que a humanidade possa alcançar o novo paradigma de sustentabilidade (SACHS, 2001).

No Brasil e no restante da América Latina, a partir do avanço da Revolução Verde, iniciou-se uma preocupação com a agricultura familiar, visto que a proposta de avanço tecnológico não incluía pequenas escalas de produção, agravando a desigualdade no modelo de desenvolvimento atual. As consequências são agricultores de pequena escala sem acesso às tecnologias, analfabetismo e as mulheres com pouca participação social e política (SACHS, 2000; ASSIS, 2006).

O DRS [...] “Confere responsabilidade socioambiental, valoriza a cultura e as tradições em todos os espaços, bem como torna a sociedade mais equitativa e justa” (GREGOLIN *et al.*, 2020, p. 55). Corroborando com as ideias anteriormente apresentadas, Pedro Ramos (2001) entende o DRS como:

O termo “desenvolvimento rural sustentável” vem sendo utilizado recentemente para designar a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e a exploração do solo ou das atividades agropecuárias com preservação/recuperação ambiental. Tem sido empregado como uma novidade conceitual e as realidades a que se remete vêm sendo merecedoras de preocupações e de políticas não apenas nos países subdesenvolvidos (RAMOS, 2001, p. 141).

A necessidade de repensar a agricultura e utilizar métodos guiados pela lógica da natureza, associados à equidade social, é vista também como um novo paradigma,

conforme CAPORAL e COSTABEBER (2002). Para outros autores a definição de DRS abrange mudanças mais complexas, como, um rearranjo agrário e político que interfere na realidade de diversos atores e leva em conta os interesses e a contribuição de todos os grupos sociais (LOPES, LOPES, 2011).

A agricultura familiar desempenha uma função fundamental no processo de construção do DRS, pois em grande parte a Agricultura Familiar manteve uma lógica de produção menos agressiva ao longo do tempo, além de contribuir para a existência de uma memória cultural. Contudo, a agricultura familiar herda uma preocupação ambiental anterior aos debates internacionais relacionados ao DS e sofre pressões relacionadas à conservação ambiental (MALUF, 2010).

Para Monique Medeiros e Jalcione Almeida (2010) os principais desafios atuais, no espaço rural, estão ligados a transformar as teorias sobre DRS em ações concretas, na esfera cultural, ambiental, política, social e econômica. Na primeira década dos anos 2000, pode se dizer que o país passou por avanços no DRS, como a criação de redes de políticas públicas locais e nacionais voltadas para o fortalecimento das áreas rurais (MALUF, 2010).

O DRS, além de contemplar todas as peculiaridades culturais, visa promover segurança alimentar, trabalho, renda, modernização ecológica e uso racional dos recursos naturais. Nesse sentido, Sachs (2001) afirma que a agricultura familiar é indispensável para o DRS no Brasil, tanto em escala local como territorial, sendo fundamental para diversificação dos empregos no espaço rural. Para o autor, o Brasil tem mais condições de implantar o desenvolvimento rural sustentável que qualquer outro país”, devido a sua biodiversidade, disponibilidade de biomassa, fibras, fármacos, solo fértil e a riqueza do conhecimento tradicional dos camponeses (SACHS, 2001, p. 79).

De acordo com a abordagem de Eduardo Sevilla Guzmán (2001, p. 37- 41) para a construção do DRS na agricultura familiar, deve-se levar em conta a “integralidade dos setores econômicos e socioculturais, o equilíbrio ecológico, a autonomia dos agricultores e agricultoras na gestão da produção”. Outros fatores são a sustentabilidade das atividades produtivas, o saber dos agricultores, bem como, a pluriatividade, “complementaridade da renda e a potencialização dos circuitos curtos”.

Nesse processo de construção do DRS, para alguns autores, serão as mulheres que deverão assumir o papel de protagonismo. A degradação ecológica e os problemas econômicos e políticos da nossa sociedade estão formando uma classe trabalhadora rural, que em meio às exigências de condições, começam a se opor ao sistema agroalimentar

global. Nessa nova classe estão as mulheres, que ao longo da história mostraram uma preocupação maior com a reprodução social, o que dá a elas o papel de da transformação para uma sociedade mais ecológica (FOSTER, 2015).

As mulheres passam a ser importantes para o DRS porque são as principais afetadas pelo capitalismo hegemônico, além de serem as que trazem a chave para a questão, segundo a citação anterior. Segundo Plínio Sampaio Jr. (2021) a crise do sistema capitalista torna necessária uma mudança na divisão internacional do trabalho, principalmente porque as soluções propostas pelos países com economias desenvolvidas são neoliberalistas, estimulam movimentos capitalistas que agredem o meio ambiente e as classes mais vulneráveis, dentre elas as mulheres. “A crise do capitalismo no Brasil traz problemas históricos, como o machismo, a fome e os problemas ambientais” (informação verbal) <sup>22</sup>.

O posicionamento das mulheres na família, nas associações de produtores rurais, na comunidade, na produção de alimentos e em projetos relacionados à segurança alimentar e à erradicação da pobreza, apresenta uma dinâmica de relações interdependentes que incluem características do DRS. São as mulheres que conservam as sementes crioulas, resistem às imposições criadas pela Revolução Verde, como as sementes transgênicas, cuidam das hortas e se preocupam com a saúde dos alimentos (DREBES; BOHNER, 2018; PINTO, FERREIRA, 2020; RAUBER, 2021).

Na América Latina, os movimentos sociais e as redes de produção de alimentos agroecológicos, orgânicos e da agricultura familiar, buscam colocar as mulheres na dimensão econômica da sociedade. Essas discussões colocaram em evidência as economias alternativas, como a economia feminista e a Economia Solidária<sup>23</sup>, que propõem o novo paradigma sustentável e se opõem ao modelo capitalista ortodoxo e androcêntrico (FARIA, MORENO, 2010).

---

<sup>22</sup> Palestra: Crise econômica mundial e o futuro do Brasil, realizada no evento de recepção da nova turma do Curso de Economia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Laranjeiras do Sul*, PR, em novembro de 2021.

<sup>23</sup> A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver, e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. [...] A economia solidária apresenta vantagens em relação ao capitalismo: a autogestão torna cada trabalhador consciente do seu papel no todo em que atua; a inteligência coletiva dos trabalhadores está permanentemente a serviço do desenvolvimento do Empreendimento Econômico Solidário (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010, não paginado).

Dentro da discussão do DRS, a economia feminista e a economia solidária partem de enfoques analíticos alinhados aos movimentos sociais e à Agroecologia, vista como um novo sistema alimentar e uma nova forma de distribuição de alimentos, diretamente ligada ao trabalho das mulheres do campo (BRUIL *et al.*, 2020). E a Agroecologia como ciência, prática e movimento, é base para este novo sistema alimentar e esta nova forma de distribuição.

A economia feminista é um campo de estudo que visa problematizar as relações de gênero e interpretar reflexões que não são desvendadas pela teoria tradicional, marxista e institucionalista. Além disso, faz crítica à utilização desordenada dos recursos, ressalta a necessidade de uma visão holística da sociedade e de uma abordagem interseccional<sup>24</sup> do fim da acumulação de capital, aumento da solidariedade, ética e estreitamento dos laços com a natureza (ARTACKER; ORTIZ; CASTRO, 2020; CADÓ; FURNO, 2020).

Algumas abordagens da economia feminista são compatíveis com a realidade das mulheres do campo. Conforme Vandana Shiva (1998) o trabalho das agricultoras contribui para a preservação da biodiversidade ao utilizar uma lógica de aproveitamento do espaço de cultivo, produção diversificada, priorizando a alimentação saudável da família. A prática dessas mulheres pode ser referência para construção de um novo modelo de produção agrícola.

O ecofeminismo, segundo Vandana Shiva, é a luta das mulheres em defesa do planeta, contra a ganância e o capitalismo. O pensamento de que a natureza é viva e não apenas uma fonte de recursos “morta” e sem consciência. Dentro da natureza, as pessoas são consideradas, ao contrário do sistema capitalista, que reduz as pessoas a objetos, que vão crescer, produzir, alcançar objetivos e morrer.

Uma mãe, se puder escolher, jamais vai alimentar o filho com um alimento envenenado, e jamais vai escolher a pior semente para plantar e produzir frutos para alimentar a família. Pela lógica familiar, quando alguém adoece quem cuida geralmente é a mulher, quem seleciona os alimentos para o preparo, quem dá sabor, portanto para o

---

<sup>24</sup>O conceito de interseccionalidade, inicialmente proposto a partir de estudos e pesquisas feministas, se propõe a compreender como a articulação das diferentes categorias sociais (classe social, gêneros, raça/etnia, cor, sexualidades, corpos, entre outras) se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades e injustiças (PERPÉTUO, 2014, não paginado). A perspectiva da interseccionalidade surge por volta da década de 1980 influenciada pelos escritos críticos que questionavam os pressupostos do pensamento feminista tradicional, como a distinção entre sexo e gênero. [...] A interseccionalidade desafia o modelo hegemônico de mulher universal. Em segundo lugar, considera-se que gênero, etnicidade, raça, classe, entre outras classificações, operam em múltiplos níveis da vida social. Desta forma, a interseccionalidade trata não só de identidades individuais, como também das relações materiais de desigualdade. (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018, p.238 - 240).

ecofeminismo a mulher é “professora” e dita o rumo pra curar um mundo em crise ambiental, social e política.

O Ecofeminismo é crítico a Revolução Verde e a forma como a agricultura se desenvolveram e se industrializou, vendendo a ideia do progresso, do fim da fome, da produção de alimentos, da economia farta, mas na realidade, não acabou com a fome e reduziu um sistema rico biologicamente à monoculturas. A produção de *commodities* não leva em conta a nutrição, considerando que há uma diferença entre alimentar e nutrir e desconsiderar o solo.

De acordo com Vandana Shiva o Ecofeminismo prioriza a biodiversidade e a nutrição, visto que, uma floresta tropical, como a Amazônia, por exemplo, em seu curso natural ela produz alimentos que nutrem, e quando extraído os alimentos o próprio sistema natural é capaz de se auto-regenerar, produzir matéria orgânica para o solo, formar um banco de sementes, deixar frutos no chão para alimentar os animais. Já a produção de *commodities* não tem uma lógica regenerativa, o solo é um mero espaço de produção, e há interferência com produtos químicos, sementes modificadas e agrotóxicos.

Vandana Shiva<sup>25</sup> também critica o avanço da engenharia genética sobre as sementes, como guardiã de sementes (pessoas que guardam sementes crioulas, visando garantir a continuidade da coevolução natural entre o ambiente e as plantas). As sementes passaram a ter marcas, a gerar patentes e *royalties*, como se não fossem uma parte da natureza com milhares de anos de evolução, só porque foram introduzidos genes dentro delas.

Para Emma Siliprandi<sup>26</sup> (2000) poucos movimentos ou grupos feministas no Brasil procuram fazer uma ligação entre a dominação da natureza e das mulheres e há pouca preocupação com o papel que a mulher desempenha no processo produtivo da agricultura. Para a autora, isso diferencia o Ecofeminismo de outros movimentos feministas, pois é um dos poucos que articula perspectivas ambientais e a luta pela liberdade da natureza com a causa das mulheres.

Na subseção 1.1 será apresentado os princípios do Ecofeminismo e as relações com a agricultura praticada por mulheres no cenário dos municípios da região Centro-Sul paranaense.

---

<sup>25</sup> SHIVA, VANDANA. Vandana Shiva começou lutando pela floresta na Índia e criou movimento para salvar milhares de sementes. [Entrevista concedida] LIMA, Juliana Domingos de. **Revista ECOA**, 2021.

<sup>26</sup> SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

O Ecofeminismo de acordo com a percepção de Siliprandi (2000) pode ser organizado em alguns princípios gerais. Sendo estes:

Princípio Econômico: Convergências com a forma como o modelo hegemônico capitalista situa as mulheres e a natureza, na sociedade eurocentrista. Nesse modelo atual ocorre uma dominação das mulheres e da natureza, e a exploração de ambas com objetivos mercadológicos, visando o lucro, o desenvolvimento econômico e o progresso.

Princípio político: O pensamento hegemônico e eurocentrista, visualiza politicamente mulher e natureza como objetos da cultura, sendo o homem formador da cultura e visto como superior ao objeto. Nesse aspecto, o ecofeminismo propõe a junção das lutas (ambiental e feminista) já que ambas são vítimas do processo cultural e político.

Princípio Científico e tecnológico: Nesse aspecto, o Ecofeminismo contesta como a história foi escrita de modo que não evidencia o processo de exclusão da mulher do mundo científico e do conhecimento. E não estrutura de forma veemente a exploração da natureza. Outra questão são os avanços científicos e tecnológicos que marginalizaram cada vez mais as mulheres e aceleram a destruição da natureza.

Princípio do dualismo: O Ecofeminismo questiona as divergências na situação da mulher. No feminismo pode ser encontrada a teoria das intersecções, em que se defende que a situação das mulheres apresenta graus de exclusão e dominação. O Ecofeminismo chama tais diferenciações de dualismo, como por exemplo, a cidade e campo, o trabalho intelectual e o trabalho mais manual.

Nesse aspecto pode ser discutido com mais ênfase o impacto da dominação da natureza na questão das mulheres. Ao refletir sobre a mulher do campo que perdeu sua autonomia ambiental e cultural, e o seu direito de plantar conforme seus conhecimentos tradicionais, por causa da revolução verde, o avanço tecnológico e as mudanças no sistema agroalimentar global, sofre muito mais os impactos da dominação e exploração da natureza do que uma mulher que cresceu e vive em um local urbano.

Nesse aspecto o Ecofeminismo salienta que as mulheres, que nas civilizações antigas eram responsáveis por observar as sementes, plantar os frutos, testar os alimentos, e com seus instintos naturais de alimentar e cuidar dos membros da família, podem mostrar à sociedade como construir uma nova forma de desenvolvimento. Esse novo desenvolvimento é baseado não apenas na igualdade entre homens e mulheres, mas na igualdade com a natureza e todos os seres, situando o homem novamente nesse contexto.

Nesse novo enfoque paradigmático da agroecologia, do feminismo, da soberania alimentar, da economia solidária e economia feminista, os valores estabelecidos são

cuidados, reciprocidade, solidariedade e alimentação humana acima dos lucros. Eventos como a pandemia da Covid-19 que agravaram a escassez de alimentos, mostraram a importância da elaboração de sistemas agroalimentares diversificados, resilientes e sustentáveis, e que esses novos modelos podem ser construídos a partir da ética feminista (BRUIL *et al.*, 2020; MONTIEL; RIVERA-FERRE; ROCES, 2020).

Observou-se no estudo das referências sobre DRS, economia solidária e economia feminista, que as mulheres agricultoras, além de promoverem sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis, também são agentes na comercialização de produtos por meio dos canais curtos. A importância dos canais curtos de comercialização na geração de renda das mulheres e para o DRS será discutida na próxima sessão.

### 3.3 CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AS FEIRAS-LIVRES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Os circuitos curtos de comercialização são fundamentais para o processo de intercâmbio entre o mercado local e os mercados regionais. A agricultura familiar precisa minimizar a dependência do exterior das comunidades e dos mercados convencionais vinculados à lógica econômica da globalização, visto que, esse processo direto entre consumidor e produtor permite que o produtor obtenha maior lucratividade e controle da cadeia (GUZMÁN, 2001).

Terry Marsden, Jo Banks e Gillian Bristow (2000) definem os “circuitos curtos” ou as “cadeias agroalimentares curtas” como um contato direto entre produtor e consumidor. Os circuitos curtos podem ser divididos em três níveis principais: a) O face-a-face em que o consumidor tem acesso ao produtor; b) proximidade espacial em que os produtos são comercializados no varejo local; e c) espacialmente estendido em que os produtos são vendidos em outra região, mas apresentam uma identidade do local de produção.

Para Ferrari (2011), o nível face-a-face da cadeia agroalimentar curta abrange as feiras-livres, as vendas na unidade de produção, as entregas em domicílio, as lojas de produtos artesanais e coloniais e os estabelecimentos de rotas turísticas. Uma das principais vantagens desse nível de cadeia é a relação de confiança estabelecida com a comunidade que associa os produtos com o saber local, proporcionando valorização da agricultura familiar e a inclusão cultural das comunidades.

A inexistência de agentes intermediários no processo de comercialização tende a trazer ganhos tanto para os produtores/agricultores, quanto para os consumidores. O

produtor que realiza a venda direta pode obter a rentabilidade integral pelos seus produtos, enquanto o consumidor pode obter alimentos mais saudáveis e acessíveis no comércio local, como por exemplo, nas feiras-livres e através da venda de porta em porta.

As feiras-livres abrangem a comercialização de diversos produtos e podem ser classificadas quanto aos setores, quanto aos feirantes, quanto às trocas e quanto às técnicas de produção. Em relação às técnicas de produção as feiras-livres de comercialização de produtos da agricultura familiar podem ser agroecológicas, orgânicas e de agricultores familiares, porém para serem identificadas como agroecológicas e/ou orgânicas os feirantes precisam possuir certificação<sup>27</sup> (ARAÚJO, RIBEIRO, 2018).

Segundo Guzmán (2006) a produção de alimentos agroecológicos abrange diferentes dimensões, sendo estas, a técnica, econômica, social, cultural, intelectual e política. O enfoque agroecológico propõe uma transição da agricultura convencional para uma agricultura sem uso de produtos agroquímicos que inclui a cultura, os saberes locais e tradicionais das comunidades, as especificidades do ambiente e o campesinato. Enquanto a produção orgânica, de acordo com Brasil (2003), considera a produção agropecuária a partir de métodos biológicos e mecânicos, não utilizando insumos sintéticos, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes durante o processamento.

Os produtos da agricultura familiar de acordo com Schneider e Cassol (2013) podem ser considerados produtos tanto orgânicos, agroecológicos, como também produzidos com a utilização de pequenas quantidades de insumos sintéticos e, em alguns casos, a produção de *commodities* em pequena escala.

Segundo Alberto Bracagioli (2021) os circuitos curtos de comercialização (CCC) são estruturas de produção e comercialização contra hegemônicas e que se opõem aos impérios alimentares e às grandes redes de comercialização que se distanciam dos agricultores. As rotas que os alimentos percorrem nas cadeias agroalimentares longas

---

<sup>27</sup>A certificação de produtos orgânicos é compulsória e foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. Para que um produto seja rotulado e vendido no Brasil como “orgânico” é obrigatório que a unidade de produção passe por um dos 3 mecanismos de garantia da qualidade orgânica – certificação por auditoria, certificação participativa ou estar vinculada à uma organização de controle social. Esta obrigatoriedade está baseada nos riscos à segurança do consumidor ou ao meio ambiente. Além do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, o órgão regulamentador dos produtos orgânicos é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2020, não paginado).

ocasionam desperdícios e os custos de logística encarecem o preço final que chega ao consumidor (informação verbal)<sup>28</sup>.

Os CCC formam uma rede que se inicia pelo autoconsumo familiar, depois abrangem a comunidade através da venda em eventos, como feiras e festas comunitárias, a venda direta na propriedade e as vendas de porta em porta nas residências. A venda municipal é realizada através das feiras-livres, pequeno varejo de residência em residência e lojas especializadas, enquanto em escala regional ocorre a partir da aliança de pequeno varejo com os mercados institucionais (FABÍOLA R.R. DE ALMEIDA *et al.*, 2021).

Bracagioli (2021) explica que o tempo de circulação dos alimentos nas cadeias longas, sacrifica a qualidade dos alimentos, visto que, são necessários produtos químicos que prolonguem a durabilidade e aumentem a conservação desses produtos, e esses produtos químicos ocasionam problemas de saúde aos consumidores. Os CCC, especialmente as feiras-livres, além de reduzir a rota dos alimentos, proporcionam laços afetivos entre agricultores e consumidores e trocas culturais de conhecimentos e diminuem a dependência de agentes intermediários (informação verbal)<sup>20</sup>.

De acordo com Schneider (2021) os CCC são capazes de reconstruir a identidade territorial e estabelecer vínculos entre a sociedade e a região, visto que aproximam a agricultura familiar da população urbana, que começa a reconhecer as especificidades e as singularidades que há no campo. Outro aspecto fundamental, é que os CCC, eliminam os custos de logística e as incertezas dos consumidores quanto à qualidade dos alimentos.

Segundo Juliana Franco (2021) a pandemia do SARS-CoV-2, afetou a segurança alimentar da população latino-americana e a qualidade da alimentação, principalmente por problemas na logística e na comercialização de alimentos. Ana Clara Duran (2021) pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Alimentação (NEPA) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), diz que a insegurança alimentar no Brasil aumentou principalmente nos municípios que não conseguiram continuar adquirindo alimentos da agricultura familiar e repassando estes para a população através de programas de incentivo (Informação verbal)<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup>Live: Cadeias Curtas de Comercialização: Feiras Orgânicas. Apresentada no canal do Youtube do Grupo Uvaia Agroecologia, palestra de Alberto Bracagioli, professor da UFRGS e Mayara Barros, agricultora ecologista e mediada por Ana Maria Mielniczuk e Gabriela Rodriguez, em outubro de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/SAyYFn1BpYU>.

<sup>29</sup>Live: Pandemia afeta políticas públicas de segurança alimentar. Realizada pelo canal TV Unicamp do Youtube, em abril de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/Jg0Sfqftm3k>.

Nesse contexto, Franco (2021) afirma que os cortes de investimentos em programas governamentais de transferência de renda nos últimos anos, já haviam agravado o quadro de insegurança alimentar e nutricional no Brasil, pois ocasionaram mudanças no padrão de consumo das famílias brasileiras em relação aos alimentos orgânicos, variados e de qualidade. Walter Belik (2021) considera que o Brasil passa por um processo de “austericídio” durante a pandemia, devido à redução de investimentos e uma gestão inadequada de estoques reguladores de alimentos.

Para Belik (2021) os problemas alimentares no Brasil ocasionados pela alta no preço dos alimentos ocorreriam mesmo sem a crise da pandemia da Covid-19 e os eventos de seca dos últimos anos. O motivo principal é o fato de o governo federal da atualidade não respeitar a recomendação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a qual determina que 30% da produção dos alimentos básicos seja reservada nos países como estoque regulador de alimentos para equilibrar os preços internos até uma nova safra e, assim, reduzir os riscos de desabastecimento, elevação de preços e aumento da fome.

De acordo com Renata Motta (2021) atualmente cerca de 60% da população brasileira encontra-se em situação de insegurança alimentar leve. No quadro de insegurança alimentar leve, as famílias sofrem com a preocupação de que poderá faltar alimentos antes do final do mês, e ainda, a maioria dessas famílias sofre insegurança alimentar moderada e severa e mudam o padrão alimentar comprometendo a saúde nutricional dos membros. Segundo o relatório da PENSSAN<sup>30</sup> (2021) No ano de 2020, 9% dos brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar severa, e na área rural o percentual era de 12%.

Segundo Motta (2021), o Brasil no século XXI havia superado parte dos problemas alimentares com políticas públicas de promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA), alcançando 77% de segurança alimentar em 2013. No entanto, a redução do investimento nessas políticas nos últimos anos, associados com a pandemia, fez com que o país retornasse a um estado mais crítico (Informação verbal)<sup>31</sup>.

A crise sanitária da Covid-19, não só agrava a insegurança alimentar pela falta de alimentos e encarecimento dos produtos, como faz com que os consumidores reflitam mais em relação à qualidade das refeições. O aumento do marketing de produtos

---

<sup>30</sup> Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

<sup>31</sup>Live: A insegurança alimentar atinge 59% dos brasileiros durante a pandemia. Realizada pelo canal do Youtube UnBTV, em maio de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/FjMAuiFlpxs>.

orgânicos, que já apresentavam um crescimento na preferência dos consumidores na última década, fez com que a indústria agroalimentar convencional passasse a investir na comercialização desses produtos, apresentando selos de certificação. No entanto, o acesso a esses produtos acaba se restringindo aos consumidores com maior poder aquisitivo (ROVER; DAROLT, 2021).

Em meio a esse cenário vem surgindo diversos movimentos sociais, acadêmicos e políticos, contrários ao sistema agroalimentar convencional, que defendem a reestruturação dos processos de produção e comercialização de alimentos. No rearranjo de modelos agroalimentares se inclui desde uma agricultura mais sustentável, até a reconexão de produtores e consumidores através de uma mercantilização de proximidade, que resgate valores culturais e conhecimentos tradicionais e a soberania alimentar dos territórios (MIRANDA *et al.*, 2021).

Um dos grandes desafios atuais no Brasil é promover uma reconexão entre a produção de alimentos e consumo interno e o acesso dos consumidores a preços justos, a partir da inserção dos agricultores familiares no mercado e redemocratização dos alimentos orgânicos e agroecológicos. A efetivação dos CCC e o estímulo da produção diversificada de alimentos de acordo com a identidade cultural de cada território é uma alternativa para alcance da segurança alimentar da população (ROVER; DAROLT, 2021).

A agricultura familiar, principalmente a de base ecológica, se insere no mercado através dos CCC, e a prática destes permite um preço mais acessível aos consumidores e a construção de um mercado que mantém valores socioambientais e culturais (GUZZATTI; TURNES, 2021). Os CCC promovem uma cooperação social entre diversos grupos, agricultores, consumidores, técnicos, associações e Organizações não governamentais (ONGs) (ALMEIDA *et al.*, 2021).

Para Rover e Darolt (2021) a decisão do consumidor por adquirir alimentos em feiras-livres de produtores da agricultura familiar é um ato político que promove a democracia alimentar. A transição agroecológica também é impulsionada pela comercialização em CCC, visto que, os agricultores e agricultoras percebem que o uso de técnicas tradicionais e a eliminação de produtos químicos do processo, associadas a uma produção diversificada, agregam valor ao produto e diminuem custos de produção.

Os CCC do tipo feiras-livres na maioria das vezes são administrados pelas prefeituras, por associações de produtores, instituições de apoio como os institutos e as universidades e ONGs. Esse sistema de comercialização exclui agentes intermediários, e

possibilita a formação de um espaço cultural, educativo, e que promove a diversidade, a alimentação adequada, a qualidade de vida e a troca de conhecimento (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2016).

Existem registradas no site do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2021) cerca de 870 feiras-livres da agricultura familiar, que se identificam como canais de comercialização de produtos de base de produção orgânica e agroecológica. Na região Sudeste do Brasil fica situado a maior quantidade dessas feiras registrada, um total de 228, enquanto o Sul conta com 227, Nordeste com 228, Centro-Oeste com 71 e Norte com 42, o entanto, há diversos municípios que não inseriram os dados referentes às feiras na base do IDEC.

Mary Stela Bischof (2021) realizou um estudo de caso no Celeiro do Agricultor, um Centro de Comercialização Permanente da Agricultura Familiar (CCPAF), que fica situado no município de Guaraniaçu, Paraná e fornece produtos *in natura* para a comunidade local, por meio de associação coletiva de agricultores e agricultoras. A autora constatou que do total de 114 associados, 58 são mulheres e 56 são homens, e muitas mulheres já exerceram a função de presidente da Associação, mostrando assim a importância dos CCC para a inclusão social das mulheres.

Ana Ivania Alves Fonseca *et al.*, (2017) analisaram a atuação das mulheres agricultoras através das feiras-livres e mercados dos municípios de Bocaiúva e Montes Claros no estado de Minas Gerais. As autoras concluíram a partir do estudo, que as feiras-livres permitem maior qualidade de vida para as feirantes e para suas famílias e possibilitam maior atuação na vida social, no entanto, políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são fundamentais para viabilização da produção e investimento em infraestrutura e equipamentos.

Com base nas contribuições das autoras e dos autores apresentados nesta seção, é possível identificar que as feiras-livres (canais que serão estudados nesta pesquisa), podem ser classificadas quanto à origem de seus produtos. As feiras-livres são fundamentais para a segurança alimentar da população, contribui para a construção da identidade territorial, incluem as mulheres agricultoras no processo de gestão e remuneração e proporcionam visibilidade do trabalho das mulheres e maior qualidade de vida para as feirantes e suas famílias.

#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo apresenta os principais resultados encontrados nas pesquisas de campo, baseado nos relatos das entrevistadas, mesclando com as percepções da autora e o arcabouço teórico. A seção 4.1 traz aspectos do perfil das colaboradoras da pesquisa, a seção 4.2 expõe as características das feiras onde essas mulheres atuam.

##### 4.1 PERFIL FAMILIAR DAS AGRICULTURAS E FEIRANTES DOS MUNICÍPIOS DE PITANGA E PALMITAL

No campo piloto realizado no ano de 2021, foram entrevistadas cinco feirantes, sendo quatro no município de Pitanga e uma no município de Palmital, PR. Pode-se observar neste momento que os feirantes apresentavam diferentes perfis quanto à idade, histórias de vida, produtos comercializados na feira e percepções quanto ao trabalho realizado na unidade de produção e na feira-livre. Na tabela (1) são apresentados dados pessoais das entrevistadas. Foram utilizados nomes fictícios para as colaboradoras.

Tabela 1: Perfil das feirantes/agricultoras

| <b>ID</b> | <b>Nome</b>      | <b>Município</b> | <b>Idade</b> | <b>Escolaridade</b>    |
|-----------|------------------|------------------|--------------|------------------------|
| 01        | Rosa da Silva    | Pitanga          | 62 anos      | Fundamental Incompleto |
| 02        | Maria Ferreira   | Pitanga          | 48 anos      | Fundamental Completo   |
| 03        | Anita dos Santos | Pitanga          | 27 anos      | Superior Completo      |
| 04        | Joana de Souza   | Pitanga          | 50 anos      | Fundamental Completo   |
| 05        | Madalena Moreira | Palmital         | 20 anos      | Superior incompleto    |

Fonte: Dados do Campo piloto, 2021.

Na tabela (2) pode se observar a partir da heterogeneidade do perfil das colaboradoras, o caráter inclusivo das feiras da agricultura familiar, reforçando a importância destes canais na comercialização para os municípios onde foi realizada esta pesquisa. Também se nota a presença de feirantes jovens, o que indica indícios de sucessão rural promovidos pelas feiras-livres nos municípios estudados.

A estrutura familiar de cada feirante pode ser observada no quadro (1).

Quadro 1: Estrutura familiar das entrevistadas

| Entrevistada     | Filhos              | Estado Civil |
|------------------|---------------------|--------------|
| Rosa da Silva    | 4 filhos (Homens)   | Casada       |
| Maria Ferreira   | 2 filhos (Homens)   | Casada       |
| Anita dos Santos | Sem filhos          | Solteira     |
| Joana de Souza   | 2 filhas (Mulheres) | Casada       |
| Madalena Moreira | Sem filhos          | Solteira     |

Fonte: Dados do Campo piloto, 2021

A feirante/agricultora (01) Rosa da Silva tem quatro filhos, destes apenas um deles reside na propriedade da família e trabalha como agricultor, os demais moram em outras localidades dos municípios, mas também são agricultores. Vem a Feira todas as quartas e sábados acompanhada do seu esposo, como ela mesma relata:

[...] Nasci em Ivaiporã, trabalhei sempre na roça, meus pais sempre foram agricultor(es). Foi em 88 (1988) que nós (nós) mudou pra cá, sempre morei na chacrã (chácara), é uma chacinha, criei o fio (filhos) lá. [...] Nós dois trabalha na lavoura. Toda vida a gente acorda 7 horas ou 6 horas e já vai mexer com trábão (trabalho) lá fora, faz 15 anos que eu to na feira aqui faz 15 anos, e nós vendia na rua, depois mudou aqui, mais quando nós vendia na rua nós vendia mais (Rosa da Silva, 2021; Grifos da autora).

A colaboradora (1) relata que está a 15 anos na feira e acorda todo dia às sete horas da manhã para desenvolver seu trabalho junto ao marido, tanto na feira como na propriedade rural. Pode-se perceber aqui alguns aspectos da divisão sexual do trabalho em que ambos realizam o mesmo trabalho e tem o mesmo status de importância.

A feirante/agricultora (02) Maria Ferreira, tem dois filhos e apenas um mora na propriedade, porém não participa das atividades por ter compromissos como estudante. A Feirante e agricultora tem origens da agricultura familiar como relata:

Meu pai, Francisco Braz e minha mãe Rosa Ferreira Braz são agricultores, eles moram na Borboleta Anjo da Guarda (área rural de Pitanga) e eu até me casar também. Aí quando casei vim embora pra cidade, nós trabalhávamos na agricultura, mas quando casei vim pra cidade, trabalhei como diarista e depois de 10 anos fui embora pra Rio Azul (PR) e comecei a lidar com defumados, abri uma fábrica lá, aí vendi lá e voltei a morar aqui na cidade, eu tinha minha casa e minhas coisas aqui, vendi a minha casa e comprei uma chácara que é onde eu moro hoje, que é no bairro Rio Ernesto, aonde que eu tenho minha fábrica de defumados, desde 2009, trabalho com os defumados. (Maria Ferreira, 2021).

Nos casos dos filhos de dona Maria podemos verificar que a sucessão rural (apesar de ocorrer conforme explicado acima) ocorre de forma escassa, visto que, os filhos das entrevistadas não apresentam interesse em continuar o trabalho nas feiras e na agricultura familiar.

Ainda conforme relatado por dona Maria é possível verificar a importância da feira para gerar estabilidade financeira na família tendo a colaboradora como protagonista desse processo. Ela também relata um processo de especialização da produção, reduzindo a pluriatividade quando ela e seu marido deixam de trabalhar na área urbana e passam a se dedicar exclusivamente à produção.

A Colaboradora (03) Anita dos Santos, 27 anos, graduada em Administração, é solteira e não têm filhos, a agricultora relata:

Eu nasci em Curumbataí do Sul e vim do Roncador pra cá, eu trabalhava no setor administrativo em uma loja de móveis e faz 2 anos que eu fui trabalhar com o pai lá no sítio [...] nosso grupo familiar é eu, meu pai, minha mãe, e futuramente vai ter meu futuro esposo também, a divisão do trabalho é igual, o que um não consegue fazer outro ajuda, você vai puxar um esterco todo mundo ajuda, vai plantar um canteiro todo mundo vai junto. (Anita dos Santos, 2021).

Joana de Souza é casada desde os 30 anos e tem duas filhas, uma menina de 11 anos que é estudante e uma de 14 que trabalha como jovem aprendiz. Nasceu na área rural do município de Pitanga, na comunidade de Borboleta e desde criança trabalhou na agricultura. Há oito anos trabalha também como feirante do CCPAF<sup>32</sup> do município, como relata abaixo

Eu nasci aqui mesmo, sou natural de Pitanga, sempre fui agricultora, meus pais também sempre foram agricultores, nos 30 anos eu me casei, aí que eu comecei lidar com as feiras, mas feirante mesmo faz 8 anos, mas agricultora igual, sempre agricultora, até eu morrer, e tamo (estamos) aí, lutando, vivendo, trabalhando e não paramos. Acordo de manhã pra estribaria, eu agora to sozinha, porque minhas filhas, uma trabalha como jovem aprendiz e outra estuda e tem 11 anos ainda, mas meu esposo trabalha em conjunto, os dois agricultores, eu nasci na comunidade Borboleta, mas depois que casei moro no Arroio Grande (Joana de Souza, Entrevistada, 2021).

Madalena Moreira tem 20 anos, é solteira, não tem filhos e nasceu em uma comunidade rural do município de Palmital, hoje reside na área urbana durante a semana para cursar a universidade e trabalha como babá, além de atender na Feira da Agricultura

---

<sup>32</sup> Centro de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar

Familiar do Município. Os pais sempre foram agricultores e fazem parte do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Nas entrevistas realizadas no levantamento de campo em setembro de 2022, foram entrevistadas duas feirantes do município de Palmital, PR, conforme os dados da Tabela (2).

Tabela 2: Perfil das feirantes entrevistadas na segunda visita de campo no município de Palmital, PR.

| ID | Nome             | Município | Idade | Estado Civil | Escolaridade          |
|----|------------------|-----------|-------|--------------|-----------------------|
| 06 | Helena Oliveira  | Palmital  | 40    | Casada       | Ensino médio completo |
| 07 | Margarida Vieira | Palmital  | 34    | Casada       | Ensino médio completo |

Fonte: Dados do Campo piloto, 2021.

Helena Oliveira (Entrevistada 07) nasceu em Palmital e é casada há 18 anos e tem dois filhos, sendo um menino de 12 anos e outro de 18 anos. Sempre viveu na área rural do município e é oriunda de uma família de agricultores. Já Margarida Vieira (Entrevistada 06) que também é natural do município tem dois filhos e duas filhas, é casada e se considera agricultora e feirante.

A entrevistada Helena Oliveira relata que está há nove anos na feira de Palmital, conforme relatado abaixo:

Eu nasci aqui em Palmital, desde que nasci moro no sítio, sou casada há 18 anos, tenho dois meninos, um de 16 anos e um de 12 anos, e faz nove anos que faço feira. Sempre fui agricultora, agora eu trabalho com leite, verdura, panificados, meus pais foram agricultores aqui de Palmital a vida inteira. Desde criança eu fui agricultora, eu carpia, plantava, a nossa propriedade é mais voltada pra agricultura familiar, me considero colona, a nossa propriedade tem 10 alqueires e quatro pessoas trabalham nela, sendo nós dois e meus filhos. A metade da propriedade veio de herança e metade nós compramos depois, utilizamos de grade e maquinário para o milho plantado pra silagem (Helena Vieira, 2022).

Quanto à identificação profissional relatada pelas entrevistadas, a predominância foi à profissão de agricultora, conforme apresentado na figura (2) não sendo citadas as demais categorias. Ressalta-se que todas as entrevistadas se identificaram também como feirantes ou comerciantes, conforme o relato abaixo:

Eu sou nascida em Santa Maria do Oeste, casada há 25 anos, tenho 2 filhas e um filho, a mais velha está com 23 anos, a do meio tem 17 e o menino com 14, e uma neta. Resido em Palmital há 25 anos, sempre fui agricultora desde que

nasci sempre na lavoura e trabalhei com pecuária de leite e aqui na feira já está com 13 anos já (Helena Oliveira, 2022).

Figura 2: Identificação profissional das Agricultoras/Feirantes



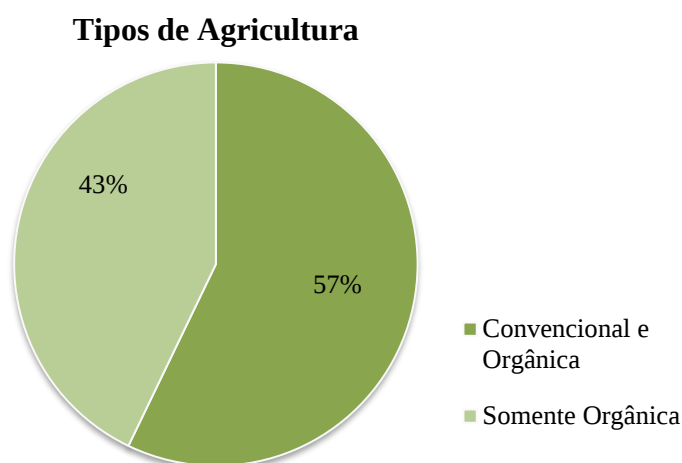
Fonte: Dados do campo piloto, 2021-2022

Quanto aos aspectos produtivos do perfil das agricultoras e feirantes, pode se observar que o uso de agrotóxicos é quase nulo, em que, apenas duas das entrevistadas afirmaram utilizar produtos dessa natureza nas culturas da propriedade. Ressalta-se que as que afirmaram utilizar destacaram que o uso não é em produtos comercializados na feira, mas sim nas culturas convencionais (milho, soja, aveia...) que integram a unidade de produção.

Um fato que chama atenção nos relatos, é que todas as agricultoras feirantes afirmam que antes do ingresso na feira, as culturas convencionais eram predominantes na propriedade, assim como o uso de insumos químicos, agrotóxicos, mecanização, bem como também, uso de crédito de instituições financeiras. Nesse aspecto, o ingresso na feira mostra uma mudança do perfil produtivo das propriedades, que adotaram sistemas de cultivos mais sustentáveis.

A figura (3) mostra que as culturas convencionais ainda são cultivadas na propriedade, embora três delas tenha adotado um sistema totalmente orgânico, porém, mesmo aquelas que ainda utilizam de culturas como soja, milho, dentre outras culturas no sistema convencional desejam utilizar cada vez menos insumos químicos e maquinários agrícolas, principalmente devido aos custos e a dependência de empréstimos bancários que o sistema requer.

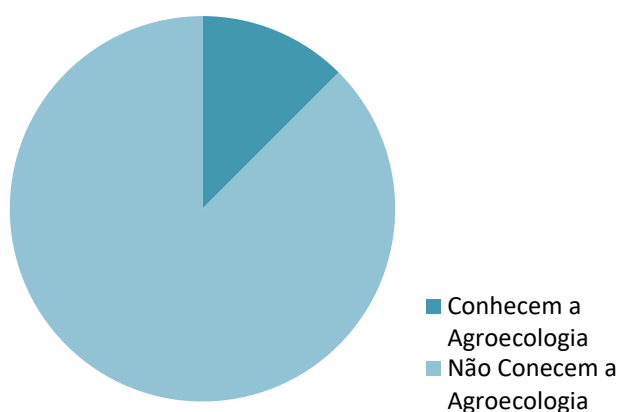
Figura 3: Tipos de agricultura cultivados nas propriedades das feirantes/agricultoras



Fonte: Dados da coleta de campo (2021-2022).

Quanto ao conhecimento em relação à Agroecologia, percebe-se pouco conhecimento por parte das entrevistadas, em que algumas relatam não saber o que é a Agroecologia, conforme apresentado na figura (4), e outras reduzem apenas a um tipo de plantio sem agrotóxico.

Figura 4: Conhecimento das Feirantes/Agricultoras entrevistadas nos municípios de Palmital e Pitanga em relação a Agroecologia.

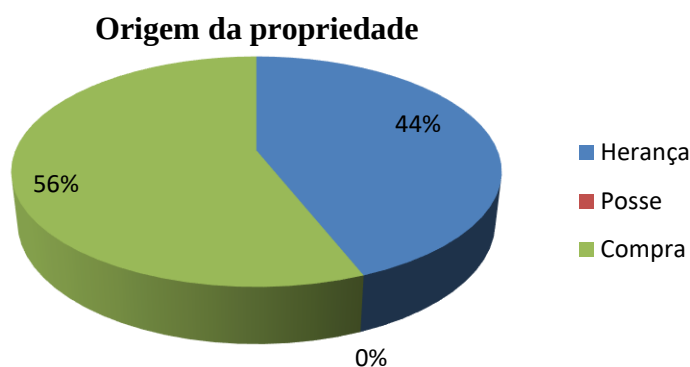


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021-2022)

As principais palavras utilizadas para definição da agroecologia pelas agricultoras/feirantes estão apresentadas na figura (6). Quanto à origem das propriedades

que pertencem às famílias das agricultoras/feirantes, as informações estão apresentadas na figura (5), em que se pode perceber uma predominância de propriedade adquiridas por compra ou por herança, não havendo nenhum caso de propriedades oriundas de reforma agrária ou arrendadas.

Figura 5: Origem das propriedades das agricultoras/feirantes entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021-2022)

Figura 6: Principais palavras utilizadas pelas entrevistadas para definir a Agroecologia



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021-2022)

Quanto à área das propriedades, há uma variação entre 4,84 ha e 48,4 ha, porém todas apresentam como principal fonte de renda, a comercialização na feira-livre.

Observa-se na tabela (3) que as propriedades maiores em extensão, mesclam a produção direcionada ao CCC com a pecuária leiteira, enquanto propriedades menores a tem como renda única.

Tabela 3: Características da propriedade e origem da renda das famílias conforme o relato das entrevistas das feiras-livres de Palmital e Pitanga - PR

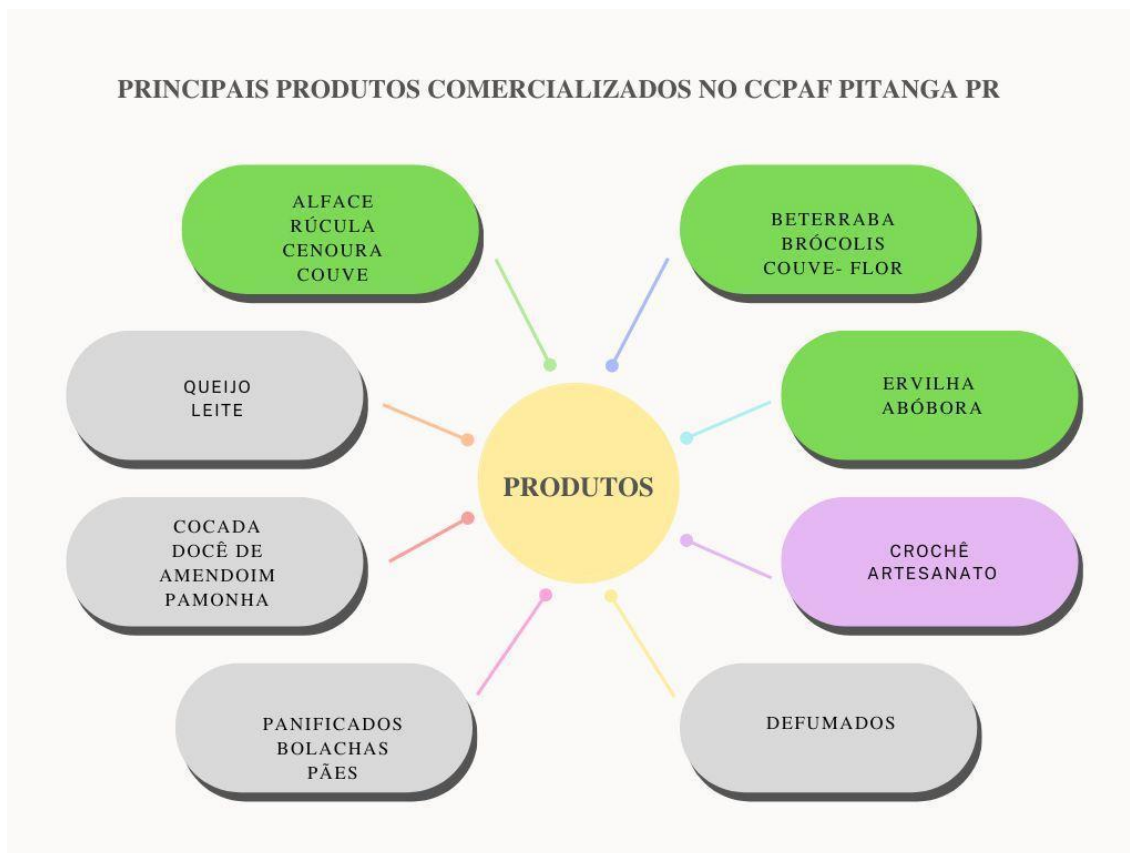
| <b>Município</b> | <b>Alqueires</b> | <b>Hectares</b> | <b>Renda</b>                      |
|------------------|------------------|-----------------|-----------------------------------|
| Pitanga          | 5                | 12,1            | 30% Feira/ 70% Aposentadoria      |
| Pitanga          | 3                | 7,26            | 100% Feira                        |
| Pitanga          | 2                | 4,84            | 100% Feira                        |
| Pitanga          | 5                | 12,1            | 100% Feira                        |
| Palmital         | 7                | 16,94           | 100% Feira                        |
| Palmital         | 20               | 48,4            | 60% Feira/40% Pecuária Leiteira   |
| Palmital         | 10               | 24,2            | 60% Feira / 40% Pecuária Leiteira |
|                  | 10               | 24,2            | 60% Feira / 40% Pecuária Leiteira |

Fonte: Dados da Pesquisa de campo (2021-2022)

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS DAS FEIRAS-LIVRES DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE PALMITAL E PITANGA – PR.

Os produtos comercializados no CCPAF do município de Pitanga/PR são diversificados, sendo desde artesanatos e peças de roupas produzidas manualmente até defumados e panificados. As verduras são predominantes sendo as mais citadas a couve, couve-flor, alface e abóbora. Outros produtos comercializados são doces, panificados, conservas e derivados do leite. A lista de produtos mais citados é apresentada na figura (7).

Figura 7: Principais produtos comercializados citados pelas agricultoras/feirantes do município de Palmital e Pitanga - PR



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021-2022).

De acordo com os relatos das entrevistadas, observa-se que essas mulheres mantêm ao longo do tempo, algumas técnicas específicas e tradicionais de produção, porém não se pode afirmar que podem ser caracterizadas como camponesas. O primeiro aspecto é que as famílias das agricultoras feirantes se adaptam às modificações impostas pelo sistema agroalimentar, embora por meio da feira tenham resgatado técnicas de produção utilizadas antes da Revolução Verde. Conforme Wanderley (1999) essa maleabilidade e as mudanças mercadológicas da agricultura as caracteriza como agricultoras familiares ao invés de camponesas, visto que é uma classe que resiste a essas modificações.

Figura 8: Produtos expostos no CCPAF em Pitanga PR



Fonte: A autora, 2021

Essas mudanças podem ser observadas em alguns relatos, como da feirante/agricultora Rosa da Silva, que afirma que após a inserção na feira pararam de trabalhar com a produção leiteira:

Eu sou agricultora, e sempre, quando nós começamos pra trabaia aqui na feira nós fizemos um curso pela prefeitura, meio de olho na qualidade dos produtos. Aqui na feira meu forte é pamonha, cocada, bolacha, pão e eu faço crochê também e ponhamo na feirinha. Nossa produção é orgânica e nós vende só aqui na feira, já trabaio, com leite mais paremo, pra casa eu tenho verdura, alface, couve, cebolinha, tenho uma horta pequena do lado da casa (Rosa da Silva, 2021).

Pode se caracterizar também de acordo com Schneider e Cassol (2013) como pertencentes a um tipo de Agricultura Familiar Especializada conforme classificado pelos autores, em que a fonte de renda familiar provém apenas da agricultura. Esse aspecto é predominante nas famílias das entrevistadas conforme exposto na tabela (3).

Quanto à tipologia das propriedades rurais das entrevistadas, pode-se considerar em grande parte, estabelecimentos agropecuários com valor de produção em que a área total não ultrapassa 20 ha, conforme a classificação proposta por Schneider e Cassol (2013).

Trazendo os aspectos discutidos relacionados ao DRS, como a segurança alimentar, melhoria na qualidade de vida das famílias, redução ou extinção do uso de agrotóxicos, a atuação das mulheres nas feiras, contribui não só para o âmbito familiar, mas também a nível territorial. Conforme a perspectiva apresentada por Ramos (2001) e analisando os relatos das feirantes, se nota práticas que promovem a melhoria do solo e redução do uso de agroquímicos.

Para um país em desenvolvimento como o Brasil, considerando as dimensões dos problemas ambientais, sociais e econômicos, a cadeia produtiva traçada por essas famílias das feirantes mostra-se uma alternativa de mudança. Promove o DRS, a igualdade de gêneros, identidade com o campo, saúde para a família e para a sociedade que adquire alimentos de melhor qualidade e melhorias ambientais, conforme o relato de Helena de Oliveira:

O dinheiro gerado vai para casa e é de todo mundo, mas quando eu quero algo tem que ter aquele valor pra mim, pra uma roupa e um calçado tem que ter pra mim, pra ir a um baile que é muito bom. A vida depois da feira melhorou muito, até nos vemos mais, porque todo mundo trabalha junto. Nunca tive resistência pra trabalhar na feira, na verdade meu marido não acreditava, achava que não daria certo, mas eu vim com pouco produto e hoje graças a deus estou aqui bem (Helena de Oliveira, 2022).

Com base nas teorias levantadas é possível observar as ruralidades, em que algumas agricultoras resgatam práticas mais tradicionais e outras têm uma influência maior do agronegócio em seus métodos de produção, e ainda há aquelas que produzem majoritariamente para autoconsumo. Porém, todas as entrevistadas se identificam como agricultoras familiares.

Segundo o conceito de Wanderley (1999) pode-se concluir que as entrevistadas não se enquadram na categoria de camponesas, que se identifica a partir de um modo de vida que resiste às mudanças da sociedade e mantém um modo de vida específico, preservando saberes. Embora as feirantes tenham exposto em seus relatos algumas dessas características, apresentam plasticidade quanto às mudanças impostas pelo sistema agroalimentar atual.

Os estabelecimentos familiares com áreas menores que 20 ha e com famílias que vivem apenas da agricultura, as entrevistadas podem ser classificadas dentro da categoria Agricultura Familiar Especializada. São agricultoras que promovem segurança alimentar para suas famílias e para a sociedade, e na perspectiva de Silva *et al.* (2017) o trabalho dessas mulheres é extremamente relevante para a sociedade pela variedade de produtos alimentícios e sem agrotóxicos, assim como pela renda gerada por elas.

Em meio à escassez de alimentos e produtos sem agrotóxicos, a oferta de produtos *in natura* e semiprocessados com qualidade é fundamental para uma sociedade mais saudável com qualidade de vida, aspectos fundamentais para municípios como Palmital com baixo IDH e que não conta como um hospital local, por exemplo. Outro ponto importante é o intercâmbio entre mercado e sociedade, promovido pelas feiras, conforme explica Guzman (2001) por meio do processo direto de venda.

Não se pode deixar de observar no processo de pesquisa de campo a presença da abordagem Ecofeminista, em que se observa um estreitamento dos laços com a natureza, aumento da solidariedade e melhor aproveitamento do espaço produtivo e mais protagonismo das mulheres. Outros aspectos são a alimentação mais saudável da própria família, a produção diversificada e a modificação do modelo de produção agrícola.

Em meio à observação, coleta de dados e as teorias abordadas nesta dissertação pode-se definir as entrevistadas como Agricultoras Familiares Especializadas refletindo um novo modelo de produção nos municípios de Palmital e Pitanga, PR. Quanto ao tipo de produção, foi possível verificar com base nos relatos que não há presença de técnicas de produção agroecológica. Não foi citado de forma direta, a Agroecologia em si como prática, movimento e ciência, porém se vê um processo reverso da agricultura atual convencional que pode indicar o início de uma transição agroecológica por essas mulheres.

Para a maior parte das entrevistadas a primeira renda própria vem da feira, em alguns casos como de Dona Izabel Ferreira de Andrade já tinha a aposentadoria antes. Ela afirma que com o dinheiro da feira são feitas compras para casa, mas também é utilizado por ela para compra de perfumes e de remédios. Ela relata também que sente certa timidez para vender os produtos, porém é na feira que ela conhece novas pessoas e troca produtos e informações.

De acordo com Leite (2020) as políticas públicas neoliberalistas criadas há cerca de 40 anos nos países latinoamericanos intervieram diretamente na pequena agricultura por meio das políticas pós-revolução verde, que promoviam o incentivo ao

desenvolvimento rural (considerando crédito rural e comércio). Após a década de 90 e especialmente nos anos pós 2000 se iniciaram as políticas voltadas à sustentabilidade e erradicação da pobreza rural.

Esse processo de consolidação da agricultura familiar e dos termos sustentável e segurança alimentar dentro do campo político que se intensificou entre 2000 e 2016 permitiu uma reconfiguração na agricultura familiar. Nesse aspecto podemos mencionar a importância de projetos voltados a essa classe que interferem diretamente nas relações de gênero no campo. observa-se nos relatos os exemplos dessa reconfiguração no campo colocando nessa transformação o protagonismo da mulher. Então é inegável a necessidade das políticas e do Estado para que de fato ocorram as mudanças de paradigmas, seja relacionado a autonomia da mulher ou a sustentabilidade ambiental.

Verifica-se que há muito a se percorrer para que se as mulheres do meio rural alcancem uma plena autonomia ou que ocorra uma transição agroecológica na agricultura familiar, mas é inegável que já ocorreram avanços importantes. Por exemplo, não há evidências de deslocamento do trabalho doméstico para os homens da família, mas há transformação nas atividades das mulheres que saíram da esfera privada e se tornaram detentoras de renda através das feiras. Por meio dos relatos das agricultoras e as considerações de Leite (2020) pode se dizer que o que modificou parte da realidade dessas mulheres foram as políticas específicas para a classe da agricultura familiar, e isso diferencia os avanços pós 2000 da realidade anterior nos 500 anos da nossa história.

No próximo capítulo será discutido como o trabalho nas feiras contribuiu para o desenvolvimento da autonomia das feirantes/ agricultoras com base nos aspectos observados no trabalho de campo.

## 5. O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DAS MULHERES: ASPECTOS PODEM SER OBSERVADOS NA REALIDADE DE ESTUDO

Para a maior parte das entrevistadas a primeira renda própria vem da feira, em alguns casos como de Dona Rosa da Silva já tinha a aposentadoria antes. Ela afirma que com o dinheiro da feira são feitas compras para casa, mas também é utilizado por ela para compra de perfumes e de remédios. Ela relata também que sente certa timidez para vender os produtos, porém é na feira que ela conhece novas pessoas e troca produtos e informações.

Dona Maria Ferreira, apesar de ter nascido na área rural, mudou-se para a área urbana e trabalhou por 10 anos como diarista, até retornar para o campo e criar sua fábrica de defumados. A Agricultora/ feirante relata que é a partir do seu trabalho na feira que é feito as compras da casa e pago os estudos de seus filhos. Conforme relatado abaixo:

[...] Sou mãe de dois filhos, hoje um já é agrônomo e outro estuda Agronegócio, e foi de dentro da minha fábrica dos defumados que eu consegui formar um e quero conseguir formar o outro, que ano que vem já tá lidando pra fazer o vestibular de Agronomia, como ele vai fazer aqui em Pitanga mesmo, a gente sabe que ali é particular e a gente quer formar um como formou o outro, aí a gente tá lutando, o que eu tenho pra sobreviver é da minha fábrica. Eu não tenho outra renda é só dos meus defumados (Maria Ferreira, 2021).

Durante as entrevistas foi possível observar as teorias expostas por Jahn, Santos e Rodrigues (2020), de que no meio rural existe uma série de ruralidades e heterogeneidade cultural. Em um espaço homogêneo foi possível observar identificar diferentes modos de vida e de trabalho e a diversidade das atores sociais.

As mulheres colaboradoras desta pesquisa apresentam em seus relatos a presença do verbo "assumir", quando assumem um papel de provedoras de renda no núcleo familiar, e contribui nas decisões sobre o uso da terra, a forma de produzir, de vender e de organizar. Corrobora com a teoria apresentada por Freire (1976) que considera autônomo aquele que assume uma parte da sociedade. Esses aspectos podem ser observados no relato abaixo:

Antes de participar da feira eu não tinha renda, porque tudo vinha da produção de leite, e como era a única renda era pra todo mundo da casa, era pro mercado, agora eu tenho graças a deus. Eu sempre plantei verdura e se perdia muita

coisa, não consumia tudo, então comecei a entregar pra prefeitura, mas não era muito. Quando comprava mudas de alface, a bandeja menor vem com 200 pés de alface, e a prefeitura pegava pouco, então sobrava muito, sobrava até 80%, aí comecei expor na feira (HELENA OLIVEIRA, 2022).

Comparando a abordagem de Freire (1976) essas mulheres que antes relatam que já efetuaram trabalhos, como o doméstico e a produção de hortaliças, apenas seguiam uma rotina pré-estabelecida adequada a atividade principal da família que era a produção de soja, milho ou leite. Atualmente em seus relatos elas mostram poder de decisão quanto a atividade de renda da família (feira) como a espécie a ser cultivada, o semiprocessado a ser comercializado no dia da semana, a compra de insumos e até mesmo as atividades de lazer da família.

Na concepção de Freire (1976) sobre autonomia, pessoas autônomas são capazes de avaliar e decidir, e questionar as questões simples e complexas da realidade. Não foi observada no estudo, a militância ou uma efetiva participação política da realidade, nem mesmo aspectos diretos do feminismo ou do ecofeminismo, no entanto, é possível visualizar atitudes que condizem com os verbos escolhidos por Freire como fundamentais para o desenvolvimento da autonomia dessas mulheres.

Outros aspectos da assunção destacadas por Freire é a integração à sociedade, participação, comunicação e atuação na história, isso é observado nos relatos das mulheres. um ponto a ser destacado é quando Freire sugere como ação de uma pessoa desenvolvendo sua autonomia é rebelar-se contra sua realidade, reconhecendo sua condição de heteronomia. Nos relatos das agricultoras/feirantes, não se tem esse aspecto, em momento algum elas citam ou reconhecem uma posição de opressão e submissão, ou uma motivação de transformar essa condição. Pelos relatos foram as condições econômicas e as políticas públicas (como a criação da feira) que impulsionaram o ingresso às feiras e isso desencadeou todas as demais transformações na propriedade, na renda, na divisão do trabalho e na participação social.

[...] A gente começou com a feira quando soube que ia abrir, buscando uma renda extra pra família e com o passar do tempo acabou fazendo essa modificação na produção e diminuindo as lavouras. E nosso ideal é sempre melhorar pra atender bem os clientes e entregar produtos de qualidade, existe

toda uma regulamentação pra preparo principalmente das massas, e cada vez está modificando mais e ficando mais rígido. No início eu fazia tudo na cozinha normal, agora tenho cozinha pra pão tudo, tudo separado. Eu tenho selo de certificação, mas não uso porque é muito trabalho, tem que mandar imprimir, colocar data e eu não temos esse tempo (HELENA OLIVEIRA, 2022).

Porém não se pode tirar o mérito de que foi a força, o conhecimento, a capacidade de aprender e inventar, e tantas outras características dessas mulheres que modificaram sua condição através do trabalho. No entanto, quando se fala em rebelar-se e lutar pelo próprio protagonismo, considera-se também que essas mulheres, durante esse processo de mudança proporcionado pelas feiras, não encontraram resistência da família ou da sociedade, e isso contribuiu para que essa construção da autonomia ocorresse com sutileza ao longo dos anos.

Hoje 60% da renda da casa vem da feira, e hoje em dia eu to em contato direto com o povo, todo mundo me conhece, eu tenho bem mais trabalho, ainda sobra um dinheiro pra eu comprar minhas coisas, sobra um dinheiro para eu guardar (HELENA OLIVEIRA, 2022). Trabalho desde as 6 da manhã até as 8 da noite, só os meninos trabalham menos porque vão pra escola, o Antônio também sempre está lidando com as vacas, mas eu tenho a casa, a horta, os panificados. Lá em casa tomamos decisões juntos, é eu e ele, ninguém decide sozinho (MARGARIDA VIEIRA, 2022).

Das quatro agricultoras/ feirantes entrevistadas, três são casadas e têm filhos e em seus relatos, citam a importância do CCPAF para a reprodução socioeconômica de suas famílias. Maria Ferreira residente na zona rural do município de Pitanga é mãe de dois filhos, sendo que apenas um mora na propriedade, mas não ajuda nas atividades por ser estudante. Ela destaca que foi com a renda gerada pelo seu trabalho que os filhos puderam cursar o ensino superior. Em suas palavras:

Sou mãe de dois filhos, hoje um já é agrônomo e outro estuda Agronegócio, e foi de dentro da minha fábrica dos defumados que eu consegui formar um e quero conseguir formar o outro, que ano que vem já tá (está) lidando pra fazer o vestibular de Agronomia, como ele vai fazer aqui em Pitanga mesmo, a gente sabe que ali é particular e a gente quer formar um como formou o outro, aí a gente tá (está) lutando, o que eu tenho pra sobreviver é da minha fábrica. Eu não tenho outra renda é só dos meus defumados (MARIA FERREIRA, 2021, GRIFOS DA AUTORA).

Podemos observar no relato de Maria Ferreira um aspecto positivo proporcionado pelo seu trabalho na feira, que é a possibilidade de propiciar níveis mais altos de estudo aos filhos, com expectativa de melhores condições de vida. Esse exemplo evidencia o uso da renda obtida pela mulher em prol de terceiros, levando ao questionamento sobre até

que ponto as mulheres priorizam suas vontades financeiras e usam a sua renda consigo mesmas.

Joana de Souza também relata ter duas filhas, ambas menores de idade, e que também não compartilham dos afazeres na unidade de produção e no CCPAF por se dedicarem a outras atividades. Uma das filhas trabalha como menor aprendiz e a outra está em idade escolar.

Embora as entrevistadas que possuem filhas e filhos tenham a percepção de benefícios proporcionados pela agricultura, em seus relatos não há indícios de um interesse dos jovens da família pela continuação do campo. *“Eu até falei pras noras, que eu podia parar e elas fazer, mas elas não quer (querem) né”* Rosa da Silva. Esse processo em que há uma opção que favorece as cidades em detrimento do campo é explicado por Maziero et al., (2018), segundo os quais há uma valorização da área urbana pelos projetos de infraestrutura e a disseminação da ideia de que é um local com maior qualidade de vida.

A Anita dos Santos faz o processo reverso ao êxodo da juventude rural, uma vez que aos 27 anos ela retornou ao campo. A propriedade da família da agricultora/feirante tem 4,84 hectares e foi adquirida por meio de compra, e os pais desde pequenos sempre trabalharam como agricultores destacando a produção com leite e horticultura.

Eu nasci em Curumbataí do Sul e vim do Roncador pra cá, eu trabalhava do setor administrativo em uma loja de móveis e faz dois anos que eu fui trabalhar com o pai lá no sítio, daí (aí) a gente montou uma empresa um MEI, e agora a gente veio pra feirinha, tá (está) sendo bom, eu ajudo mais lá no sítio, to (estou) participando mais, eu gosto, é uma independência minha, eu tenho minha empresa, eu produzo e vendo as coisas (ANITA DOS SANTOS, 2021, GRIFOS DOS AUTORES).

Joana de Souza relata outros fatores que ela considera benefícios proporcionados pela sua atuação como agricultora e feirante, como por exemplo, o acesso aos espaços sociais em que ela expõe e valoriza seu trabalho: *“Eu participo sempre das feiras que tem, às vezes tem feira da produtécnica, do Instituto Federal, sempre eu vou expor meus produtos e sempre eu to (estou) participando.”*

Outro fator citado por Maria Ferreira é o contato direto com os consumidores, onde essas mulheres podem interagir, trocar informações, criar afinidades, desenvolver sua comunicação e as questões relacionadas à comercialização.

Só eu que atendo, gosto de atender, nunca tive vergonha nada, quando eu tiro férias os clientes perguntam onde eu to (estou), sempre to (estou) alegre e não trago problemas pra feira, sempre quero passar alegria e companheirismo pros (para os)

clientes. Posso estar com dor, nervosa, com problema, mas meus clientes sempre me veem sorrindo (MARIA FERREIRA, 2021).

As considerações de Faccin (2021) corroboram com o relato das entrevistadas, ao afirmar que o trabalho das mulheres em feiras-livres é importante para reconfiguração das relações de gênero na agricultura familiar, e a participação delas nesses espaços promove novas relações sociais e um desvencilhamento gradual da esfera privada. Porém, se pode observar nas explanações das feirantes que esse processo ocorre de forma diferente entre as distintas mulheres.

Rosa da Silva considera importantes as relações sociais estabelecidas por meio do seu trabalho no CCPAF, no entanto, relatam ter maior dificuldade em vender os produtos, preferindo o processo de produção: “Aqui na feira é bom sair, a gente conhece, conversa, a gente às vezes troca os produtos, mas eu não gosto muito de vender, eu gosto de fazer, aí ele (esposo) que vende mais.”

No caso de Anita dos Santos, ela faz todo trabalho de comercialização e interação com os clientes, não apenas no CCPAF, mas também em outros canais curtos de comercialização. “Fazemos entrega nas casas também, restaurantes também fazem encomendas. E eu que venho, dirijo, faço entrega e comercializo.” Ela ainda acrescenta:

Antes de eu ir trabalhar lá o pai não usava estufa, não tinha muito investimento no sítio, agora temos irrigação, começamos investir, e todo retorno que tinha investia em alguma coisa, to tentando acompanhar o mercado, e quero continuar, e se eles pararem eu vou continuar na propriedade. “[...]” A renda da família é 100% da feira, todos meus produtos pessoais vêm da feira, cursos, viagens, cosméticos, e aqui eu conheço gente, vou interagindo, eu já vinha do comércio, mas aqui é diferente. Sempre recebi apoio da família pra trabalhar na agricultura (ANITA DOS SANTOS, 2021).

O protagonismo da jovem na unidade de produção e na comercialização dos produtos é muito importante por divergir do processo exposto por Faccin (2021), em que as famílias rurais no sul do Brasil têm uma característica nuclear, sendo composta por pai, mãe e filhos e são predominantemente masculinizadas. Além disso, as mulheres, à medida em que se inserem no processo de comercialização, participam também de outros movimentos, redes de apoio e adquirem novos conhecimentos, como é o caso de Joana de Souza:

Eu faço parte das mulheres Rede das Araucárias de Guarapuava, só mulheres, na verdade essa associação vem do Rio Grande, e elas vem vindo pra criar uma rede no Paraná e no Brasil, nós íamos pra lá pra Guarapuava participar dos encontros, mas depois que começou a

pandemia parou, mas sempre participo online, eu e minha cunhada que faz parte da diretoria da associação, temos internet e acompanhamos, falamos sobre plantio, projetos, direito da mulher, fazemos oficinas de massa, artesanato, panificados, tudo que a mulher sabe fazer, vai fazer 3 anos que eu estou nessa rede (JOANA DE SOUZA, 2021).

Outros aspectos apresentados pelas entrevistadas relacionam-se a força dessas mulheres e a importância delas para o núcleo familiar:

A gente tem que ter um rumo. Meus filhos estudam e eu e meu marido que temos que trabalhar, ele faz entrega e eu agora a tarde to aqui na feira, se fosse hoje pra começar do nada minha fábrica, acho que eu não começaria, muito esforço e muita luta. Na verdade, quando eu comecei, quando eu comprei o açougue no Rio Azul, que fica a 200 km de Irati, eu comprei um açougue, morava em casa alugada, nós não conhecíamos (mos) ninguém, a gente aprendeu muito, meu filho ficou doente, eu fiquei doente, eu tive que resistir sempre pra não passar pra eles o desânimo, 16 meses que nós moremos lá, aí a gente veio, eu voltei trabalhar de diarista, e meu marido de empregado no frigorífico. Aí, depois de um tempo comprou (compramos) a chácara, trouxe o açougue que ficou alugado lá, foi comprando mais maquinários e faz 11 anos que eu to nesse rumo, só tenho a agradecer (MARIA FERREIRA, AGRICULTORA E FEIRANTE DO CCPAF, 2021).

Silva et al., (2020), reafirmam as mudanças que ocorrem a partir da comercialização de produtos em circuitos curtos, como o uso das feiras como ferramenta de independência financeira das mulheres, assim como uma forma de ampliar a visibilidade do trabalho da mulher. No entanto, a sobrecarga de trabalho das mulheres continua sendo um problema a ser resolvido, visto que o trabalho doméstico e de cuidados continua sendo visto como trabalho das mulheres.

Essa tendência pode ser observada nos relatos das entrevistadas. Rosa da Silva vem à feira acompanhada do esposo e ambos são aposentados, dividem o serviço do plantio, e o marido contribui um pouco nas atividades domésticas. Comercializam produtos na feira há 15 anos. “Toda vida a gente acorda 7 horas ou 6 horas (s) e já vai mexer com trábao (trabalho) lá fora”

Há relatos sobre a divisão do trabalho ser realizada de forma equilibrada entre membros da família, porém, não em relação ao trabalho doméstico.

A gente acorda às 6 da manhã e começa bem cedo por causa do sol, aí durante o dia depois do almoço a gente não meche muito, aí volta depois das quatro, irrigar, fazer canteiro, aduba tudo responsabilidade nossa. Nosso grupo familiar é eu, meu pai, minha mãe, e futuramente vai ter meu futuro esposo também, a divisão do trabalho é igual, o que um não consegue fazer outro ajuda, você vai puxar um esterco todo mundo ajuda, vai plantar um canteiro todo mundo vai junto (ANITA DOS SANTOS, 2021).

O que fica evidente nas palavras da Anita dos Santos, é que as mulheres se envolvem com o trabalho produtivo da unidade familiar, de modo a equilibrar o volume

de trabalho que gera os produtos comercializados. O que não fica evidente é uma divisão de tarefas domésticas com os homens.

A diversidade de atividades realizadas pelas agricultoras também foi observada no relato de Joana de Souza:

Acordo de manhã e vou pra estrebaria, eu agora to sozinha, eu tiro leite, planto, faço massa, de manhã vou pra estrebaria e volto tomo um banho e começo lidar com as massas, e aí à tarde só meu marido vai pra estrebaria, porque eu vou às massas até 8, 9 da noite, às vezes até as 10 horas da noite, pra (para) dar conta né, principalmente nas sextas, que aí no sábado a gente abre a feira (JOANA DE SOUZA, 2021).

Os relatos das entrevistadas enfatizam a força das mulheres agricultoras e feirantes, bem como a pluriatividade das famílias rurais que participam do CCPAF do município de Pitanga. Embora as pesquisas não mostraram um avanço na divisão do trabalho doméstico, ressalta-se a importância do CCPAF para o desenvolvimento pessoal das entrevistadas.

Considerando a abordagem de Makaran (2018) de que a autonomia da mulher é alcançada em três dimensões (social, econômica e cultural) se vê nos relatos que embora as entrevistadas ainda estejam em um processo de desenvolvimento, já apresentam conquistas em todas as dimensões.

Pode-se concluir que as feiras foram fundamentais para que as agricultoras/feirantes tenham iniciado o processo de desenvolvimento da autonomia, nos verbos indicados por Paulo Freire, e que esse processo não é estático ou definitivo e ao longo dos anos haverá uma evolução nessa construção individual e coletiva dessas mulheres. Conclui-se também que os avanços na construção da autonomia são observados no meio social, na cultura e no aspecto financeiro, porém indica pouco avanço na divisão sexual do trabalho, conforme os relatos:

Pro município eu ajudo na saúde das pessoas que vem e compra um produto que faz bem, gero renda também. Eu começo às 7 horas da manhã e paro às 10 da noite, mas todo mundo lá tem esse ritmo, cada um com sua tarefa, eu mais fabrico e ajudo na horta, aí com as vacas eu tiro leite com o menino e ele trata as vacas e minha filha cuida sozinha da casa. Na tomada de decisões da feira sou eu, ele é mais com as vacas (HELENA OLIVEIRA, 2022).

No relato abaixo é possível visualizar que o trabalho de cuidados ainda é majoritariamente da mulher, bem como as atividades domésticas e criação dos filhos, embora como já dito, as feiras tenham contribuído com o avanço da construção da autonomia nos aspectos sociais, econômicos e culturais.

Atividade de lazer só tem os passeios com a família, porque meu sogro está doente e eu tenho que cuidar dele, então viajar longe nem pensar. Nunca enfrentei resistência para trabalhar aqui, e eu acho que a gente aqui gera renda para os municípios, as pessoas compram e nós compramos também no comércio com o dinheiro que geramos (MARGARIDA VIEIRA, 2022).

Uma das observações mais importantes deste trabalho, trata-se da visibilidade que o trabalho dessas mulheres têm diante da sociedade em que estão inseridas. Esse aspecto é levado em conta nos Princípios do Empoderamento da ONU mulheres, que dentre suas premissas reforça a importância da publicação dos avanços no processo de empoderamento das mulheres.

Quanto aos avanços relacionados à autonomia da mulher, não se pode concluir que está ocorrendo uma mudança paradigmática como sugere Gutiérrez (2018), em que se trata esse assunto nos países latino-americanos conforme o pensamento utópico libertador de que todas as mudanças devem ocorrer em conformidade com o meio ambiente. É possível identificar uma transição no processo de produção nas unidades de produção das famílias em comparação ao período anterior a feira conforme os relatos, porém ainda não se trata de uma mudança de paradigmas e embora benéfica foi iniciada devido a movimentação do mercado e por incentivo de políticas públicas.

A ausência de participação no meio político por meio de movimentos sociais, bem como aspectos relacionados à escolaridade e divisão do trabalho doméstico. Esses aspectos condizem com os argumentos expostos por HERRERA, 2016, de que O contexto rural apresenta múltiplas problemáticas que impactam no desenvolvimento da autonomia da mulher, dentre elas a desigualdade social, a cultura patriarcal, a desvalorização do trabalho das mulheres, a violência doméstica e o analfabetismo.

O deslocamento das atividades produtivas e de renda para as mulheres é um aspecto positivo e relevante para se considerar nas relações sociais de gênero do meio estudado, no entanto não se pode deixar de mencionar a ausência de avanços na divisão do trabalho doméstico e de cuidado. Esse aspecto condiz com o que foi exposto por Carmen Lorenzoni, Indiani Gracieli Seriberg e Zenaide Collet (2020) grande parte das mulheres rurais têm uma tripla jornada de trabalho, em que cuidam da casa dos filhos e trabalham na lavoura. Agora ainda se pode acrescentar o trabalho de comercialização de produtos.

Reforça que para analisar esses avanços é necessário compreender a dinâmica de trabalho dessas mulheres, pois não basta uma mudança de mentalidade e o acesso ao

mercado de trabalho, é preciso uma análise do tempo trabalhado e o nível de institucionalização ou informalidade desses trabalhos. A sobrecarga dos trabalhos na casa e na unidade de produção ainda é um contexto difícil de ser modificado (GONÇALVES, GUIMARÃES, 2017; CUNHA, PARENTE, 2021).

Como mencionado no capítulo anterior, é possível verificar o deslocamento das mulheres para uma esfera pública ao exercer o trabalho na feira, bem como conquistas como renda, cidadania, emancipação e aprendizados, no entanto, não há uma mudança significativa no papel do homem, que pelos relatos apenas passa a compartilhar das atividades remuneradas, mas não passam a realizar as atividades consideradas exclusivas das mulheres, como trabalho de cuidados e doméstico.

No próximo capítulo será abordado como esses avanços contribuem com o DRS e com o meio ambiente.

## **6. O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL PRESENTE NAS TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELAS MULHERES FEIRANTES E AGRICULTORAS**

Ao pensar na mulher como agente chave para um processo de mudança paradigmática no modelo social atual, para um modelo sustentável e justo, de acordo com o ecofeminismo, não se pode deixar de incorporar a Agroecologia e a Ecoformação. As mulheres agricultoras de acordo com Siliprandi (2000) produzem em seus quintais, um espaço de uso múltiplo, criando animais domésticos, produzindo verduras, pomares e experimentação de espécies, na perspectiva de resgate da biodiversidade e de técnicas da agroecologia.

A teoria ecofeminista condiz com o que expõem Foster (2015) que as mulheres estarão na linha de frente na reconstrução de uma sociedade mais sustentáveis. Esse aspecto pode ser observado na área de estudo, onde as mulheres modificaram o perfil produtivo da propriedade, substituindo ao longo dos anos culturas convencionais e o uso intensivo de insumos químicos pela produção de alimentos que vão direto para o produtor.

Outro aspecto é a preocupação dessas mulheres com a qualidade dos produtos entregues, externando uma característica própria da mulher que é a preocupação com a alimentação, com a limpeza, com a saúde, visto que, a cultura que impõem a mulher como cuidadora, molda esse aspecto das mulheres, como as membras da família que mais priorizam a saúde. Todos esses fatores contribuem com a redução cada vez maior do uso de agrotóxicos nas unidades de produção.

As agricultoras/feirantes possuem diferentes perfis de produção, comercialização, idades, visões de mundo e percepções sobre a participação no CCPAF e na feira de Palmital, PR. Rosa da Silva possui ensino fundamental incompleto, tem 62 anos de idade e cita como principais produtos comercializados milho verde, pamonha, doce de amendoim, cocada, bolachas, pão e artesanato. Maria Ferreira possui ensino fundamental completo, tem 48 anos de idade e comercializa principalmente produtos defumados de suínos.

A Anita dos Santos é mais jovem que as demais, com apenas 27 anos, a feirante possui ensino superior completo e comercializa produtos diversificados, como alface, repolho, rúcula, beterraba, cenoura, ervilha, brócolis, couve-flor, couve, abóbora. Joana de Souza possui ensino fundamental completo, comercializa verduras (beterraba, alface, etc.), queijo, leite e panificados.

Ao analisar as respostas das agricultoras feirantes pode-se identificar que os produtos são diversificados, incluindo semiprocessados e produtos *in natura*. Algumas agricultoras mesclam a comercialização da produção agrícola com seus artesanatos. Essas características corroboram com Pereira *et al.*, (2017), os quais afirmam que as feiras apresentam valores locais, com uma teia diversificada que envolve aspectos materiais e imateriais.

Em relação aos produtos e às técnicas de produção utilizadas, todas as agricultoras apresentam características similares, mesclando uma agricultura mais sustentável com o modelo hegemônico do agronegócio estabelecido pelas relações sociais e econômicas atuais. Essa tendência é abordada por Silva e Santos (2018), quando consideram que o campesinato e a agricultura familiar sofrem forte influência dos empresários do agronegócio. Ainda os autores, consideram que:

Infere-se, portanto, que, sob a égide de se incrementar as relações de igualdade no processo produtivo e unificar relações historicamente heterárquicas, cria-se um discurso de poder de convivência pacífica das relações discursivas entre camponeses e agronegócio, em que pese seus distintos objetivos e mecanismos de constituição produtiva, proporcionando-se o fenômeno de desdiferenciação sistêmica entre ordens normativas parcialmente autônomas do sistema social da economia de agricultura, o que impede, inclusive, a projeção de circularidade intersistêmica de aprendizado mútuo entre ambos os sistemas de agricultura (SILVA, SANTOS, 2018, p. 8).

As tendências da agricultura convencional também são identificadas nos relatos de Maria Ferreira que possui uma propriedade de 12,1 ha, em que 7,26 ha são utilizados para infraestruturas, e para a fabricação dos defumados que ela comercializa no CCPAF e no varejo da região. O restante da propriedade é mecanizado e coberta por aveia convencional, e diferente das outras entrevistadas, a família da agricultora/feirante relata que não produz verduras e legumes para autoconsumo, devido ao tempo dedicado no processamento dos defumados:

Meu pai e minha mãe são agricultores e eu até me casar também. Aí quando me casei vim embora pra cidade, nós trabalhávamos na agricultura, mas quando me casei vim pra cidade, trabalhei como diarista e depois de 10 anos fui embora pra Rio Azul (PR) e comecei a lidar com defumados. Em Rio Azul abrir uma fábrica lá, aí vendi lá e voltei a morar aqui na cidade, eu tinha minha casa e minhas coisas aqui, vendi a minha casa e comprei uma chácara que é onde eu moro hoje, que é no bairro Rio Ernesto, onde eu tenho minha fábrica de defumados desde 2009 (MARIA FERREIRA, 2022).

A saída do campo mostra que o êxodo rural feminino se preconiza pelo processo de masculinização do campo e de que a maioria das mulheres mudam para o meio urbano na esperança de que o trabalho doméstico proporcione melhores condições de vida. No entanto, o retorno da família ao campo protagonizado pela matriarca, pode indicar um processo reverso desse fenômeno de evasão das famílias do campo.

Nota-se na unidade de produção de Rosa da Silva uma maior influência do agronegócio na comparação com as demais entrevistadas:

Meu marido trabalha comigo, agora nós compramos dois alqueires de terra mecanizada e vamos começar a plantar, agora está como aveia, mas vamos pôr um pouco de soja e um pouco de pasto, mas por enquanto, a gente só trabalha com os defumados e nós não podemos ter porco na propriedade, tem que comprar do granjeiro, pagar o frete para levar até o frigorífico, o frigorífico abate, faz a inspeção aí e entrega pra nós, aí que nós processamos e vendemo (s) pros outros produtores aqui na feirinha e entregamos nos mercados (MARIA FERREIRA; GRIFOS DA AUTORA).

No caso de Maria Ferreira, o protagonismo dela no campo se dá por meio de atividades relacionadas à agricultura convencional, ao contrário do que ocorre na produção de Joana de Souza que busca a certificação orgânica para seus produtos:

Eu vou certificar agora 500 m<sup>2</sup>, vou receber certificado de orgânico, que eu to (estou) participando agora de um programa da prefeitura. Agora eu vendo panificação, verduras, queijo, só vendo aqui, mas tenho liberação pra ir pros mercados, mas não venço muita coisa. Lá em casa desde feijão que eu planto para gasto é tudo orgânico (MADALENA MOREIRA, 2021).

A certificação de produtos orgânicos no Brasil é compulsória, foi estabelecida pela Lei 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto 6.323/2007. Ela determina que para um produto ser rotulado e vendido como orgânico é obrigatório que a unidade de produção passe por um dos três mecanismos de garantia da qualidade orgânica; auditoria, certificação participativa ou estar vinculada a uma organização de controle social. Além do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), o órgão regulamentador dos produtos orgânicos é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 2020).

No caso da jovem Anita dos Santos, além do uso de técnicas orgânicas, nota-se uma circularidade dos insumos produzidos na unidade de produção:

A gente tem vaca de corte essas coisas porque a gente precisa do esterco pra poder utilizar na horta, e uma parte da propriedade a gente produz, comercializa alface, repolho, rúcula, beterraba, cenoura, ervilha, brócolis, couve-flor, couve, abóbora. A produção é tudo orgânica, o pai

faz compostagem, ele fez o curso de orgânico então aprendeu a composição, leite mesmo é só pra consumo, e as verduras também são para autoconsumo (ANITA DOS SANTOS, 2021).

A agricultura orgânica tem se mostrado um modelo viável economicamente, que melhora a qualidade de vida dos consumidores e agricultoras(es), assim como, apresenta características que favorecem a preservação ambiental (LEITE e POLLI, 2020). Outro fator que agrava a insegurança alimentar pela falta de alimentos e o encarecimento dos produtos foi a crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. Período histórico no qual os consumidores passaram a refletir mais em relação à qualidade das refeições o que levou a indústria agroalimentar convencional a ampliar os investimentos na comercialização desses produtos (ROVER e DAROLT, 2021).

Observa-se aqui a importância da produção e venda nas feiras para pequenas propriedades rurais, em que a predominância das rendas provenientes para canais curtos e como consequência um menor influência do agronegócio. São nas propriedades maiores que se observa maior uso de agrotóxicos devido a mesclagem de culturas convencionais (milho, soja, leite).

Um dos fatores mais importantes nos relatos é que conforme ocorreu a mudança no sistema produtivo da propriedade, com redução das culturas convencionais e aumento da produção orgânica e a comercialização das feiras, as mulheres começaram a assumir o processo produtivo da propriedade e as decisões relacionadas à renda. A inclusão das mulheres e a redução do uso de produtos químicos indicam a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.

A ausência do conhecimento sobre a Agroecologia (embora indiquem uso de técnicas agroecológicas) coincide com a baixa participação das famílias em movimentos sociais, visto que, umas das dimensões da Agroecologia é a dimensão política. Quanto aos principais produtos comercializados no CPF do município de Pitanga/PR, chama a atenção o caráter “livre” das feiras, mesclando vários produtos representantes da cultura da região.

No processo de construção do DRS, as mulheres têm contribuído, principalmente as oriundas da agricultura familiar, que mantém uma lógica de agricultura menos agressiva. Conforme o exposto por GUSMAN (2001) o DRS deve levar em conta a integridade de setores e neste aspecto pode-se destacar a atuação das entrevistadas. Em seus relatos elas destacaram que incentivaram a transformação do método agrícola, de uma agricultura extremamente convencional, para a integração entre olericultura com

criação de pequenos animais, produção de derivados de leite, confeitaria, receitas tradicionais, e vale ressaltar mais uma vez a redução do uso de produtos químicos.

Conforme exposto no relato:

Eu tiro leite, planto, faço massa de manhã, vou pra estrebaria, volto, tomo banho e começo a lidar com massas até 8,9 da noite, às vezes as 10 horas da noite (..) na propriedade, uma parte é pasto, mata, banhado, reserva, mas a maior parte é verduras, cerca de 1,5 alqueires, 500 m<sup>2</sup> vou receber certificado orgânico, que eu estou participando agora de um programa pela prefeitura. Agora vendo panificação, verduras, queijo. Lá em casa feijão que planto para o gasto é tudo orgânico (MADALENA MARQUES, 2001).

Conforme já mencionado por Artocker, Ortiz e Castro, (2020) alguns processos relacionados ao trabalho das mulheres promovem ética e estreitamento dos laços com a natureza. Pode-se observar no relato das entrevistadas uma preocupação maior com os assuntos ambientais, produção mais sustentáveis, alimentos mais saudáveis e acessíveis, uso de técnicas tradicionais.

Há de fato uma contribuição das mulheres para o desenvolvimento rural sustentável no ponto em que há processos menos agressivos ao meio ambiente bem como alterações nas relações sociais de gênero e contribuição na qualidade de vida da população com a venda de produtos mais saudáveis. Porém ainda não se pode dizer que ocorre uma perspectiva consciente de mudança paradigmática por iniciativa das agricultoras, e sim uma reconfiguração do mercado através das políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas mudanças foram observadas na realidade estudada, mulheres que viviam em uma condição de coadjuvantes de homens que cultivavam as culturas convencionais em pequena escala enquanto elas cuidavam da casa e tinham um espaço limitado sem acesso a renda, a partir do trabalho nas feiras, mudaram o ambiente, a organização da família e a unidade de produção.

Conforme o trabalho delas na feira foi gerando renda, os próprios homens foram migrando para a horticultura, para produzir produtos para a feira, e aos poucos foram reduzindo a produção convencional e o uso excessivo de agroquímicos. Com isso, as mulheres passaram a gerenciar a renda, visto que, elas que entendiam do trabalho, passaram a ter sua cozinha, um espaço maior no quintal, e a família toda começou trabalhar junto.

Conforme os relatos, as agricultoras/feirantes passaram a comprar produtos que desejavam para si, fazer passeios e modificar a realidade dos filhos e das filhas. Algumas formaram os filhos na universidade, outras abriram uma micro indústria, sendo que antes iam para a cidade trabalhar como domésticas ou diaristas, enquanto o marido ficava na propriedade.

Pode se dizer que o objetivo geral deste estudo (identificar as mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais que ocorreram na realidade das mulheres agricultoras após a sua inserção nas feiras-livres da agricultura familiar nos municípios de Palmital e Pitanga, PR) foi alcançado, a partir da análise de relatos das mulheres que passaram a ser vistas pela sociedade em dia de feira, e mais que isso a contribuir com uma sociedade mais saudável e um ambiente mais equilibrado na propriedade. Os aspectos culturais foram os mais evidentes no relato, quando essas mulheres passaram a gerar e gerenciar renda.

Um dos objetivos específicos deste estudo era a identificação do perfil das mulheres agricultoras e feirantes. Nesse aspecto, considerando a complexidade individual e a heterogeneidade do meio rural, pode se concluir de uma forma mais genérica através dos relatos, que essas mulheres são agricultoras familiares, comerciantes como muitas gostam de se identificar, que adquiriram suas propriedades por compra ou herança e que mesclam técnicas de produção agroecológica, orgânica e convencional.

Pode se dizer que são necessários estudos mais aprofundados, com visitas a propriedade, observação da produção, e até um projeto de pesquisa para se ter uma

definição mais precisa do perfil dessas mulheres, porém para os objetivos dessa pesquisa, considera-se que a investigação foi satisfatória, e estas podem ser chamadas de agricultoras familiares com produção predominante orgânica, porém conforme já dito com traços ainda de uma agricultura mais convencional.

As feiras-livres dos municípios de Pitanga e Palmital, baseando-se nos relatos de suas feirantes, não podem ser classificadas como agroecológicas ou como orgânicas, mas sim como feiras-livres da agricultura familiar, visto que, a variedade de produtos encontrados, produzidos com as mais diversas técnicas de produção permitem uma classificação mais ampla. Não há indícios de uma transição agroecológica nos relatos das colaboradoras, necessitando como já citado uma pesquisa específica e aprofundada na unidade de produção, mas de certa forma o objetivo específico desta pesquisa de identificar a tipologia das feiras estudadas foi alcançado.

Quanto às mudanças nas relações sociais de gênero no meio rural, pode-se concluir que ocorreu uma integração do papel da mulher como protagonista na família e alteração na realidade dos filhos e das filhas, bem como uma reorganização na divisão sexual do trabalho no grupo familiar.

Quanto a pergunta central desta pesquisa, referente a construção da autonomia da mulher por meio da feira, fica evidente nos relatos a apropriação das ações propostas por Paulo Freire (assumir, gerenciar, decidir) embora ações importantes (rebelar, questionar) ainda não foram explicitadas nas observações feitas pelas colaboradoras.

Não se pode concluir que as agricultoras/ feirantes tenham alcançado uma plena autonomia social, com todas as suas dimensões, sociais, econômicas, culturais e ambientais, porém é possível afirmar que existe um processo iniciado em cada uma dessas dimensões, desencadeado pela política pública de implantação de feiras-livres nos municípios.

Com todas as dificuldades para finalização desta pesquisa, os resultados foram parcialmente satisfatórios, considerando a sensação de que mais aspectos poderiam ser explorados tanto no trabalho de campo, como nas análises finais. Durante as entrevistas percebeu-se que esse processo realizado direto na feira, pode ter influenciado no resultado, visto que, as mulheres paravam seus relatos para atendimento dos seus clientes, algumas estavam próximas de familiares e clientes e o local estava sempre movimentado.

A pandemia da COVID-19 inicialmente atrapalhou o trabalho de campo, que poderia ter sido iniciado antes, mas por medidas preventivas a saúde da pesquisadora e das feirantes foi adiada. Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, a quantidade de

aporte teórico dificultou a seleção de autores e teorias a serem utilizadas na análise, mas de certa forma contribui para a formação de uma visão ampla da realidade de estudo. Porém diante de muitas teorias levantadas no referencial teórico que não foram suficientemente debatidas nos capítulos desta dissertação, muitas lacunas ficaram abertas para novas pesquisas.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em outros municípios da região e em outras regiões, para que se possa compreender a variação do processo de construção da autonomia da mulher de município para município, visto que, as duas feiras estudadas têm características geográficas e culturais muito similares. Sugere-se também uma pesquisa específica com aspectos econômicas das feiras por meio do trabalho dessas mulheres, visando dimensionar a importância do trabalho delas para o município.

Outro fator importante a ser aprofundado por meio de novos estudos é o aspecto produtivo, visando ter uma visão aprofundada dos produtos comercializados e uma comparação com produtos comercializado por outros canais como supermercados e hortifrutis, visando debater a promoção da saúde e o direito humano à alimentação adequada por meio do trabalho das agricultoras/feirantes.

Observa-se a necessidade de uma pesquisa sobre a realidade das mulheres agricultoras da região ao longo da história, desde o início do processo de formação do município, para que possa ser feito uma comparação da realidade atual após o ingresso a feira, ou até mesmo um comparativo de aspectos das relações sociais de gênero de mulheres que participam das feiras com agricultoras que não realizam esse trabalho de comercialização.

Os próximos passos para continuidade do trabalho realizado até aqui, serão a elaboração de cartilhas com exposição dos produtos comercializados nas feiras como reconhecimento da colaboração das mulheres agricultoras/feirantes para esta pesquisa e com a divulgação dos aspectos básicos da evolução da autonomia dessas mulheres por meio das feiras. Pretende-se retornar à área de estudo para apresentação das cartilhas para as colaboradoras e para verificar como essas se visualizam dentro do processo da construção da própria autonomia.

Os principais questionamentos que ficam deste estudo são relacionados à situação do homem dentro das mudanças ocorridas, em que se pergunta se de fato há uma participação, especialmente no processo de divisão sexual do trabalho doméstico, ou mesmo um incentivo às mulheres a esse processo de emancipação. Há nesse aspecto uma consideração do papel do homem em um processo de reaprendizagem nas políticas de

incentivo a autonomia e empoderamento da mulher? Os avanços na construção da autonomia das mulheres podem ser considerados verdadeiros em meio a uma tripla jornada de trabalho que essas mulheres adquiriram por meio do trabalho das feiras?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam. As mulheres no mundo equestre: forjando corporalidades e subjetividades ‘diferentes’. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 931–54. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000300015>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000300015>. Acesso em: 16 out. 2021.

ALMEIDA, Fabíola R. R. de; GRANDO, Gustavo H. C.; SOUZA, Nayã M. de; Moacir R. Darolt. CIRCUITOS DE CIRCULAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS ENTRE REDES. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Sempelo, 2021. p. 157-169.

AMO, Sara Pasadasdel; RUIZ, Jorge Ruiz; ARDOY, Luis Navarro. **Estratégia multimétodo o triangulación metodológica**, 10.p.,2004. ISSN84-338-3178-X. Disponível em: <https://digital.csic.es/handle/10261/82068>. Acesso em: 4 out. 2021.

ANDERSSON, F. S. **Processos de empoderamento e a agroecologia: valorizando o trabalho das mulheres rurais?**197f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ANDRADE, Carolina de Oliveira. **O cumprimento dos Objetivos do Milênio pelo Brasil**. 2018, p.29. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/69682/o-cumprimento-dos-objetivos-do-milenio-pelo-brasil>. Acesso em: 29 out. 2021.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, Ribeirão Preto, SP, 2006, p. 75-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/mg6Ypg7DYFQYhSdnVVHwsHD/?lang=pt#>. Acesso em 11 nov. 2021.

ARAUJO, Alexandro Moura; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Feiras, feirantes e abastecimento: uma revisão da bibliografia brasileira sobre comercialização nas feiras livres. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2018.

ARTACKER, Tamara; Alejandra Santillana; CASTRO, Belén Valencia. **En el centro la vida: mujeres rurales tejiendo cuidado y movilización**. 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/en-el-centro-la-vida-mujeres-rurales-tejiendo-cuidado-y-movilizacion/?fbclid=IwAR2yzWduNu8jnrLVISNFLq3sOV6SVP958JbLSagj1odXYZdki>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: RETO, Luís Antero; PINHEIRO, Augusto. Lisboa: Edições 70. 2006. 118 p. Título original: L' analyse de contenu.

BELLON, Stephane *et al.* **The relationships between organic farming and agroecology**. In: 3. ISOFAR Scientific Conference at the 17. IFOAM Organic World Congress. ISOFAR-International Society of Organic Agriculture Research, 2011. Disponível em:

<https://orgprints.org/id/eprint/22750/1/TheRelationshipsBetweenOrganicFarmingAndAgroecology.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

BELIK, Walter. **Entrevista: Pandemia define políticas públicas de segurança alimentar**. Publicado pelo canal TV Unicamp, vídeo (8:45 min), 2021. Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=Jg0Sfqftm3k>. Acesso em: 7 de nov. 2021.

BISCHOF, Mary Stela. CELEIRO DO AGRICULTOR - CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO PERMANENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL**. Florianópolis, Sc: Estúdio Sempredo, 2021. p. 221-233.

BHANDARI, Ravi. **Marxian Economics: The Oldest Systems Theory Is New Again (or Always?)**: The best new economic thinking in an age of the dominance of rent-seeking will be Marxian economic thinking. Institute for New Economic Thinking. Abril-2015. Disponível em: <https://www.ineteconomics.org/perspectives/blog/marxian-economics-the-oldest-systems-theory-is-new-again-or-always>. Acesso em: 1 nov. 2021.

BOLÍVAR, Carlos Ruiz. El enfoque multimétodo em La investigación social y educativa: una mirada desde el paradigma de La complejidad. Teré: **Revista de filosofía y socio-política de la educación**, n. 8, p. 13-28, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2785456.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL, **Lei. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimento familiares rurais, Diário Oficial da União, p. 1-25, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Cadernos Pedagógicos: ProJovem Campo - Saberes da Terra**. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192). Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL, Senado Federal. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20.aspx>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL, Senado Federal. **Agenda 21: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e padrões de consumo**. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/agenda-21-meio-ambiente-desenvolvimento-sustentavel-e-padroes-de-consumo.aspx>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: agenda 21 (global)**. 1992. Disponível em: <https://www.ecologiaintegral.org.br/Agenda21.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. Obter **Certificação de Produtos Orgânicos - Produção Primária Vegetal (PPV)**. Ciência e Tecnologia: Fiscalização. Certificados e Certificações. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRACAGIOLI, Alberto. **Cadeias Curtas de Comercialização: Feiras Orgânicas**. Nov-2021. Vídeo (85 min.). Publicado pelo canal Uvaia Agroecologia. Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=SAyYFn1BpYU>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRIGUGLIO, Bianca. **COZINHA É LUGAR DE MULHER? A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais**. Orientadora: Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo, 2020. (TESE) UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2020. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/345669/1/Briguglio\\_Bianca\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/345669/1/Briguglio_Bianca_D.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.

BRUIL, Janneke *et al.* Agroecologia e Economia Feminista: novos valores para novos tempos. In: AS-PTA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. **Diálogos e convergências entre a Agroecologia e o Feminismo**. n.14. v.1. Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, 2020. p. 3-6. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2020/11/AGRICULTURAS-V14N4.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CADÓ, Iriana Lima; DA COSTA FURNO, Juliane. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-30, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio Costabeber. Análise Multidimensional da Sustentabilidade uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.3, Porto Alegre, RS, 2002, p.70-85 Disponível em: [http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n3/revista11\\_artigo3.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_artigo3.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Alguns conceitos e princípios. Brasília, 2004.

CARDOSO, Bruno Luan Dantaset *al.* Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 39-55, 30 abr. 2014. IBEPES (Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais). <http://dx.doi.org/10.21529/recadm.2014001>. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1592>. Acesso em: 5 nov. 2021.

CEA D'ANCONA, Maria Angeles. Metodología cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social. Capítulo 2: El análisis de la realidad social. **Madrid: Sínteses**, p. 43-62, 1998. Disponível em: [http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/uploads/docs/metodologia\\_cuantitativa\\_\\_estrategias\\_y\\_tecnicas\\_de\\_investigacion\\_social\\_cea\\_d\\_ancona.pdf](http://www.trabajosocial.unlp.edu.ar/uploads/docs/metodologia_cuantitativa__estrategias_y_tecnicas_de_investigacion_social_cea_d_ancona.pdf). Acesso em: 17 out. 2021.

CESIT, Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho. **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. 2017, Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Caderno-5-web.mudan%C3%A7as%20paradigm%C3%A1tica>. Acesso em: 5 set. 2021.

CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês; SOUZA, Alceu. Gestão de Custos e Ganhos na Agricultura do Centro-Sul Paranaense: Análise Baseada na Lógica Difusa. Anais do **Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, 2012. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/396>. Acesso em: 13 out. 2021.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**, 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>. Acesso em: 27 out. 2021.

COSTA, Juliana de Almeida et. al. **Mulheres rurais e plantas medicinais: saberes, socialidades e autonomia feminina**. 2019.

CUNHA, Maria Aparecida Fernandes Viana; PARENTE, Temis Gomes. Na antessala da divisão sexual do trabalho: mulheres reassentadas e a aplicabilidade dos programas institucionais. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 39, p. 240-255, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5456>. Acesso em 12 nov. 2021.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, ZAC. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8-13, 2013.

DEERE, Carmen Diana. *et al.* El derecho de La mujer a La tierra, los movimientos sociales rurales y el estado em las reformas agrarias latinoamericanas Del siglo XXI. In: La Cuestión Agraria y Los Gobiernos de Izquierda en América Latina: Campesinos, Agronegocio y Neodesarrollismo. **CLACSO**, p. 51–88, 2018. ISBN 978-987-722-335-4. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g0z.5>. Acesso em: 1 out. 2021.

DELPHY, Christine. Agriculture et Travail Domestique: La Réponse de La Bergère à Engels. **Nouvelles Questions Féministes**, n. 5, p. 2–17, 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40619864>. Acesso em: 24 set. 2021.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SONOTIER, Danièle (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DOURADO, Nathan Pereira. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável no âmbito da sociedade capitalista contemporânea. **Diversitas journal**, v. 6, n. 2, p. 2668-2680, 2 jun. 2021. Universidade Estadual de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i2-1804>. Disponível em: [https://diversitasjournal.com.br/diversitas\\_journal/article/view/1804](https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1804). Acesso em: 3 nov. 2021.

DUARTE, Nádia. Mulheres no contexto pandêmico: trabalhos relacionados ao cuidado, divisão sexual do trabalho e Covid-19. **SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, v. 4, n. 1, p. 107-128, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/5486/360>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DURAN, Ana Clara. **Entrevista:** Pandemia define políticas públicas de segurança alimentar. Publicado pelo canal TV Unicamp, vídeo (8:45 min), 2021. Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=Jg0Sfqftm3k>. Acesso em: 7 de nov. 2021.

DREBES, Laila Mayara; BOHNER, Tanny Oliveira Lima. E as mulheres rurais? O Projeto Quintais Sustentáveis analisado sob perspectivas de gênero. **Revista IDeAS**, v. 10, n. 1, p. 160-198, 2016.

ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. In: The triple bottom line. 2013. p. 23-38. In: RICHARDSON, Julie (org.). **The Triple Bottom Line: does it all add up**. Routledge, 2013. Disponível em: <https://www.johnelkington.com/archive/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em 28 out. 2021.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. Cadernos Sempreviva, São Paulo, SP, 2010.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, online, v. 15, n. 3, 2017. p. 667-681. ISSN 1679-3951. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395157473>. Acesso em 27 out. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinos e processos rurais: diversidade, disputas y alternativas**. Boletim DATALUTA, v. 44, p. 1-12, 2011

FERNANDES, Taize Dos Santos, *et al.* Dimensões do empoderamento feminino: autonomia ou dependência? **Revista Alcance**, vol. 23, nº 3, p. 391–413, 2016.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 345 f. Tese de Doutorado. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, p. 257-262, 2009.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. Tradução: Marise Manoel. **Crítica Marxista**, Unicamp, Campinas, SP, p. 105-117, 2001. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo7505folad.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf). Acesso em 1 nov. 2021.

FONSECA, Ana Ivania Alves *et al.* Feiras e Mercados Municipais em Bocaiúva (MG) e Montes Claros (MG): O Empoderamento das Mulheres Agricultoras. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 33, p. 97-105, 2017.

FOSTER, John Bellamy. Marxismo e Ecologia: fontes comuns de uma Grande Transição. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 81-97, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26680/pdf>. Acesso em 2 nov. 2021.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Editora Círculo do Livro 1, São Paulo, SP, 1996, p.61.

FRANCO, Juliana. **Entrevista:** Pandemia define políticas públicas de segurança alimentar. Publicado pelo canal TV Unicamp, vídeo (8:45 min), 2021. Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=Jg0Sfqftm3k>. Acesso em: 7 de nov. 2021.

FRAGA, Nilson Cesar *et al.* **Da pobreza, campos da riqueza e. Um território de conflitos e contradições**. Observatório da América Latina, 2015.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), UFRGS, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GONÇALVES, Raquel Quirino; GUIMARÃES, Soraia de Mello. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “marcha das margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 231-251, 19 abr. 2017. Universidade Federal do Tocantins. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p231>.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Revista Direito e Desenvolvimento**, v.9, n.2, 2018. ISSN 2236-0859. Disponível em: <https://45.227.6.12/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/667/560>. Acesso em: 28 out. 2021.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una “re” construcción de la soberanía alimentaria. **Agroecología**, v. 1, p. 7-18, 2006. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/13/4>. Acesso em: 12 out. 2021.

GUTIÉRREZ, Gilberto Valdés, *et al.* Reflexiones Ético-Políticas Desde Los Talleres de Paradigmas Emancipatorios. Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras. Tomo II, **CLACSO**, 2018, p. 321–48. <https://doi.org/10.2307/j.ctvn96g1f.16>.

GUZZATTI, Thaise Costa; TURNES, Valério Alécio. A RELAÇÃO DIRETA ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E CONSUMIDOR EM UNIDADES QUE PRATICAM

O AGROTURISMO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 125-142.

GREGOLIN, Graciela Caroline, *et al.* Desenvolvimento: do unicamente econômico ao sustentável multidimensional. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 12, n. 3, p. 51-64, 2020.

HEINEN, Jacqueline. Políticas sociais e familiares. In: HIRATA, Helena; e outras. (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, p. 190, 2009.

HERSEN, Amarildo; DRUCIAKI, Felipe; LIMA, Jardim Ferreira. O desenvolvimento humano na região Centro-Sul paranaense. **Rev. FAE**, v. 18, n. 2, p. 54 - 67, Curitiba, 2015.

HERRERA, Karolyna Marin. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 208–233, 2016.

HÉRITIER, Françoise. Antropologia de Corpos e Sexos. [Entrevista cedida a] Renato Sztutman e Silvana Nascimento, **Revista de Antropologia**, vol. 47, n. 1, p. 235–266, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/NmPxwLLFcfTQkrfXm6ybtbgM/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de). **Dicionário crítico do feminismo**, p. 251-255, 2009.

HORKHEIMER, Max. Filosofia e teoria crítica. 1937, p. 155-161. In: BENJAMIN, Walter. *et al.* **Os pensadores**. Tradução José Lino Grünnewald *et al.* São Paulo - Abril Cultural, 1980. Disponível em: [edisciplinas.usp.br](https://edisciplinas.usp.br). Acesso em 2 nov. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. IBGE Cidades. **Panorama de Laranjal, PR**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/laranjal/panorama>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. IBGE Cidades. **Panorama de Palmital, PR**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmital/panorama>. Acesso em: 29 jul. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. IBGE Cidades. **Panorama de Pitanga, PR**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pitanga/panorama>. Acesso em: 29 jul. 2022.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. **Documento base para etapas preparatórias**. Brasília, DF, 2010. 37 p. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B36DF483A0E79/II\\_conaes\\_documento\\_Base\\_regulamento.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B36DF483A0E79/II_conaes_documento_Base_regulamento.pdf). Acesso em: 13 nov. 2021.

IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Humano e Social. **Caderno Estatístico do Município de Pitanga**. 2022. Disponível: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85200&btOk=ok>. Acesso em 17 fev. 2022.

JAHN, Eliane de Fátima; SANTOS, Geneci Ribeiro dos; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. Economia feminista e as mulheres camponesas. p. 133-144. In: MEZADRI, et. al. **Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências do movimento de mulheres camponesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. 189 p. ISBN: 978-65-87-389-02-8.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo; GUERRA, Isabella Franco. 30 anos do Relatório Brundtland: Nosso futuro comum e o desenvolvimento sustentável como diretriz constitucional brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, v. 09, n. 4. 2017, Rio de Janeiro, RJ. p.1884-1901. ISSN 2317-7721. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/30287/23220>. Acesso em: 27 out. 2021.

KERGOAT, Danièle. Des rapports sociaux de sexe et de la division sexuelle Du travail. In: Cahiers du GEDISST (Groupe d'étude sur la division sociale et sexuelle du travail), n.3, 1992. Rapports sociaux de sexe. **Une journée de discussion**. p. 23-26. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/genre\\_1165-3558\\_1992\\_num\\_3\\_1\\_879](https://www.persee.fr/doc/genre_1165-3558_1992_num_3_1_879). Acesso em: 11 out. 2021.

LISBOA, Teresa Kleba. Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas. **Fazendo gênero 8. Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida?. 2020. **Revista e Sociedade Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 28, núm. 1, 2020, Fev. p. 227-254, Rio de Janeiro, 2020.

LÉVESQUE, Benoît. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & Sociedade**, Florianópolis, SC, n. 14, v.8, p. 327-345, out. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/index>. Acesso em: 12 nov. 2021.

LITTLE, Paul Elliott. Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI = Sustainable territorial development: challenges and potentialities for the XXI century. **Guaju, Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v. 1, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45039/27421>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LOPES, Paulo Rogério; LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. Sistemas de produção de base ecológica – a busca por um Desenvolvimento Rural Sustentável. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 1, Araraquara, SP, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5047>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LOPES, Patrick Fernandes *et al.* Desenvolvimento regional sustentável: a aplicação de uma proposta de indicadores. XVII ENGEMA - Desafios da Sustentabilidade na Economia de Baixo Carbono. São Paulo, 30 nov. - 1 dez. 2015. ISSN 2359-1048. Disponível em: <http://engemasp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/67.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

LORENZONI, Carmen; SEIBERG, Iridiani Gracieli; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas veredas de muitas histórias. In: **Feminismo Campones Popular: Reflexões a partir de experiências de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas**. Edição 1, Editora Outras expressões, São Paulo, p. 13-31, 2020.

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**, Brasília DF, v. 12, n. 3, p. 229-248, 20 dez. 2018. Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas. <http://dx.doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997>. Acesso em: 12 nov. 21.

MAKARAN, Gaya *et al.* Disputar La Autonomía: Estado Plurinacional de Bolivia y Resistencias Indígenas. Movimientos Indígenas y Autonomías en América Latina: Escenarios de Disputa y Horizontes de Posibilidad, **CLACSO**, p. 33–68, 2018. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctvtwx2sh.5>. Acesso em 21 out. 2021.

MALUF, Renato. S. Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável e a agricultura familiar no Brasil: enfoques, atores e escalas. **Raízes**, v. 28, nº. 1 e 2 e v. 29, n. 1, Campina Grande, PB, 2010, p. 19 -26. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/296/282>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00158>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MEDEIROS, Monique; ALMEIDA, Jalcione. Insustentável sustentabilidade do desenvolvimento?

**REVISTA UNIARA**, v. 13, n.1, Araraquara, SP, 2010. p. 107-114. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/129>. Acesso em: 11 nov 2021.

MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; LOPES, Ana Lúcia Magri. Empoderamento de mulheres gerentes: a construção de um modelo teórico de análise. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 13, n. 3, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**, 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINNAERT, Ana Cláudia de S. Teles. Afeira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, Maria do Carmo Soares de; FONTES, Gardênia Abreu Vieira; OLIVEIS, Nilse de. **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Scielo Books. p. 129-148. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>. Acesso em 15 set. 2021.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa *et al.* CONTRIBUIÇÕES DO MAPA DA REDE DE CIDADANIA AGROALIMENTAR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS–SC PARA TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE CONSUMO-PRODUÇÃO. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 103-122.

MONTIEL, Marta Soler; RIVERA-FERRE, Marta; ROCES, Irene García. O caminho para a Agroecologia feminista. In: AS-PTA - AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. Diálogos e convergências entre a Agroecologia e o Feminismo. n.14. v.1. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, 2020. p. 7-9. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2020/11/AGRICULTURAS-V14N4.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MOTTA, Renata. **Entrevista**: Insegurança alimentar atinge 59% dos brasileiros durante a pandemia. Publicado pelo canal UnbTV, vídeo (15 min.), 2021. Disponível em: <https://www.Youtube.com/watch?v=FjMAuiFlpxs>. Acesso em: 07 nov. 2021.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010. Acesso em: 28 set. 2021.

OLIVEIRA, Margarita. **Divisão sexual do trabalho, pobreza do tempo e mercado de trabalho brasileiro: uma análise a partir da economia feminista**. Jul-2021. Vídeo (104 min.). Publicado no canal do Youtube do Programa de Pós-graduação em Economia – UFF. Disponível em: [https://www.Youtube.com/watch?v=hVE\\_UAKU6Io](https://www.Youtube.com/watch?v=hVE_UAKU6Io). Acesso em: 12 nov. 2021.

ONU Mulheres. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Princípios de empoderamento das mulheres**. 2017. Pacto Global e Rede Brasil. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha\\_ONU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf). Acesso em: 14 nov. 2021.

ONU Mulheres. **Sobre a ONU Mulheres**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em 5 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 1 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio, 6-8 set. 2000. Nova Iorque, EUA, 2000, p. 1-20. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 29 out. 2021.

OXFAM (Brasil). **Brasil como epicentro da fome: meios para impedir a catástrofe**. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/epicentro-da-fome/>. Acesso em: 21 dez de 2021.

PELLIN, Valdinho. Desenvolvimento territorial sustentável: a experiência do mapa no estímulo às Indicações Geográficas em Santa Catarina. **Informe Gepec**, v. 23, n. 1, p. 74-92, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/1800/1366>. Acesso em: 9 nov. 2021.

PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 17 p. 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_LO1\\_Inseguridad\\_Alimentaria\\_y\\_Covid-19\\_en\\_Brasil.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_LO1_Inseguridad_Alimentaria_y_Covid-19_en_Brasil.pdf). Acesso em: 17 fev. 2022.

PERPÉTUO, Claudia Lopes. **O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR**. 2017. Simpósio Internacional em Educação Sexual: Saberes/ Trans/ Versais currículos identitários e pluralidade de gênero. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3159.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PINTO, Neuzeli Maria de Almeida; FERREIRA, Josilene Montelo. Redes de apoio social em comunidades rurais do Maranhão: mulheres construindo o desenvolvimento local sustentável. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 125-140, 2020.

PME, **Plano Municipal da Educação**. Laranjal. 2015-2025. Núcleo Regional da Educação- Pitanga, 2015.

PME, **Plano Municipal da Educação**. Palmital. 2015-2025. Núcleo Regional da Educação- Pitanga, 2015.

PNUD: IPEA: FJP. **Desenvolvimento humano nas macrorregiões brasileiras: Brasília 2010**. 55 p. ATLAS BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Territorialidade. <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acessado 13 de outubro de 2021.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados**, v. 15, n.43, São Paulo, SP, 2001. p. 141-156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9828/11400>. Acesso em: 11 nov. 2021.

RAUBER, Ana Claudia. **Mesmo diante da ausência de políticas de fomento dirigidas, agricultoras se destacam na produção de alimentos saudáveis**. 2021. AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Disponível em: <http://aspta.org.br/2021/03/03/mesmo-diante-da-ausencia-de-politicas-de-fomento-dirigidas-agricultoras-se-destacam-na-producao-de-alimentos-saudaveis/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu; OLIVEIRA Elaine Cristina Menezes de; DE BITTENCOURT, Bernadete de Lourdes. Desenvolvimento Territorial Sustentável: iniciativa de economia social e solidária no contexto do turismo. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 94-111, 2019.

ROSA, Janaína Silva da. **Os limites do desenvolvimento e as relações de gênero no espaço rural: a visão das mulheres agricultoras de Arroio do Padre, RS**. (Dissertação), UFPEL, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Pelotas, 2015.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO COMO INOVAÇÃO SOCIAL QUE VALORIZA A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Sempelo, 2021. p. 19-44;

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 390-405, 2014.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-02840130/file/Camponeses%20do%20Brasil%20Sabourin%202009.pdf>. Acesso em: 7 out. 2021.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, São Paulo, SP, 2001, p.75-82. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WpmN9Z99K8X6DmbBx6GqxKS/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SACHS, Ignacy. From Poverty Trap to Inclusive Development in LDCs. *Economic and Political Weekly*, vol. 39, no. 18, **Economic and Political Weekly**, p. 1802–11, 2004. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.474.7366&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 23 set. 2021.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. **Crise econômica mundial e o futuro do Brasil**. (vídeo). Recepção da nova turma do Curso de Economia. Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Laranjeiras do Sul*, PR, 2021.

SHIOTA, Hanae Caroline Quintana; DORSA, Arlinda Cantero. CAPÍTULO 2 O ESTADO DA ARTE E AS TÉCNICAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO SEGUNDO LAURENCE BARDIN. **Conselho Editorial Life Editora**, p. 35.

SHIVA, VANDANA. Vandana Shiva começou lutando pela floresta na Índia e criou movimento para salvar milhares de sementes. [Entrevista concedida] LIMA, Juliana Domingos de. **Revista ECOA**, 2021.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais**, p. 183-208, 2010.

SILVA, Mariane Rodrigues. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 3, Curitiba, PR, p. 2095-2105, 2019, ISSN 2525-8761. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1227/1107>. Acesso em: 8 out. 2021.

SILVA, Monica Nardine *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, (não paginado), 2017. ISSN 07981015 Disponível em: <http://es.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>. Acesso em: 2 out. 2021.

SILVA, Valéria Rossi Rodrigues da. **A evolução do conceito de sustentabilidade e a repercussão na mídia impressa do país**. (Dissertação) Mestrado em comunicação e semiótica, PUC, São Paulo, SP, 2012. 86 p. Orientador: José Amálio de Branco Pinheiro. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/4483/1/Valeria%20Rossi%20Rodrigues%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

SHIVA, Vandana. El saber propio de las mujeres y La conservación de la biodiversidad. In: MIES, María; SHIVA, Vandana. **La praxis del ecofeminismo: Biotecnología, consumo y producción**. Barcelona: Icaria Editorial, 1998, 240p. Disponível em: <https://kolectivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/Mies-Maria-Shiva-Vandana-La-Praxis-Del-Ecofeminismo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. **Serie Documentos de Trabajo**, n.145. Grupo de Trabajo: Desarrollo com Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para El Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013, 93p. Disponível em: [https://www.rimisp.org/wpcontent/files\\_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil\\_SchneiderCassol\\_editado.pdf](https://www.rimisp.org/wpcontent/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_SchneiderCassol_editado.pdf). Acesso em: 26 set. 2021.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de; MARTINEZ

VALLE, Luciano. **La pluriactividad de nel campo latinoamericano**. 1. ed. Editora Flacso- Série FORO, v.1, Quito, Equador, 2009, p.132-161.

SCHNEIDER, Clair Odete, *et al.* Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações (Campo Grande) Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vol. 21, n. 2, Campo Grande, MS, 2020. ISSN: 1984-042X. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/qMfbPhJpKYMfjmWsSsMLZWq/?lang=pt>. Acesso em 7 out. 2021.

SCHNEIDER, Sergio. Prefácio: circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, AGROECOLOGIA E INOVAÇÃO SOCIAL**. Florianópolis: Estúdio Sempelo, 2021. p. 9-16.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O *care* como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: Hirata, Helena; Guimarães, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. Editora ATLAS S.A., São Paulo, SP, 2012. p.103-116. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346008/mod\\_resource/content/0/Encontro%2011%20-%20SORJ.%20O%20care%20como%20regime%20estratificado.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346008/mod_resource/content/0/Encontro%2011%20-%20SORJ.%20O%20care%20como%20regime%20estratificado.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

STOLJAR, Natalie. **Feminist Perspectives on Autonomy**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Tradução de Edward N. Zalta, Winter 2018, Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018. Stanford Encyclopedia of Philosophy, Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/feminism-autonomy/>. Acesso em 29 set. 2021.

STROMQUIST, Nelly P. The Theoretical and Practical Bases for Empowerment. In: MEDEL-ANONUEVO, Carolyn. **Women, Education and Empowerment: Pathways Toward Autonomy**. Report of the International Seminar held at UIE, Hamburgo, Unesco. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=959511EA288948C88585BA5549C9E915?doi=10.1.1.216.344&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

VALADÃO, Franciele Aparecida. A lesbianidade e a divisão sexual do trabalho no Assentamento rural 25 de julho no estado de Santa Catarina. **Revista Pegada**, v. 20. n.1, jan-abri 2019. Disponível em: [https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/6390/pdf\\_1](https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/6390/pdf_1). Acesso em 12 nov. 2021.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 90-95, 4 set. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392004000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/6nW3JxWVgRdFBDCrsQGtXhj/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2021.

VENTURINI, Lauren dal Bem; LOPES, Luis Felipe Dias. **O modelo triple bottom line e a sustentabilidade na administração pública: pequenas práticas que fazem a diferença**. 2015. 15 f. Monografia (Especialização) - Curso de Urso de Especialização em Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. Cap. 1. Disponível em:

[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11691/Venturini\\_Lauren\\_Dal\\_Bem.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11691/Venturini_Lauren_Dal_Bem.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 28 out. 2021.

VIEIRA, Paulo Freire. Do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, Florianópolis, SC, (UFSC), 2009, p. 27-75. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p27>. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p27>.

Acesso em: 29 out. 2021.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape.br**, v. 10, p. 569-583, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/r5yWQp4wykg5RWJN9pmxjQJ/?lang=pt>. Acesso em 2 nov. 2021.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Gassi. Porto Alegre: Bookman, 2010. Disponível em:

[https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf).

Acesso em: 4 out. 2021.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro.

IN: XX Encontro Anual da **ANPOCS**. **GT 17**. Processos sociais Agrários. Caxambu, MG, 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>.

Acesso em 23 set. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 333 p. ISBN 9788538600787.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro semiestruturado para coleta de dados de campo piloto

|                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - <i>Campus</i></b><br><b>Laranjeiras do Sul</b><br>Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural<br>Sustentável – PPGADR<br>Orientadoras: Janete Stoffel e Siomara Aparecida Marques<br>Mestranda: Jéssica Lopes |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

#### 1. Dados de identificação pessoal

Número da entrevistada: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Contato.: \_\_\_\_\_

#### Caracterização das entrevistadas

2. Pode relatar sobre a sua história? (Local de nascimento, quanto tempo reside no município, se os pais eram agricultores, tempo de atuação como agricultora e como feirantes e rotina na propriedade).
3. Quantos integrantes compõem seu grupo familiar? (Considerar todos que moram na residência).
4. Como é feita a divisão de trabalho na unidade de produção? (Quais são as atividades realizadas na unidade de produção por cada um dos integrantes?).
5. Você se identifica como:
6. ( ) agricultora( ) colona( ) indígena ( ) camponesa( ) outra:
7. Participa ou já participou de algum movimento social? Se sim qual? (Movimento das Mulheres Camponesas, Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terras ...).

#### Dados de identificação da Unidade de Produção

8. Qual a origem da sua propriedade? ( ) herança ( ) posse ( ) compra ( ) arrendamento( ) assentamento ( ) acampamento
9. Qual a área total da unidade de produção?
10. Qual é a área utilizada para produção e quanto é ocupado com benfeitorias e outros usos? (Especificar a área utilizada somente para produção in natura comercializada na feira).

#### Características da produção

11. Quais os principais produtos você comercializa na feira? (in natura, semiprocessados e artesanais).
12. Você comercializa os produtos em outros canais? Se sim, quais? (mercados, escola, prefeitura).
13. Utiliza algum insumo nos produtos comercializados na feira? ( ) não ( ) sim. Qual? (convencional ou orgânico).

14. Além dos produtos comercializados na feira, a sua família trabalha com outras culturas na unidade de produção (leite, soja, milho)? ( ) não ( ) sim. Quais?
15. Os métodos de produção das culturas comentados na questão anterior são convencionais?
16. Você conhece a Agroecologia? ( ) não ( ) sim.
17. O que você entende por Agroecologia?
18. Se ainda não trabalha com Agroecologia, tem interesse em estar trabalhando futuramente? ( ) não ( ) sim. Por quê?
19. Você utiliza parte da produção para autoconsumo? Em caso afirmativo quais produtos e qual o percentual em relação à produção total?
20. Sua família recebe algum tipo de assistência técnica ou tem vínculo com alguma associação de produtos, Rede Ecovida, Ceagro, dentre outras? (Se sim, qual tipo de assessoria, periodicidade de assistência).
21. Os produtos comercializados na feira possuem alguma certificação? ( ) não ( ) sim. Qual?

#### **Importância da feira para a autonomia**

22. Você exercia atividade remunerada ou tinha alguma fonte de renda antes de iniciar as atividades na feira? ( ) não ( ) sim. Qual?
23. Qual é o percentual da renda dos produtos comercializados na feira em relação a renda total da família?
24. Qual é o principal destino da renda dos produtos comercializados na feira? (Para suprir contas da família, mercado, conta de energia elétrica, material escolar para os filhos).
25. Após começar a trabalhar na feira você passou a consumir mais produtos ou serviços de uso pessoal? ( ) não ( ) sim. Quais? (Cosméticos, roupas, cursos...).
26. Você acredita que o trabalho na feira influencia no seu processo de socialização? ( ) não ( ) sim. De que modo? (Comunicação e relações de amizade com mais pessoas que antes, passeios, frequentar espaços que não costumava).
27. Ocorre troca de experiência entre as feirantes, compartilhamento de produtos e informações? ( ) não ( ) sim. Comente.
28. Quando você ingressou na feira sentiu algum incômodo ao se comunicar com os clientes? (timidez, medo, insegurança). Se sim, isso mudou ao longo do tempo?
29. Quando você decidiu ingressar na feira encontrou alguma resistência por parte de membros da sua família? Se sim, houve mudança dessa postura ao longo do tempo?
30. Você acredita que o trabalho na feira fez com que começasse a ter uma maior participação política ou maior interesse por temas políticos. ( ) não ( ) sim. Comente.

## APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas com as feirantes

|                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - <i>Campus</i></b><br><b>Laranjeiras do Sul</b><br>Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural<br>Sustentável – PPGADR<br>Orientadoras: Janete Stoffel e Siomara Aparecida Marques<br>Mestranda: Jéssica Lopes |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

### Dados de identificação pessoal

Entrevistada: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_ Contato.: \_\_\_\_\_

1. Podes me contar sobre a sua história? (procurar observar origem: local de nascimento, se é casada há quanto tempo, tem filhos quantos, quanto tempo reside no município, tempo de atuação como agricultora e feirante, qual sua descendência? (raça/etnia). É oriunda de família de agricultores familiares? Como era o trabalho quando morava com seus pais? Como é a rotina na propriedade hoje e como era no passado antes da feira).
2. Como você se identifica em relação à agricultura (Agricultora, camponesa, colona, produtora, assentada, lavradora, faxinalense, ribeirinha...). E como avalia sua rotina diária considerando a atuação na unidade de produção, na família e na feira.
3. Se tiver filhos, quantos são e qual o gênero e a idade?

### Características da propriedade

4. Qual é a área total da unidade em produção? (em ha).
5. Quantas pessoas trabalham na unidade de produção? (listar número e se possível qual o vínculo com a família).
6. Qual é a origem da propriedade? (herança, posse, compra arrendamento...).
7. A área da propriedade é cultivada manualmente ou com utilização de máquinas e equipamentos? Quais os tipos de cultivos utilizados?

### Identificação da produção

8. Quais são as culturas agrícolas e/ou pecuárias produzidas na unidade de produção? (listar tipos de culturas e se possível qual a área ocupada por cada uma durante o ano)
9. Qual é o percentual da produção total que é destinado para autoconsumo da família?
10. Na produção agrícola, quais os tipos de insumos utilizados? (insumos químicos, Adubos, fertilizante, produtos para controle de doenças das plantas)

11. Você e os membros da família exercem alguma atividade remunerada além da agropecuária e fora do estabelecimento?  
( ) Sim ( ) Não. Quais?
12. Qual é a principal atividade econômica da família? (Aquela na qual obtém a maior parte da renda familiar)
13. Qual é o percentual de renda oriunda da atividade agropecuária em relação à renda total do grupo familiar?
14. Tem membros da família que recebem benefícios previdenciários? ( ) Sim ( ) Não. Quantos são e quais?
15. A comercialização dos produtos é realizada apenas nas feiras, ou em outros canais? (PNAE, Mercados, nas residências ou na própria unidade de produção). ( ) Sim ( ) Não. Quais?
16. Caso ocorra comercialização em outros canais, qual é o percentual da produção total destinado à feira em relação aos outros canais?
17. Você sabe qual a renda total anual obtida no estabelecimento com a produção agrícola e/ou pecuária? Em caso afirmativo pode informar qual o valor aproximado?

#### **Dimensão social**

18. Quais os produtos que você comercializa na feira? Por que decidiu comercializar esses produtos?
19. Qual é a área da propriedade que é destinada para produção dos produtos comercializados na feira?
20. Você recebe ou fornece algum tipo de ajuda das (os) outras (os) feirantes?
21. Se você utiliza técnicas agrícolas e agroecológicas, quais os motivos que lhe fizeram optar por essas técnicas?
22. Qual a origem dos recursos utilizados para subsidiar a produção? São recursos próprios ou de terceiros (empréstimos/financiamentos)
23. Houve aquisição de algum tipo de equipamento ou infraestrutura para produção e preparo dos produtos comercializados nas feiras? ( ) não ( ) sim. Quais?
24. Quais dos membros da família realizam o trabalho na unidade de produção e na feira?
25. Você participa de algum movimento social, fórum ou rede? ( ) não ( ) sim. Quais? Participa de alguma associação/ cooperativa de agricultores, além da feira? Se sim, quais?
26. Você desenvolve, participa ou já participou de alguma ação social para alguma comunidade ou indivíduo? ( ) não ( ) sim. Quais?
27. Teve alguma política pública que contribuiu com a produção de alimentos e com o seu ingresso e manutenção na feira (pode ser de nível federal, estadual ou municipal)?
28. Após a sua inserção na feira, houve incremento na renda da sua família? ( ) não ( ) sim. Quanto?
29. A partir da inserção nas feiras, você notou melhorias em relação à qualidade de vida sua e da sua família? ( ) não ( ) sim. Quais.
30. Você tem preocupações em relação aos consumidores que adquirem seus produtos? Em caso afirmativo, quais são?

### **A Agroecologia**

31. Existe alguma integração entre culturas dentro de sua propriedade? (Agrofloresta, sistema agrossilvipastoril, policultivo).
32. Você conhece algo sobre a agroecologia? Explique.
33. Recebe algum tipo de assistência técnica (é municipal, estadual, oriunda de entidade coletiva, ver qual é)?
34. Os produtos possuem algum selo de certificação? Em caso afirmativo, qual é?
35. Já trabalhou ou trabalha com agricultura convencional e uso de insumos químicos? ( ) sim ( ) não. Se parou de utilizar esse tipo de agricultura, quando e por que decidiu parar?
36. Você tem algum tipo de semente crioula? Qual?
37. Você produz algum alimento que é comercializado na feira, utilizando sementes crioulas?
38. Os produtos comercializados na feira são resultado da produção convencional, orgânica ou agroecológica?

### **Dimensão ambiental**

39. Como é descartado o lixo (resíduos e rejeitos) gerado na produção e na comercialização?
40. Quais as atividades praticadas na unidade de produção que você considera benéficas ao meio ambiente?
41. Existem um local na propriedade que você considera como seu local de produção?

### **Autonomia**

42. Você possuía alguma outra renda antes de participar da feira?
43. Qual o motivo que fez com que você decidisse atuar na feira?
44. Em relação à renda total obtida na unidade de produção, como é feita esta distribuição dentro da família?
45. Você participa ou participou de algum curso de formação e profissionalização, após o seu ingresso a feira?
46. O que mudou na interação sua com a sociedade (as pessoas ao seu redor, sejam familiares ou não) após a inserção na feira?
47. Quais as responsabilidades que você assumiu com esse trabalho?
48. Como é utilizada a renda da comercialização na feira em sua família?
49. Em relação ao destino dado à renda, você está satisfeita? Haveria outro destino que você gostaria de dar à renda adquirida através da feira? ( ) não ( ) sim. Qual?
50. Caso a renda fique com a mulher: qual o destino que você dá à renda que você adquire com o trabalho na feira?
51. Que atividades de lazer você costuma praticar além do trabalho? Essas atividades são mais recorrentes agora do que antes do trabalho na feira?

52. Houve mudanças em sua vida familiar a partir da participação na feira? Em caso afirmativo, quais aspectos melhoraram na sua vida após a sua inserção na feira?
53. Você sofreu ou sofre algum tipo de resistência por parte de membros da sua família, em relação ao seu trabalho na feira? ( ) não ( ) sim. Comente.
54. Qual o motivo da escolha desses produtos? Das plantas e dos produtos semiprocessados?
55. Há um espaço considerado o seu espaço de produção, ou não há essa divisão na unidade de produção familiar?
56. Durante o processo produtivo, seja no período da sementeira até a colheita, ou no semiprocessamento dos alimentos (embutidos, panificados, doces...),
57. Quais as tradições (técnicas, costumes, crenças) que são particularidades suas, que você trás da sua origem como agricultora?
58. Na sua opinião, qual a importância do seu trabalho, pro seu município, para seus clientes e demais pessoas que indiretamente e diretamente participam desse processo?

#### **Divisão sexual do trabalho**

59. Quantas horas você trabalha por dia (no estabelecimento e na feira)?
60. Quantas horas os demais membros do grupo familiar trabalham por dia?
61. Quantos dias os demais membros do seu grupo familiar trabalham?
62. Quais as funções de cada membro do grupo na unidade de produção?
63. Como são divididas as tarefas domésticas na sua residência?
64. Quem toma a maior parte das decisões na residência e na unidade de produção?
65. Como são divididas as tarefas em relação ao cuidado dos filhos e demais membros da família?
66. Em relação à sua jornada diária de trabalho o que mudou após a inserção na feira?

Figura 9: Produtos comercializados no CCPAF de Pitanga, PR, 2021



Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2021